

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE – IFRN

AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
Relatório 2012

NATAL/RN
MARÇO/2013

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte –
IFRN**

**REITOR
Belchior de Oliveira Rocha**

**PRÓ-REITOR DE ENSINO
José de Ribamar Silva Oliveira**

**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Régia Lúcia Lopes**

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO
José Yvan Pereira Leite**

**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Wyllys Abel Farkatt Tabosa**

**PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Juscelino Cardoso de Medeiros**

**DIRETOR DE GESTÃO DE ATIVIDADES ESTUDANTIS
Solange da Costa Fernandes**

**DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS
Auridan Dantas de Araújo**

**DIRETOR DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Alex Fabiano de Araújo Furtunato**

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA CENTRAL

**Ana Maria de Oliveira Castro
Antônio Henrique Nepomuceno Coelho
Derick da Costa Ferreira
Iara Celly Gomes da Silva
Luísa de Marilac de Castro Silva
Maria dos Navegantes dos Santos da Silva
Viviane Ferreira de Medeiros**

SUMÁRIO

1	ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	3
1.1	FUNÇÃO SOCIAL	3
1.2	HISTÓRICO	3
2	METODOLOGIA	9
4	ANÁLISE DOS DADOS DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	11
5	ANÁLISE DOS DADOS DOS DOCENTES	40
6	ANÁLISE DOS DADOS DOS DISCENTES	62
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74

1 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL¹

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE - IFRN, Instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Trata-se de uma Instituição de educação básica, profissional, superior, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Para efeito da regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior, o IFRN é equiparado às universidades federais. Além da legislação federal específica, a Instituição é regida pelos seguintes instrumentos normativos: Estatuto; Regimento Geral; Regimentos Internos dos Campi e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional; Resoluções do Conselho Superior; Resoluções do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; e Atos da Reitoria.

1.1 FUNÇÃO SOCIAL

A função social do IFRN é contribuir com a formação humana integral por meio da educação profissional e tecnológica, articulando trabalho, ciência e cultura, de qualidade socialmente referenciada, comprometida com a produção e socialização de conhecimentos, visando à formação cidadã e a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social.

1.2 HISTÓRICO

A compreensão das raízes históricas do IFRN possibilita entender melhor as recentes mudanças e contribui para a definição do perfil institucional, tendo em vista sua função social e os princípios orientadores de sua atuação. Criada, inicialmente, pelo Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909, como Escola de Aprendizizes

¹ Texto extraído do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Instituição, disponibilizado no endereço: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>.

Artífices, essa Instituição, que completa o seu primeiro centenário, passou por diversas mudanças e recebeu várias denominações ao longo do tempo. Instalada, inicialmente, em janeiro de 1910, no prédio do antigo Hospital da Caridade, onde hoje funciona a Casa do Estudante de Natal, a Escola de Aprendizizes Artífices oferecia curso primário de desenho e oficinas de trabalhos manuais. Em 1914, o estabelecimento foi transferido para a Avenida Rio Branco, ocupando, durante cinquenta e três anos, um edifício construído no início do século XX. Mais tarde, ocorreu a mudança de denominação para Liceu Industrial de Natal, orientada pela reforma instituída pela Lei nº. 378 de 13 de janeiro de 1937, do Ministério da Educação e Saúde, a quem estava subordinado desde 1930. Na época, eram oferecidas oficinas de desenho, sapataria, funilaria, marcenaria e alfaiataria.

Designada como Escola Industrial de Natal (EIN), no ano de 1942, após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, a Instituição transformou as oficinas oferecidas, anteriormente, em cursos básicos de primeiro ciclo, organizados em quatro seções: de Trabalhos de Metal, de Indústria Mecânica, de Eletrotécnica e de Artes Industriais. Ademais, a Escola também estava autorizada a oferecer cursos de mestria para os professores atuantes nessas áreas. Transformadas em autarquia pela Lei Federal de nº. 3.552 de 16 de fevereiro de 1959, todas as Escolas Industriais do Brasil conseguiram autonomia administrativa, didática e financeira, transformando-se em Instituições Federais, destinadas a ministrar cursos técnicos de nível médio. Porém, somente em 1963, a EIN implanta seus primeiros cursos técnicos de nível médio, com as ofertas de Mineração e Estradas. O novo modelo tinha equivalência ao 2º grau, o que permitia a continuidade de estudos no ensino superior para os egressos que assim o desejassem. Em 1965, o Estabelecimento passou a chamar-se Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN). Também, nessa década marcante, no dia 11 de março de 1967, ocorreu a inauguração da “nova” Escola Industrial nas recém-construídas instalações do prédio situado à Avenida Salgado Filho, no bairro de Morro Branco, atendendo a uma comunidade escolar de 233 servidores e cerca de 1.100 estudantes.

Na condição de Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN), mudança impetrada pela Portaria Ministerial nº. 331 de 16 de junho de 1968, o Conselho de Representantes deliberou a extinção gradativa dos cursos industriais básicos, passando-se a ministrar somente o ensino profissional de nível técnico. Em consequência, foram criados, entre 1969 e 1973, os cursos técnicos de nível médio

em Eletrotécnica, Mecânica, Edificações, Saneamento e Geologia, sob a orientação da Lei 5.692/71, a qual definia a estrutura do ensino de 2º grau, como ensino profissionalizante obrigatório. A partir disso, a ETFRN passou a dedicar-se, exclusivamente, ao ensino técnico profissionalizante de 2º grau. Resultante de um processo de construção coletiva iniciado em 1993, a ETFRN, em 1995, desponta com uma proposta curricular inovadora na perspectiva do ensino integrado.

Reconhecida nacionalmente, a proposta apresenta uma reorganização e/ou substituição das ofertas vigentes, estruturando-as em seis Áreas de Conhecimento: Construção Civil, Eletromecânica, Geologia e Mineração, Informática, Serviços e Tecnologia Ambiental. Não obstante, esse modelo foi desarticulado precocemente, em função da regulamentação da educação profissional brasileira, por meio do Decreto 2.208/97. Essa regulamentação orientou uma série de reformas com implicações in loco, ao instituir a separação formal entre o ensino médio e o ensino técnico, como a regulamentação dos artigos 39 a 42 da LDB (Lei nº. 9.394/96), que tratam da organização e do funcionamento da educação profissional. Com a promulgação da referida Lei, enfatizou-se, pela primeira vez, na história da educação brasileira, diretrizes e regulamentações específicas à EPT (Educação Profissional e Tecnológica). Ainda com referência às determinações do Decreto 2.208/97, coube à ETFRN ministrar, naquela ocasião, o ensino profissionalizante nos níveis básico, técnico e tecnológico e, com resistências, passou a oferecer o ensino médio propedêutico.

Nessa mesma década, houve uma importante iniciativa de interiorização da Educação Profissional ofertada pela ETFRN, com a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (UNED-Mossoró), cuja inauguração, em 29 de dezembro de 1994, constituiu-se no marco inicial da interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Rio Grande do Norte. Embora tenha se iniciado, pelo Brasil, outro processo de transição das Escolas Técnicas Federais, no ano de 1994, somente, no dia 18 de janeiro de 1999, efetivou-se a mudança de ETFRN para Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN). Decorrente, ainda, das determinações legais do Decreto nº. 2.208/97, bem como das ações inerentes ao Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP, no ano de 1999, materializou-se o Projeto de Reestruturação Curricular, quando o Estabelecimento passou a atender, além da educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, por áreas, formalizou a oferta

do ensino médio de forma concomitante. Com a abertura para a oferta dos cursos técnicos subsequentes, houve prejuízos na qualidade dos cursos de nível técnico, como a falta de base científica e tecnológica dos alunos que ingressavam na Instituição, exclusivamente, para a formação profissional. Prejuízos esses ocasionados em função da limitação de caráter metodológico dos cursos, procedente da proposição do MEC.

As problemáticas geradas pela padronização da reforma educativa, no Brasil, motivaram debates e reflexões, fazendo-se necessário repensar o projeto institucional, com o fito de superar a separação imposta e integrar as áreas formativas. Fruto desses embates, ao final do ano de 2003, inicia-se o Redimensionamento do Projeto Político-Pedagógico do CEFET/RN, numa perspectiva de participação e de construção coletiva. Esse quadro foi revertido, de fato, no ano de 2004, à luz do Decreto 5.154/04, com abertura para a possibilidade de oferta do ensino médio integrado aos cursos técnicos, além da oferta de educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico. Em face às circunstâncias internas pós-CEFETização e em contraposição às orientações das políticas educacionais de cunho neoliberal implantadas em nosso país, também no ano de 2004, edificou-se um profícuo trabalho de reorientação da ação educacional, sistematizado no “Projeto Político-Pedagógico do CEFET-RN: um documento em construção” (2005). Como principais mudanças curriculares decorrentes do redimensionado Projeto Político-Pedagógico, em 2005, destaca-se o retorno à oferta dos cursos técnicos de nível médio integrado, a organização acadêmica institucional, a reestruturação das ofertas dos cursos técnicos subsequentes, dos cursos superiores de graduação tecnológica e a reestruturação dos cursos superiores de licenciaturas, existentes desde 2002. Nesse mesmo período, ocorreu a uniformização das normas internas, como os regulamentos dos cursos e a Organização Didática, contribuindo, efetivamente, para o funcionamento e para a gestão pedagógica desses níveis.

Doze anos após a implantação da UNED-Mossoró, o Governo Federal consolida, no ano de 2006, em nível nacional, um arrojado plano de expansão da Rede Federal, com características de interiorização da Educação Profissional e Tecnológica para todo o país, ao implantar mais três Unidades de Ensino vinculadas ao CEFET-RN: as Unidades de Ensino da Zona Norte de Natal, de Ipangaçu e de Currais Novos, criadas na Fase I da expansão da Rede no Rio Grande do Norte.

Ainda nesse mesmo ano, com o lançamento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), essa Instituição começou a atuar na educação profissional de nível médio na modalidade de educação de jovens e adultos e na pós-graduação, com cursos lato sensu. Ao completar um século de existência, a Instituição adquire nova configuração, com a transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), nos termos da Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. No início do ano de 2009, com o projeto de expansão em sua Fase II, o IFRN passa a contar com mais seis novos câmpus, localizados nos municípios de Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó. Além disso, a Instituição conta ainda com três núcleos avançados, em Parnamirim, Nova Cruz e Cidade Alta, este último em Natal. O Núcleo Avançado da Cidade Alta, localizado no antigo prédio do Liceu Industrial de Natal, na Avenida Rio Branco, amplia a oferta de cursos e constitui-se em uma preservação histórico-cultural da educação profissional centenária no Rio Grande do Norte.

Na política de expansão e reestruturação do Ensino Profissional e Tecnológico do Ministério da Educação, a nova institucionalidade do IFRN concede o papel de atuar, em todo o Estado, oferecendo Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pública, nos diversos níveis e modalidades, tendo como foco desafiador a atuação no ensino, na pesquisa e na extensão, numa perspectiva indissociável.

É inegável que, no decorrer de seus cem anos, a Instituição já se consolidou, quando se trata do ensino de qualidade socialmente referenciada. Entretanto faz-se necessário intensificar políticas e ações focadas na pesquisa e na extensão, como objetivo de se firmar, na mesma proporção, nesses dois outros âmbitos, ampliando, qualitativamente, seu leque de atuação como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Contudo esse novo panorama não deve se configurar em elementos obstaculizares das demandas institucionais vigentes.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está pautada na interiorização da educação profissional, com o compromisso de contribuir, significativamente, com o desenvolvimento socioeconômico do país. Nessa perspectiva, a criação dos Institutos Federais responde à necessidade da institucionalização definitiva da EPT como política pública permanente de Estado. O

processo de interiorização da EPT contribui para o combate às desigualdades estruturais de diversas ordens, proporcionando o desenvolvimento social, por meio da formação humana integral dos sujeitos atendidos. Propicia, ainda, o desenvolvimento econômico, a partir da articulação das ofertas educacionais e das ações de pesquisa e de extensão vinculadas aos arranjos produtivos sociais e culturais, com possibilidades de permanência, de emancipação dos cidadãos e de desenvolvimento das diversas regiões do Estado. A partir de uma importante proposta de educação pública de qualidade, de novas definições políticas para a EPT no Brasil, de um estudo dos arranjos produtivos sociais e culturais locais e das condições pedagógicas, o IFRN implanta novos câmpus como polos especializados em áreas geográficas definidas, estrategicamente, com uma proposta acadêmica de atuação atendendo a todas as mesorregiões do Estado.

2 METODOLOGIA

Este relatório apresenta os dados obtidos com a auto avaliação institucional referente ao ano de 2012, realizada em todos os Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Através da análise dos resultados, objetiva-se identificar os aspectos avaliados como positivos e negativos pela comunidade acadêmica, com a finalidade de fortalecer as potencialidades da Instituição e tentar sanar as suas deficiências.

A auto avaliação foi realizada através da aplicação de questionários aos docentes, discentes e técnicos-administrativos dos atuais 16 Câmpus do IFRN, a saber:

- Câmpus Apodi;
- Câmpus Caicó;
- Câmpus Currais Novos;
- Câmpus de Educação à Distância – EAD;
- Câmpus Ipanguaçu;
- Câmpus João Câmara;
- Câmpus Macau;
- Câmpus Mossoró;
- Câmpus Natal – Central;
- Câmpus Natal – Cidade Alta;
- Câmpus Natal – Zona Norte;
- Câmpus Nova Cruz;
- Câmpus Parnamirim;
- Câmpus Pau dos Ferros;
- Câmpus Santa Cruz;
- Câmpus São Gonçalo do Amarante.

Cada Câmpus contou com a organização de uma Comissão Própria de Avaliação – CPA local, cuja responsabilidade foi a de sistematizar o processo de auto avaliação localmente. As CPAs locais são compostas por membros eleitos por seus pares, totalizando 2 representantes docentes, 2 representantes discentes, 2 representantes técnicos-administrativos e 2 representantes da sociedade civil

organizada. A partir dos dados apresentados em cada relatório local, foi elaborado este relatório final, pela CPA Central.

Os questionários foram disponibilizados na forma eletrônica no período de 20 de fevereiro a 04 de março de 2013, através de dois sistemas de uso interno do IFRN: o sistema Acadêmico, para discentes e docentes, e o Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP, para os técnicos-administrativos.

Foram elaborados dois questionários diferentes, um para discentes e outro para os servidores (docentes e técnico-administrativos). As perguntas foram agrupadas por dimensão, conforme a temática em questão. As opções de resposta para cada pergunta objetiva foram: Ótimo, Bom, Regular, Ruim, Péssimo ou Desconheço. Ainda há questões abertas para os respondentes expressarem suas opiniões. As dimensões abordadas em cada questionário foram:

Técnicos-administrativos e Docentes

Dimensão A – Organização, Gestão, Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão B – Política de Pessoal e Carreira

Dimensão C – Infraestrutura para Ensino e Pesquisa

Dimensão D – Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência a Estudantes e Egressos

Dimensão E – A Função Social e o PDI

Discentes

Dimensão C – Infraestrutura para Ensino e Pesquisa

Dimensão D – Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência a Estudantes e Egressos

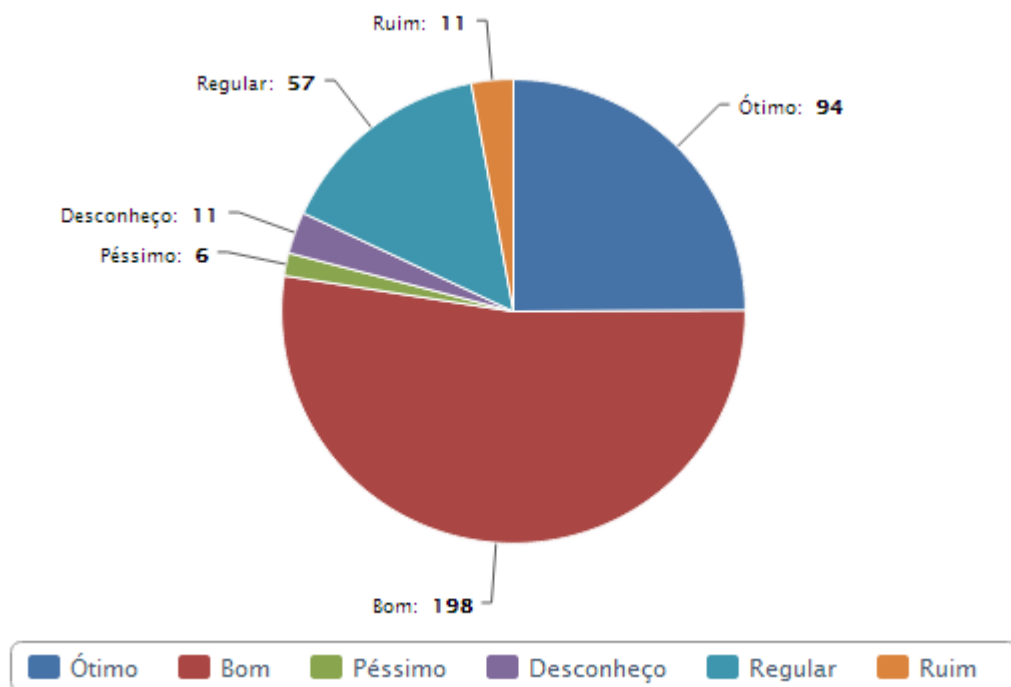
Para a análise dos dados, optou-se por agrupar cada resposta em categorias: positiva (opções de resposta “ótimo” e “bom”), negativa (opções de resposta “regular”, “ruim” e “péssimo”) e desconheço. Após essa categorização, as respostas foram reunidas por dimensão e foi realizada a análise qualitativa, levando-se em conta também as respostas subjetivas.

3 ANÁLISE DOS DADOS DOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS

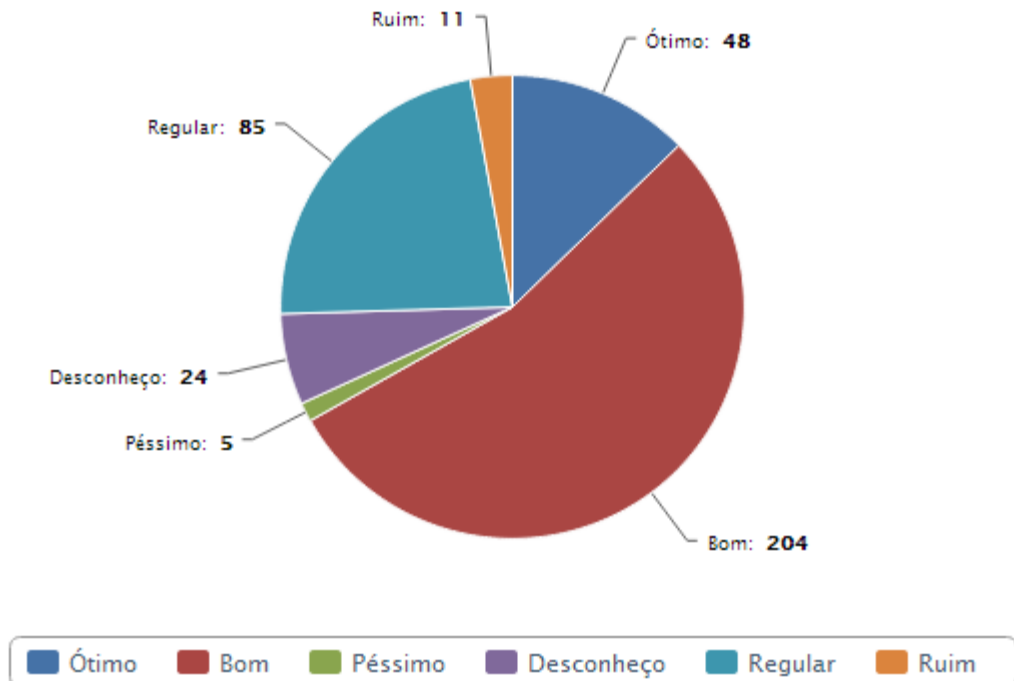
Técnicos-administrativos respondentes – 377 (38,86% do total de 970)

DIMENSÃO A: Organização, Gestão, Planejamento e Avaliação Institucional - Administrativos

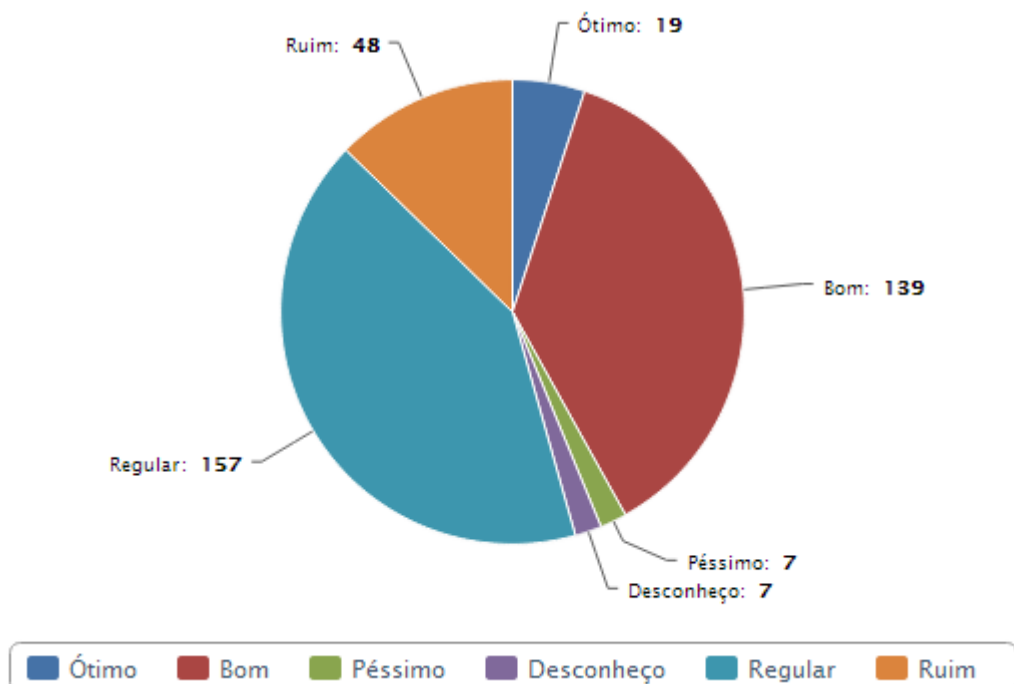
1. Como você considera a coerência das ações da gestão administrativa no seu Câmpus, em relação ao cumprimento dos objetivos, a execução dos projetos institucionais e a estrutura organizacional?



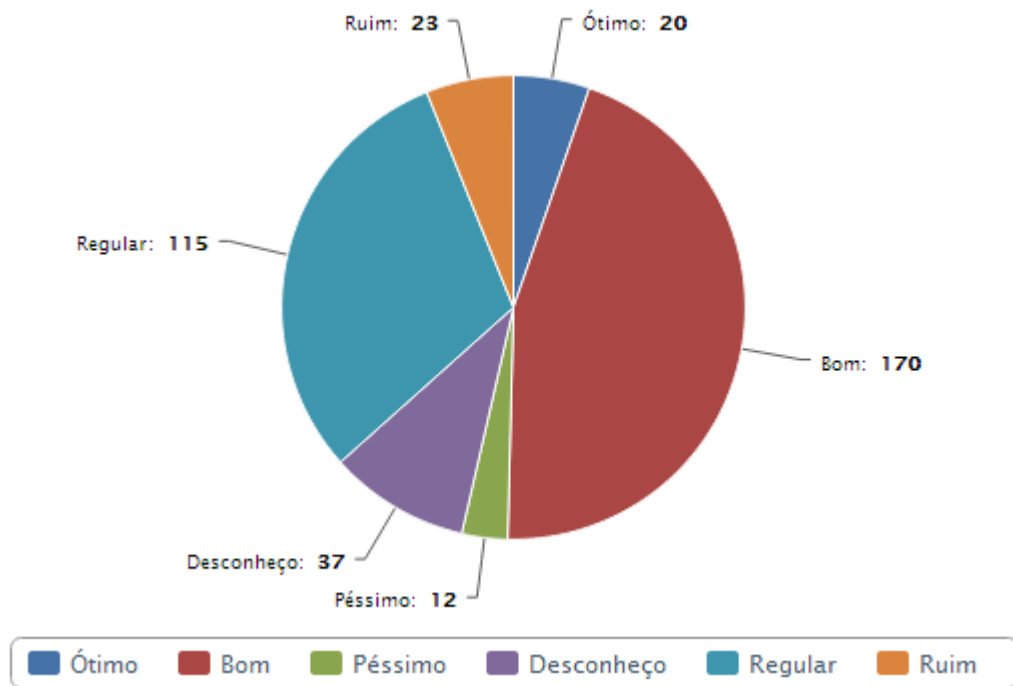
2. Como pode ser avaliado o funcionamento das instâncias de apoio e participação da gestão administrativa (conselhos, comissões de assessoramento, reuniões administrativas e pedagógicas)?



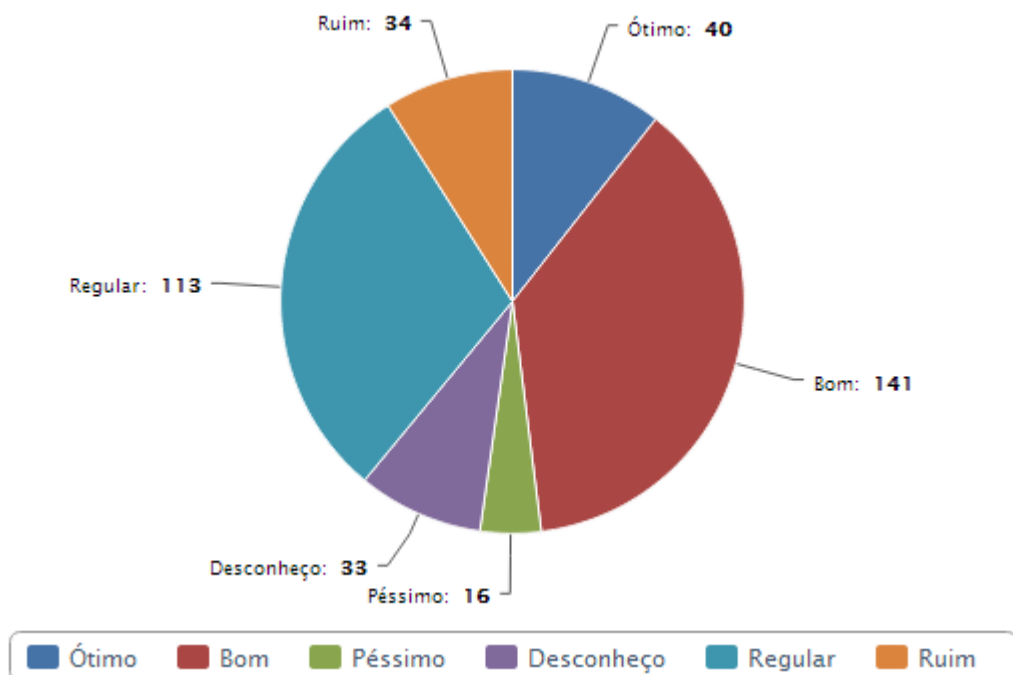
3. Como você julga o seu conhecimento em relação aos instrumentos normativos e organizacionais da Instituição (Estatutos, regimentos, organogramas, organização didática, entre outros)?



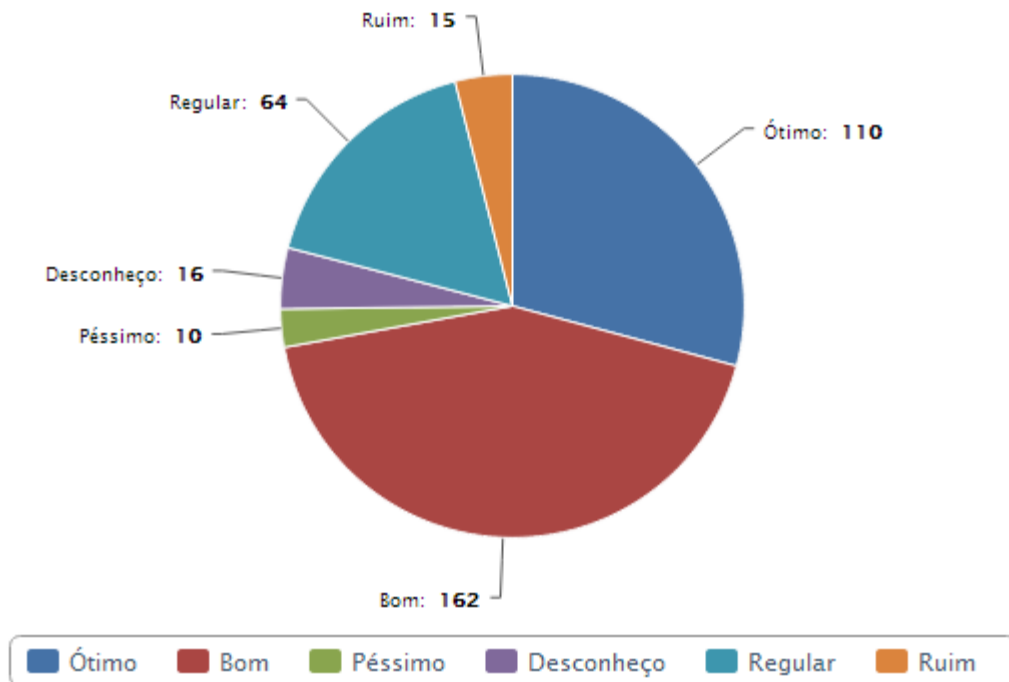
4. Como você considera os sistemas de arquivo e registro da Instituição?



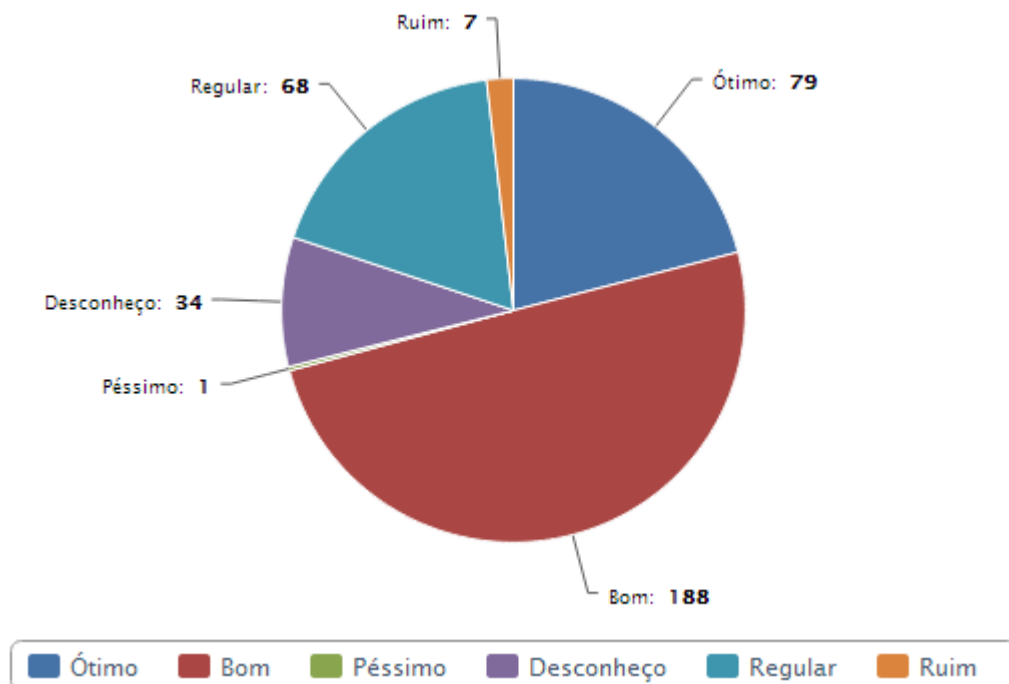
5. Qual sua avaliação sobre a efetivação do planejamento estratégico no IFRN como forma de antecipar problemas e propor soluções?



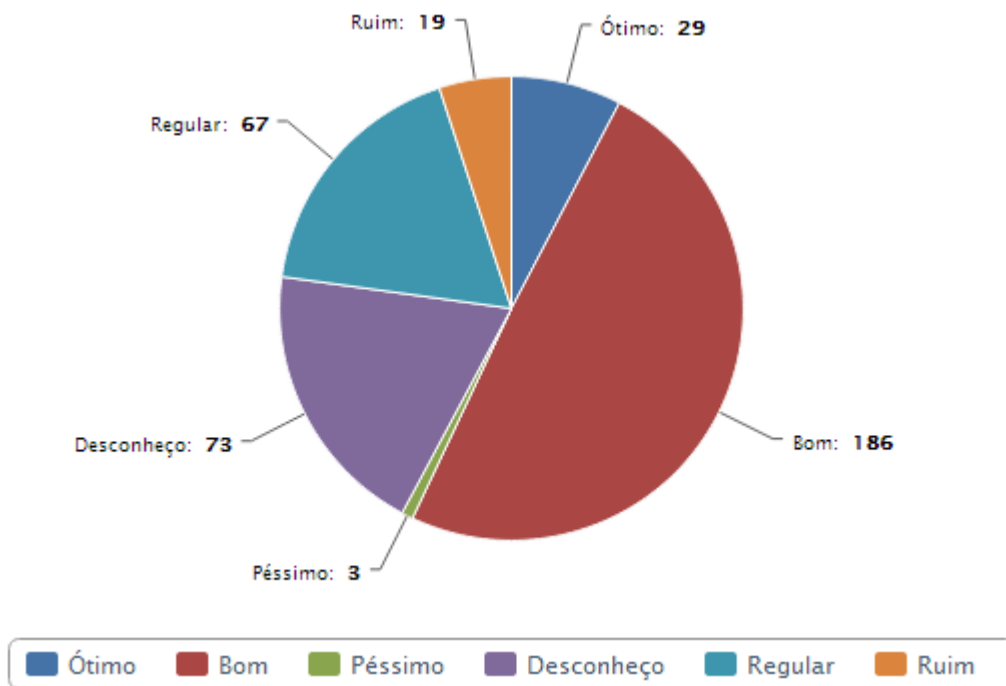
6. Qual o seu julgamento quanto à descentralização administrativa nas tomadas de decisões na Instituição?



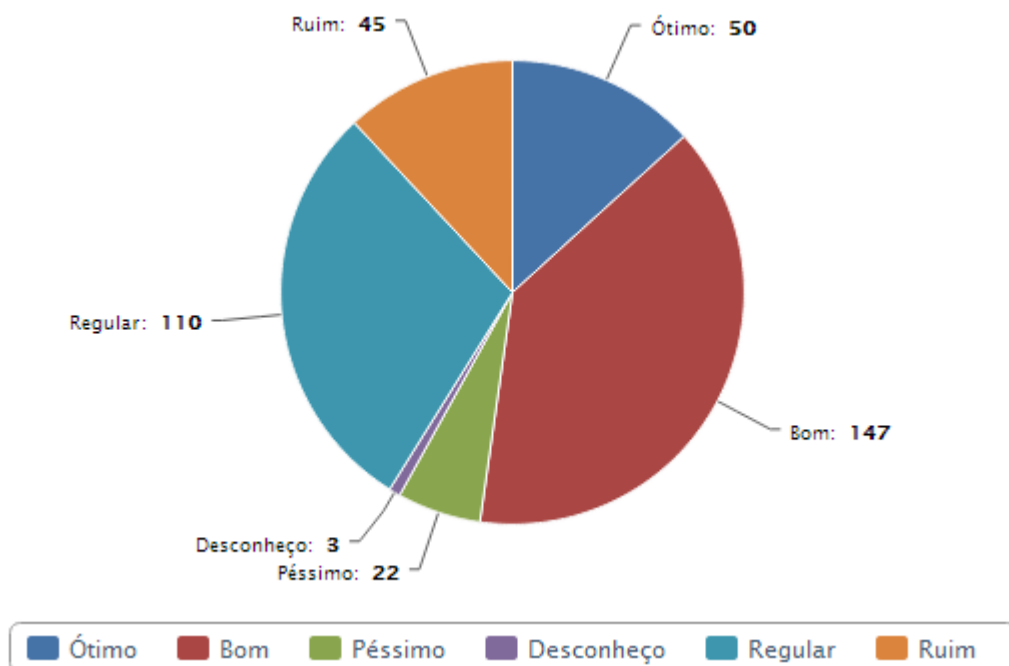
7. Qual sua avaliação sobre a incorporação de ações de melhoria contínua no planejamento geral da Instituição?



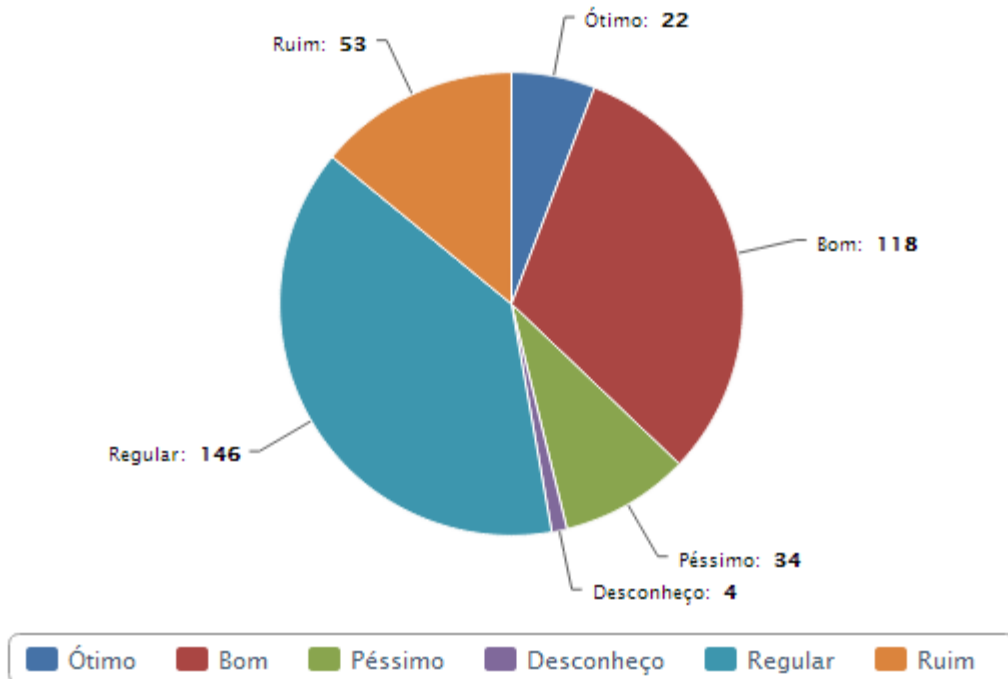
8. No seu entendimento, os procedimentos de avaliação e acompanhamento das atividades acadêmicas, podem ser avaliadas como:



9. Qual sua avaliação sobre a comunicação e a circulação da informação na Instituição, como forma de integração e eficiência administrativa?



10. Como você avalia o serviço de segurança na Instituição?



11. Sugestões quanto à Organização, à Gestão, ao Planejamento e à Avaliação Institucional. (questão subjetiva)

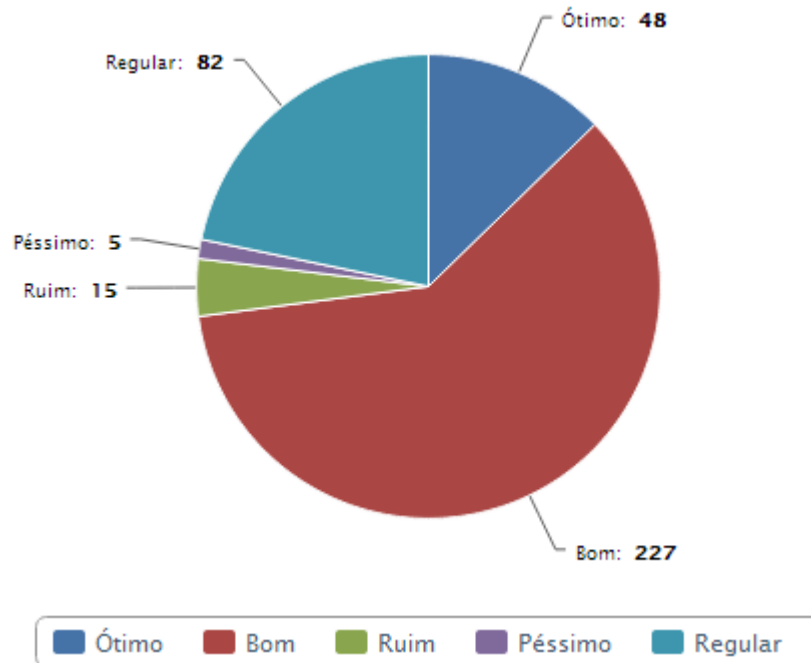
Com relação à Organização, à Gestão, ao Planejamento e à Avaliação Institucional, os técnicos-administrativos consideraram como positivos os seguintes aspectos: coerência das ações da gestão administrativa (mais de 75%), funcionamento dos conselhos, comissões de assessoramento e reuniões administrativas e pedagógicas (mais de 65%), descentralização administrativa (72%), ações de melhoria contínua no planejamento geral (70%).

Como aspectos negativos, consideraram: o próprio conhecimento em relação aos instrumentos negativos e organizacionais do IFRN (56%). Além disso, é relevante o percentual de respondentes que avaliam negativamente o serviço de segurança (62%), item mencionado por diversas vezes nas respostas subjetivas.

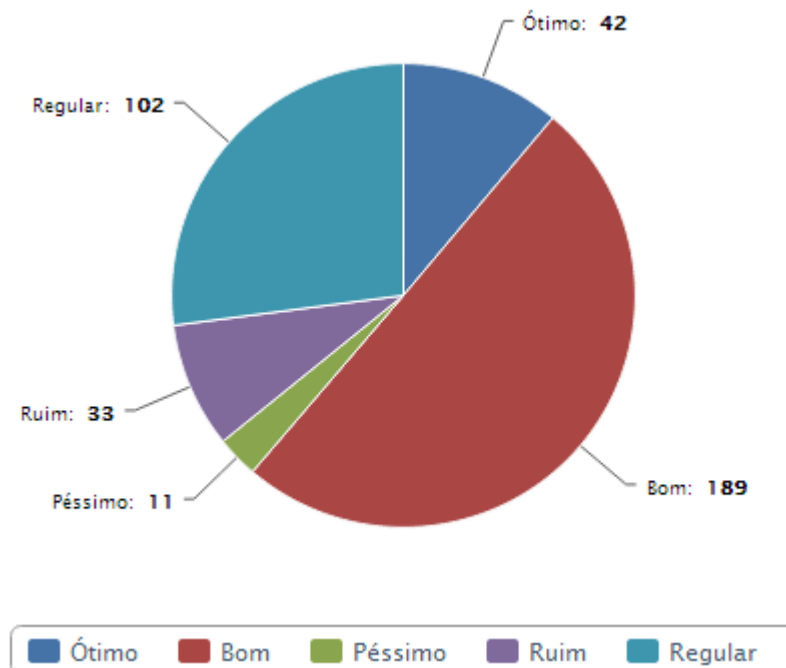
As opiniões dos técnicos-administrativos se dividiram equitativamente quando considerados os aspectos positivos e a soma de aspectos negativos e de desconhecimento com relação aos sistemas de arquivo, à efetivação do planejamento estratégico, aos procedimentos de avaliação e acompanhamento das atividades acadêmicas e a comunicação e circulação da informação.

DIMENSÃO B: Política de Pessoal e Carreira - Administrativos

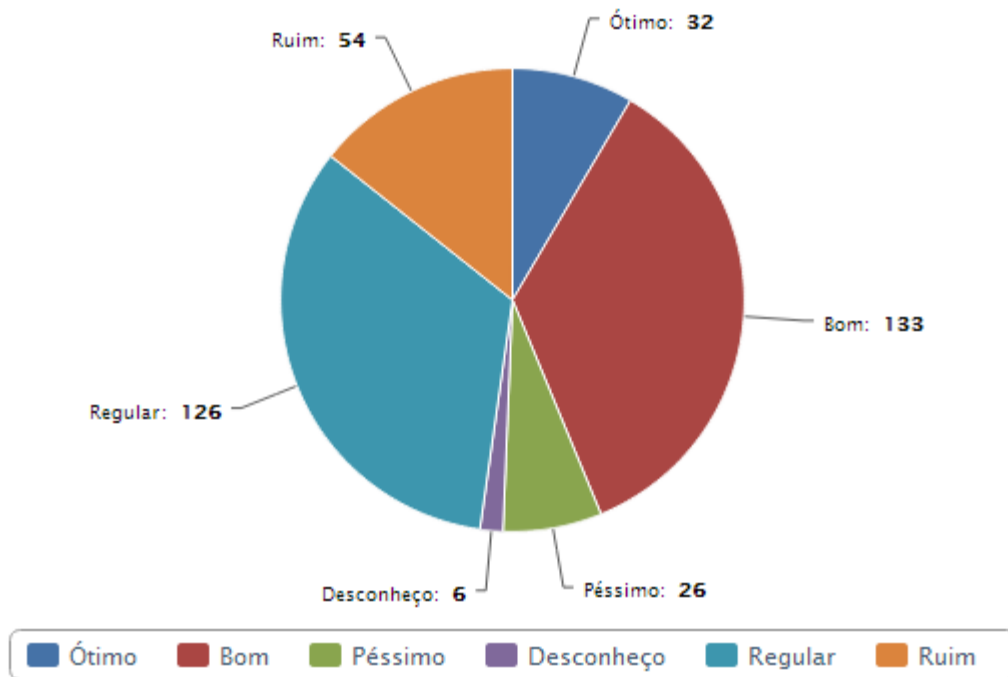
1. Qual sua avaliação sobre a estrutura organizacional do IFRN para o desenvolvimento de suas atividades profissionais?



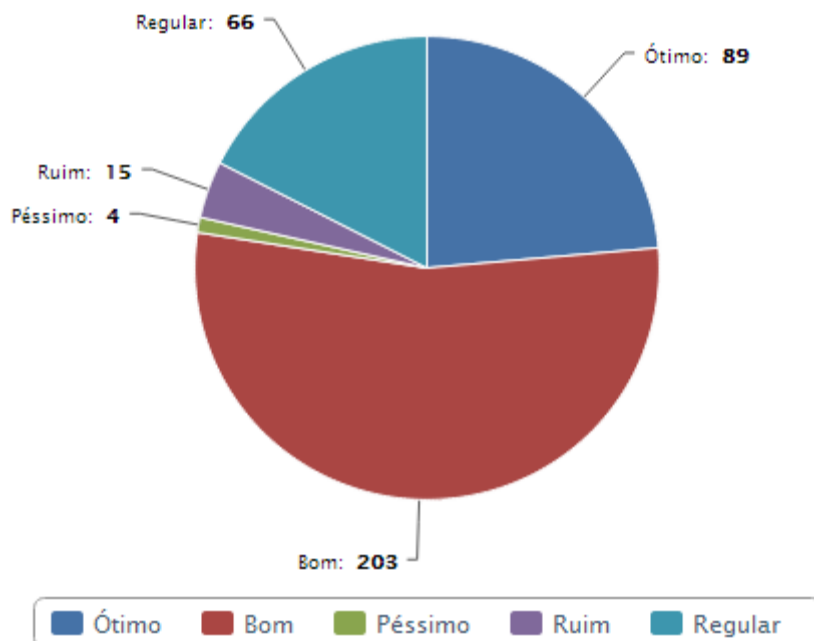
2. Qual o seu julgamento em relação às formas de comunicação interna da Instituição?



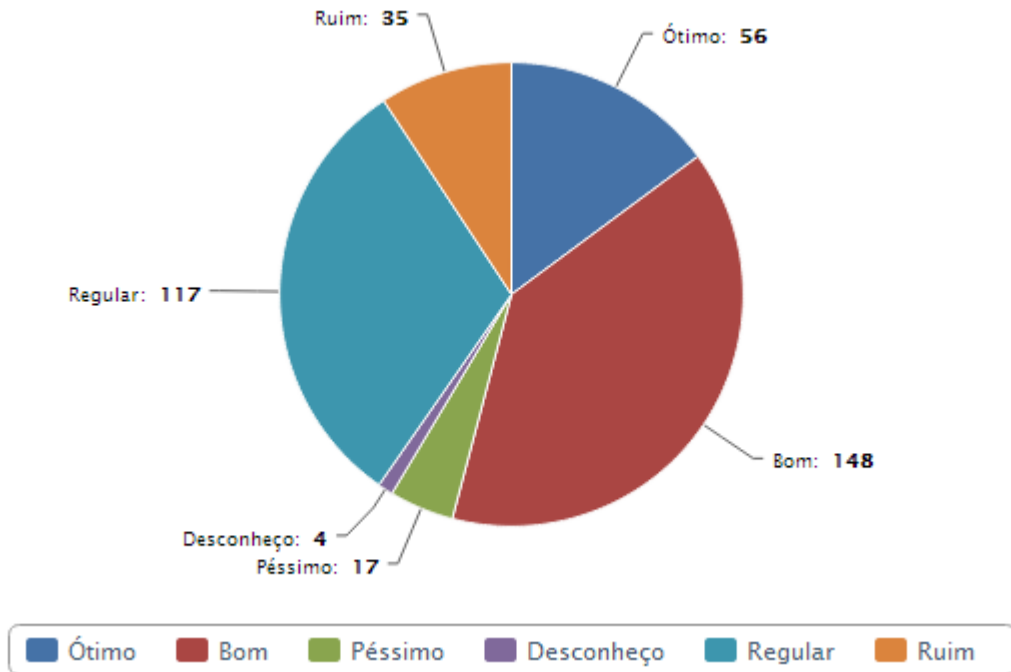
3. Como você avalia a política de capacitação/qualificação da Instituição para os servidores técnico-administrativos?



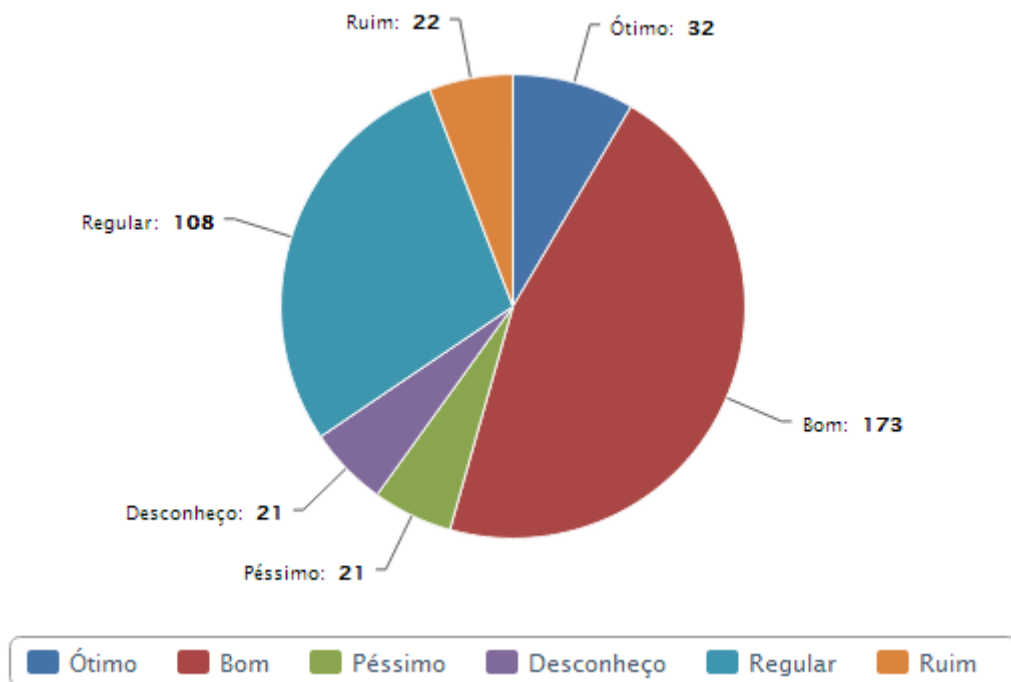
4. Qual o seu nível de satisfação profissional na Instituição?



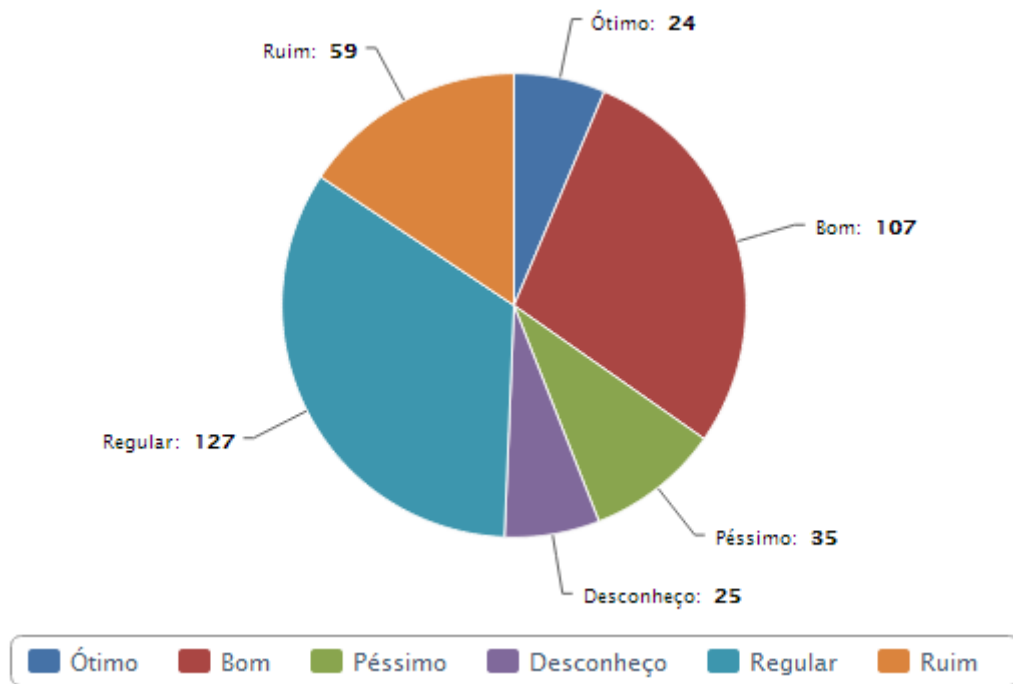
5. Como você avalia os incentivos (participação em eventos, capacitação, política de valorização) e demais formas de apoio da Instituição para o desenvolvimento de suas funções?



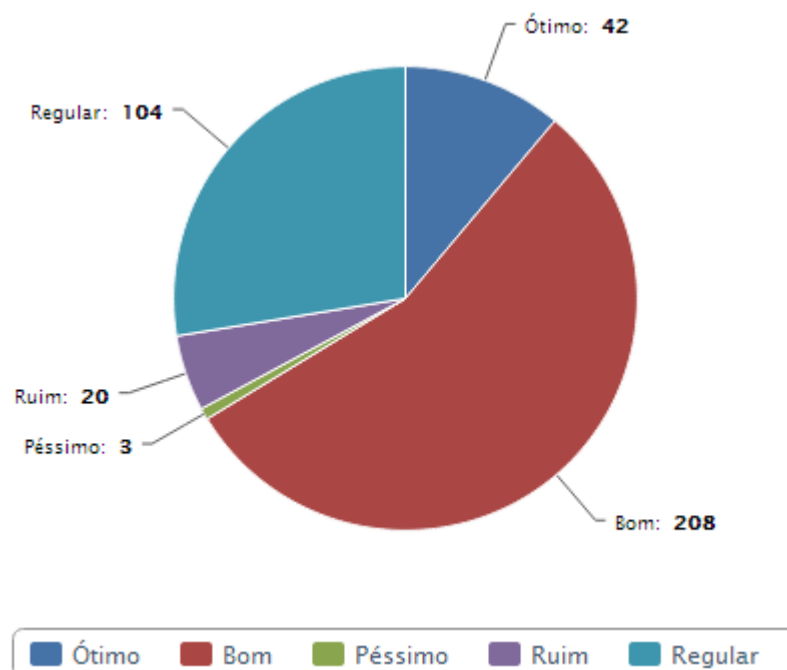
6. Como você julga o instrumento de avaliação do seu desempenho funcional?



7. Como você julga a política de assistência e melhoria da qualidade de vida dos servidores docentes e técnico-administrativos na Instituição?



8. Qual sua avaliação sobre sua carreira profissional?



9. Sugestões para a melhoria da política de pessoal e da carreira. (questão subjetiva)

10. Para você, qual a importância da realização de reuniões (pedagógica, administrativa e de grupo) como espaço formativo para os servidores? (questão subjetiva)

Nesta dimensão – política de pessoal e carreira – os técnicos-administrativos avaliaram positivamente: estrutura organizacional para o desenvolvimento de suas atividades profissionais (63%), formas de comunicação interna (61%), nível de satisfação profissional (77%), incentivos para o desenvolvimento de suas funções (54%) e a carreira profissional (66%).

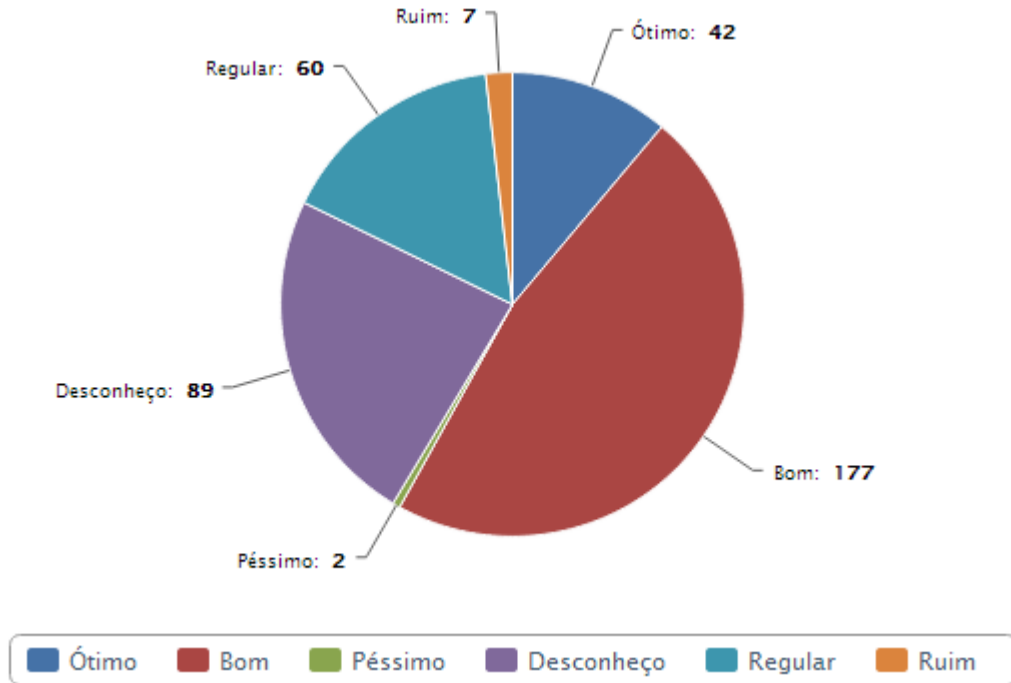
Os itens avaliados como negativos foram: a política de assistência e melhoria da qualidade de vida (59%) e a política de capacitação (55%), cuja melhoria é sugerida na maioria das respostas subjetivas.

O instrumento de avaliação de desempenho funcional foi considerado positivo por 54% dos respondentes, negativo por 40%, enquanto 6% afirmam desconhecer o instrumento. Esse dado aponta para uma necessidade de maior divulgação do instrumento de avaliação.

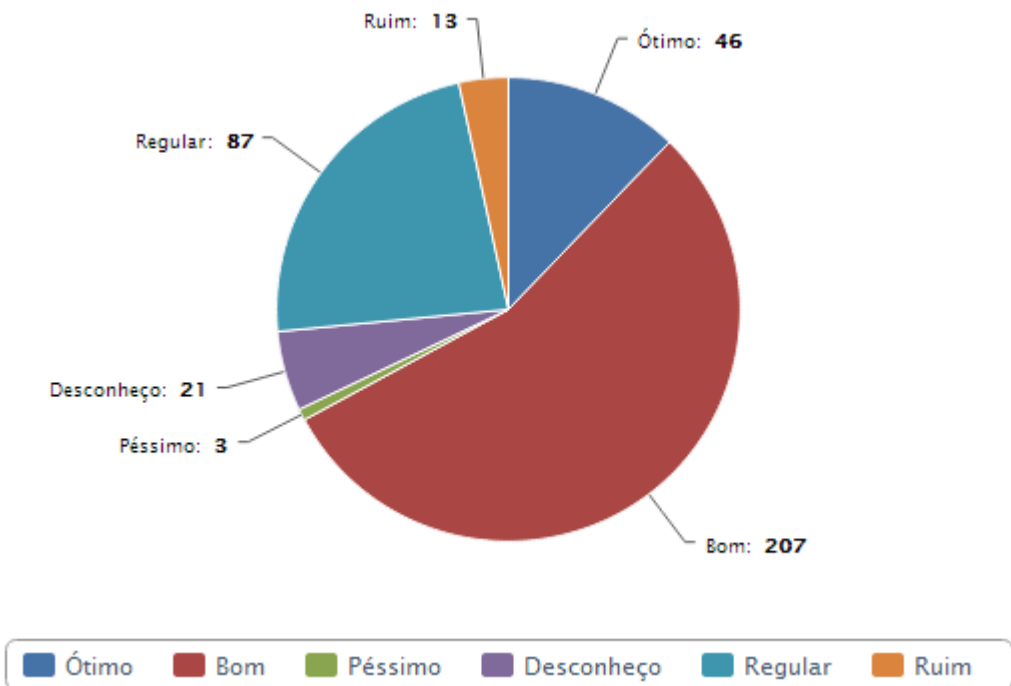
Houve boa participação nas respostas subjetivas sobre a importância das reuniões como espaço formativo. A maioria dos respondentes julga importante a realização destas reuniões, mas sugerem que estas devem ser sistemáticas e incluir a participação de todos.

DIMENSÃO C: Infraestrutura para Ensino e Pesquisa - Administrativos

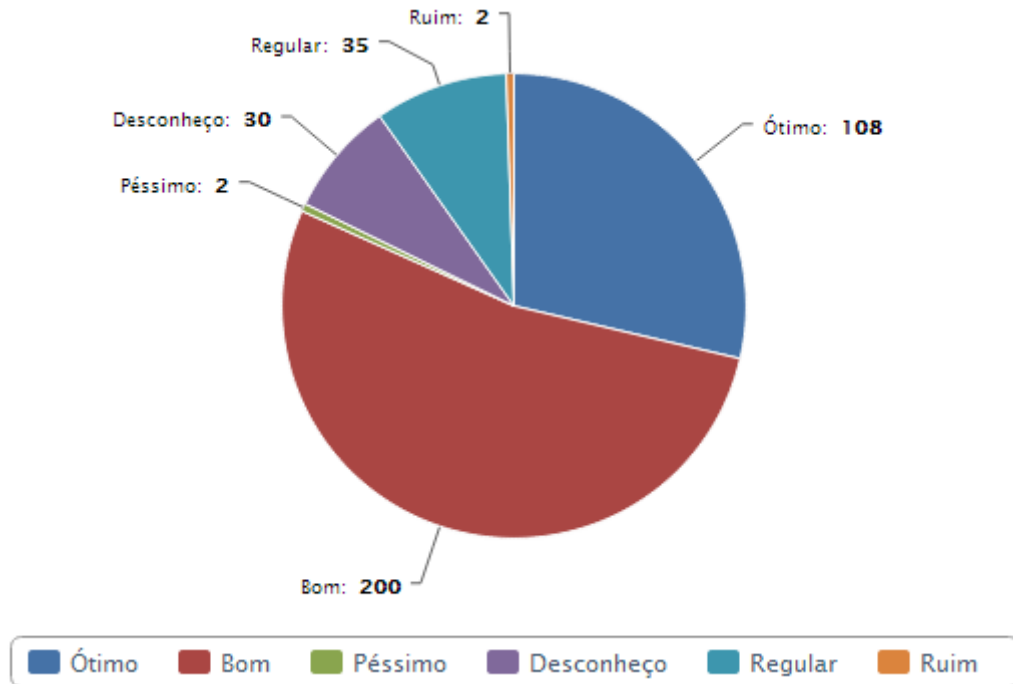
1. Como você avalia a infraestrutura dos laboratórios, os quais você tem acesso?



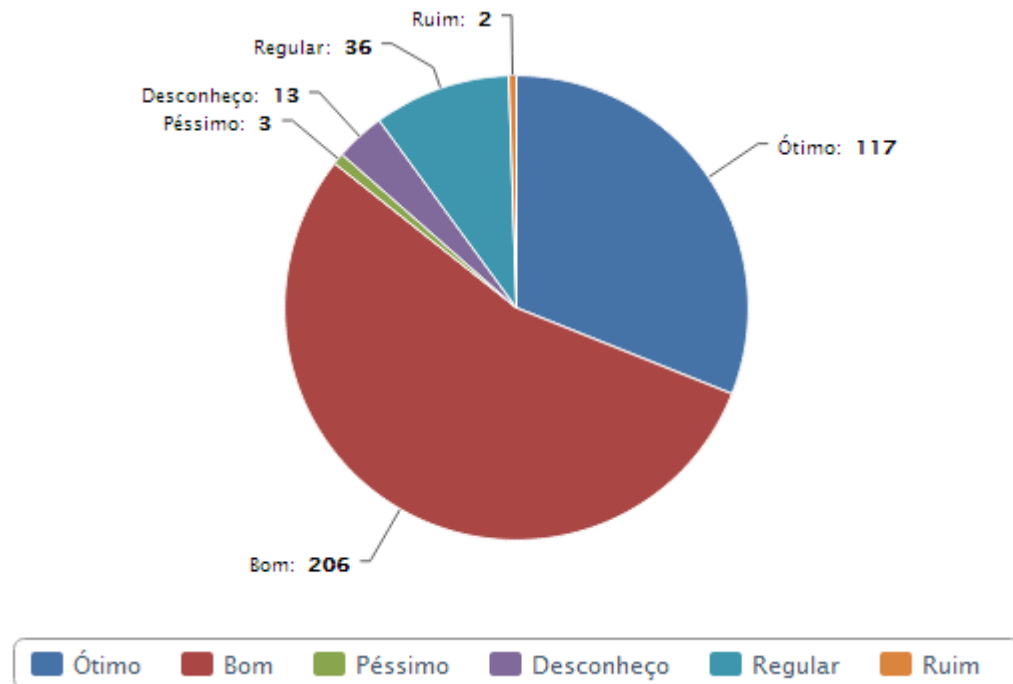
2. Como você avalia a infraestrutura da biblioteca?



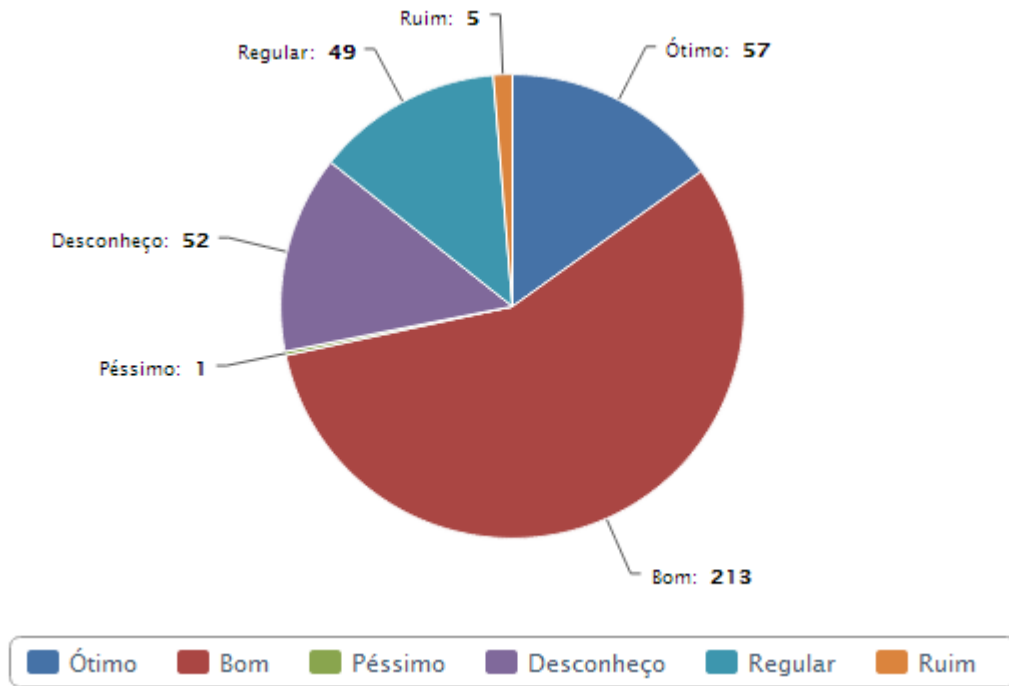
3. Qual sua avaliação sobre a infraestrutura das salas de aula?



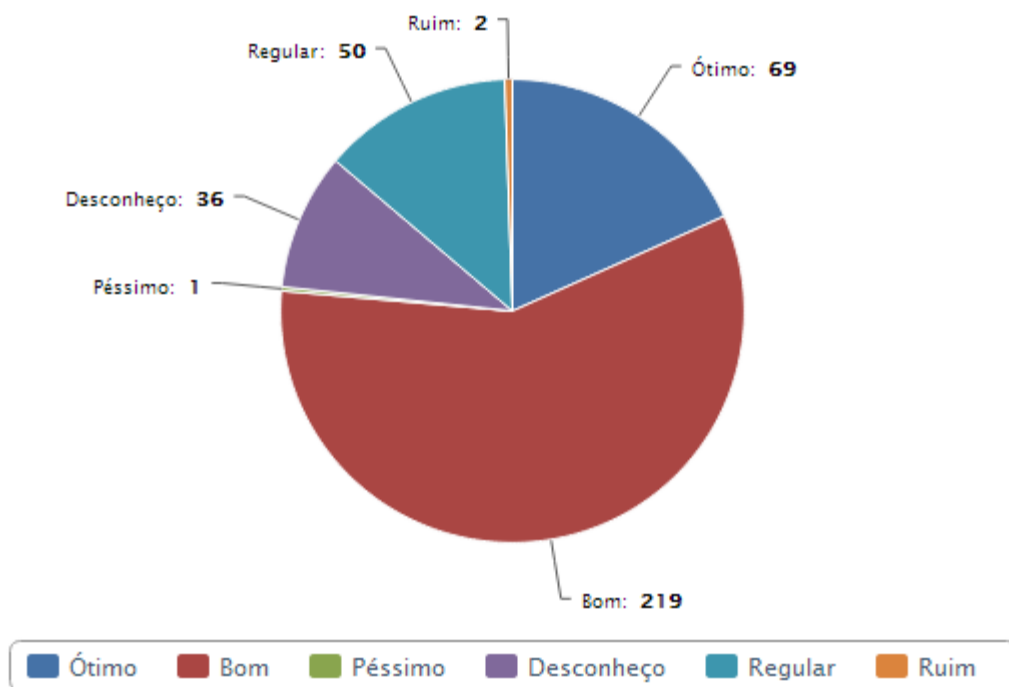
4. Qual sua avaliação sobre a infraestrutura da Instituição com relação a equipamentos de informática?



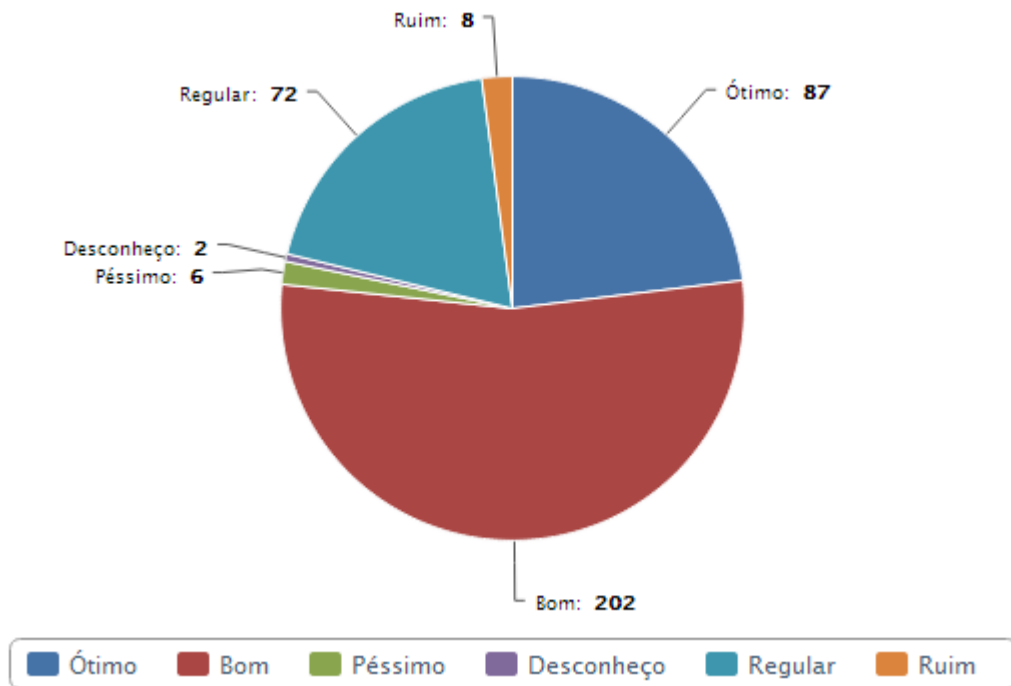
5. Os recursos didáticos (livros, apostilas, laboratórios, etc.) disponíveis podem ser avaliados como:



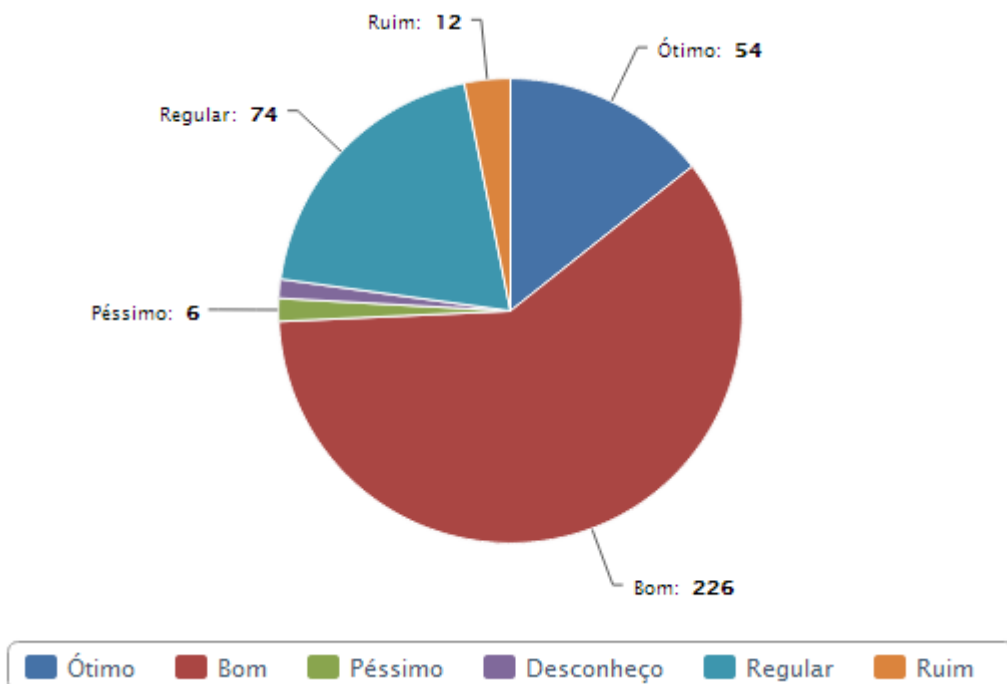
6. Como você considera o quadro de pessoal docente?



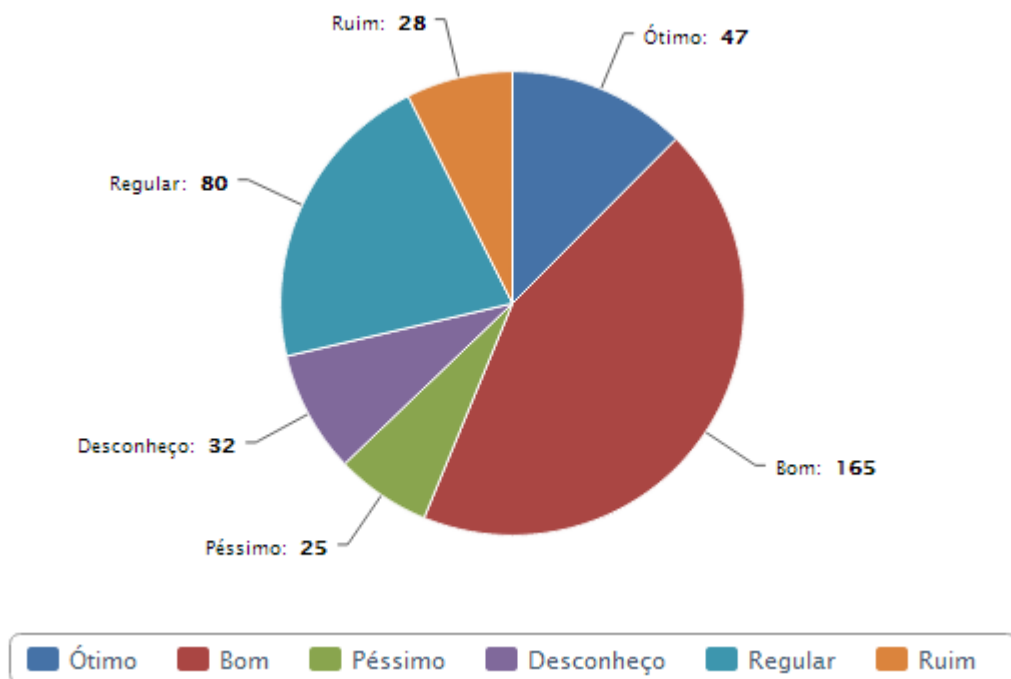
7. Como você considera o quadro de pessoal técnico-administrativo?



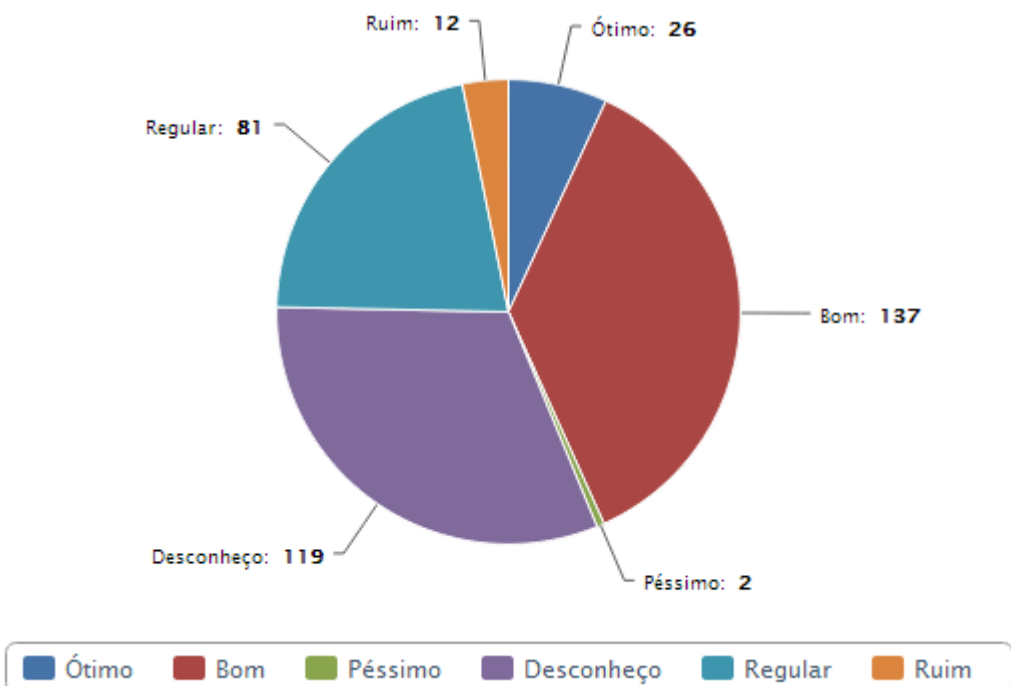
8. Como você considera o quadro de pessoal terceirizado?



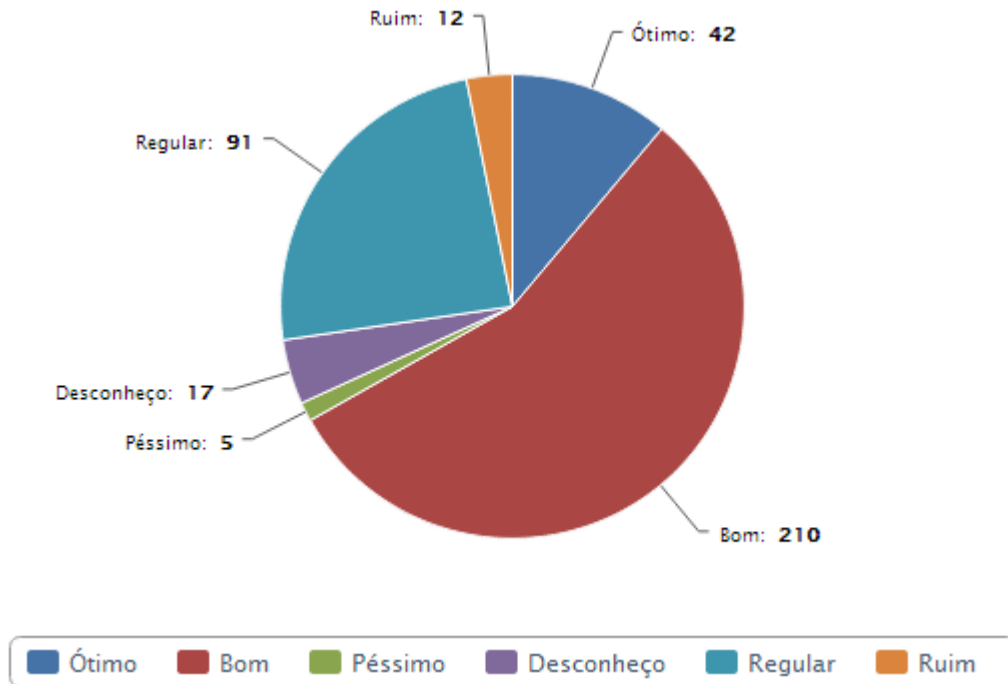
9. Qual a sua avaliação com relação à infraestrutura de transportes?



10. A infraestrutura/equipamento de laboratório está adequada à pesquisas desenvolvidas no Câmpus?



11. Qual sua avaliação sobre a manutenção da infraestrutura?



12. Sugestões para a melhoria da Infraestrutura. (questão subjetiva)

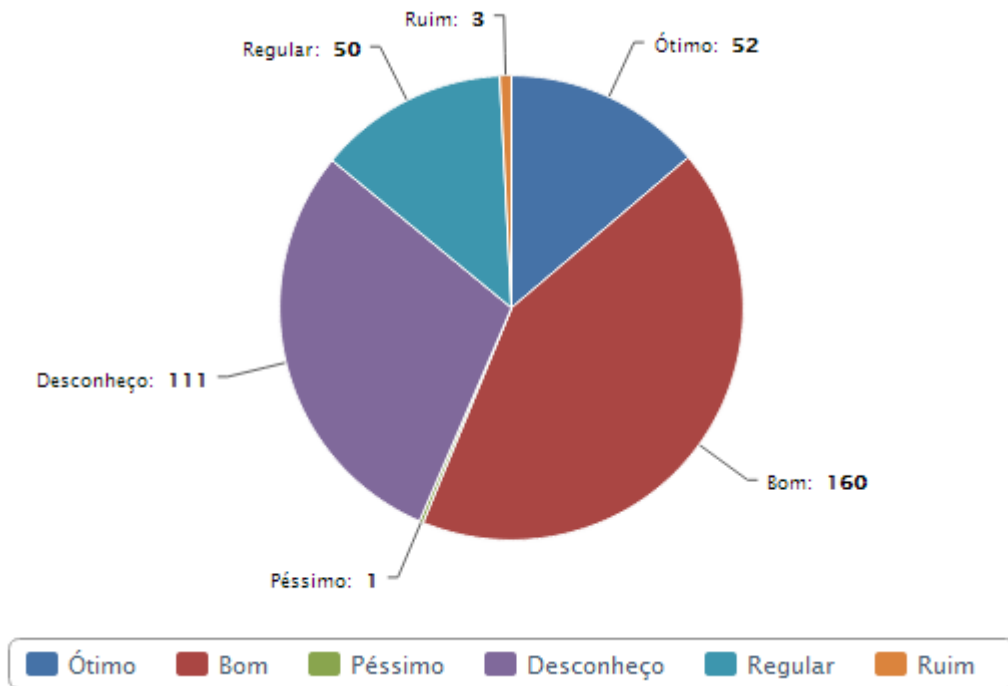
No que diz respeito à infraestrutura para ensino e pesquisa, os respondentes consideraram positivamente os laboratórios que têm acesso (58%), embora o índice de desconhecimento chegue a 24%, a Biblioteca (67%), as salas de aula (82%), equipamentos de informática (86%), recursos didáticos disponíveis (72%), quadro de pessoal docente (76%), quadro de pessoal técnico-administrativo (77%), pessoal terceirizado (74%), transportes (56%), manutenção (67%).

Com relação à adequação dos laboratórios às pesquisas desenvolvidas no Câmpus, houve um elevado índice de desconhecimento (32%), apontando o distanciamento dos técnicos-administrativos no que se refere às atividades de pesquisa.

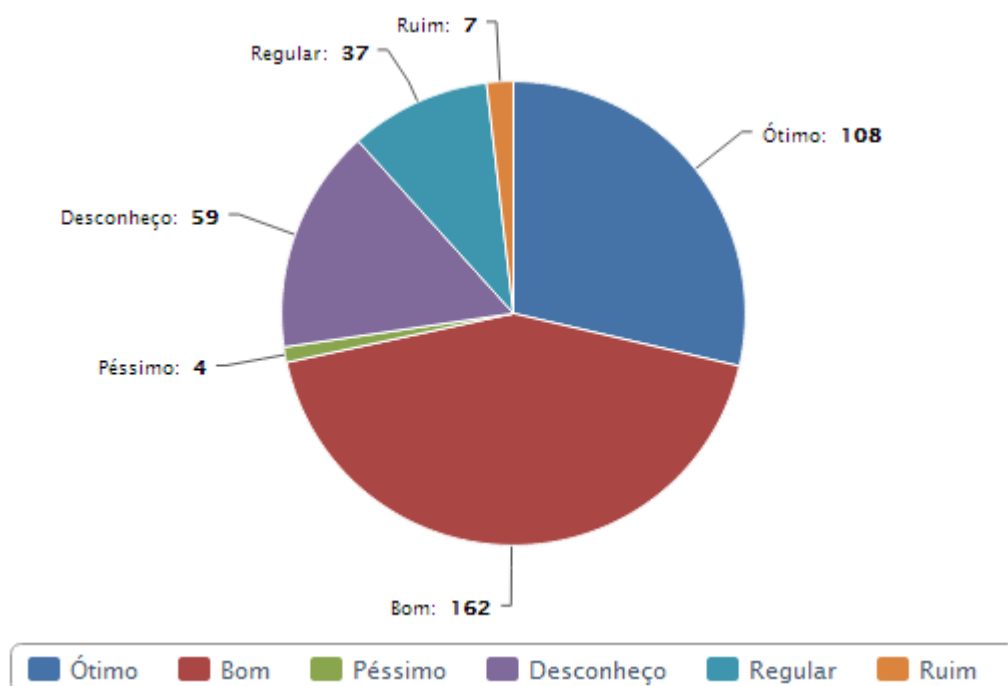
As sugestões apontadas nas respostas subjetivas, referem-se à melhoria da infraestrutura dos transportes, ampliação dos espaços físicos das Bibliotecas e melhor execução de obras e manutenção.

DIMENSÃO D: Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência aos Estudantes e Egressos - Administrativos

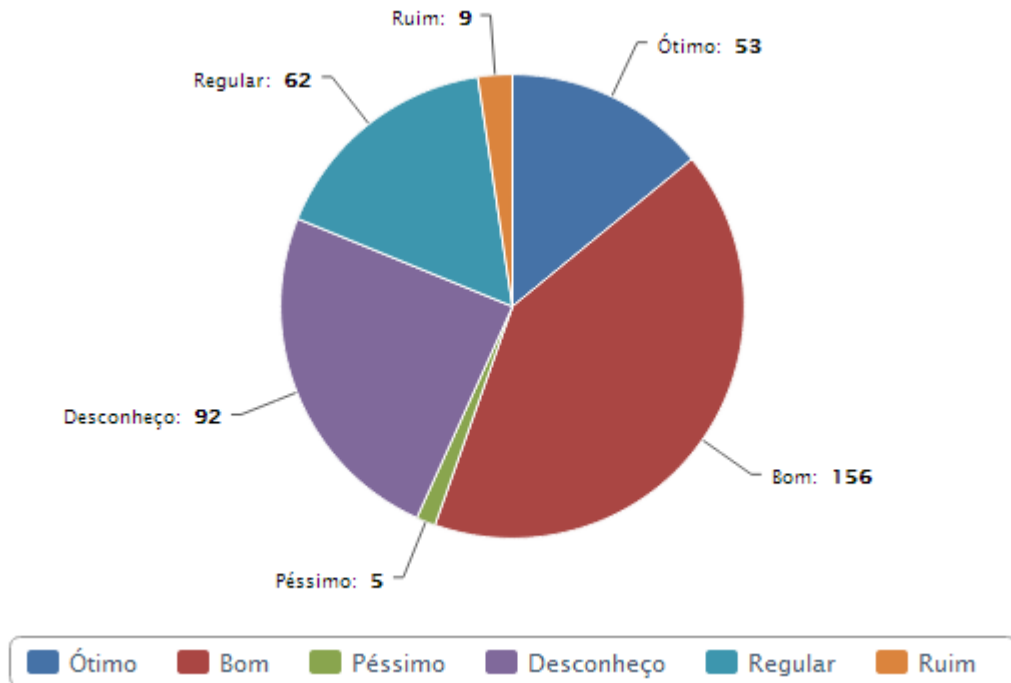
1. Como você avalia as práticas pedagógicas institucionais em relação ao ensino, tais como: aulas teóricas e práticas, visitas técnicas, uso de tecnologias de informação e comunicação, etc.?



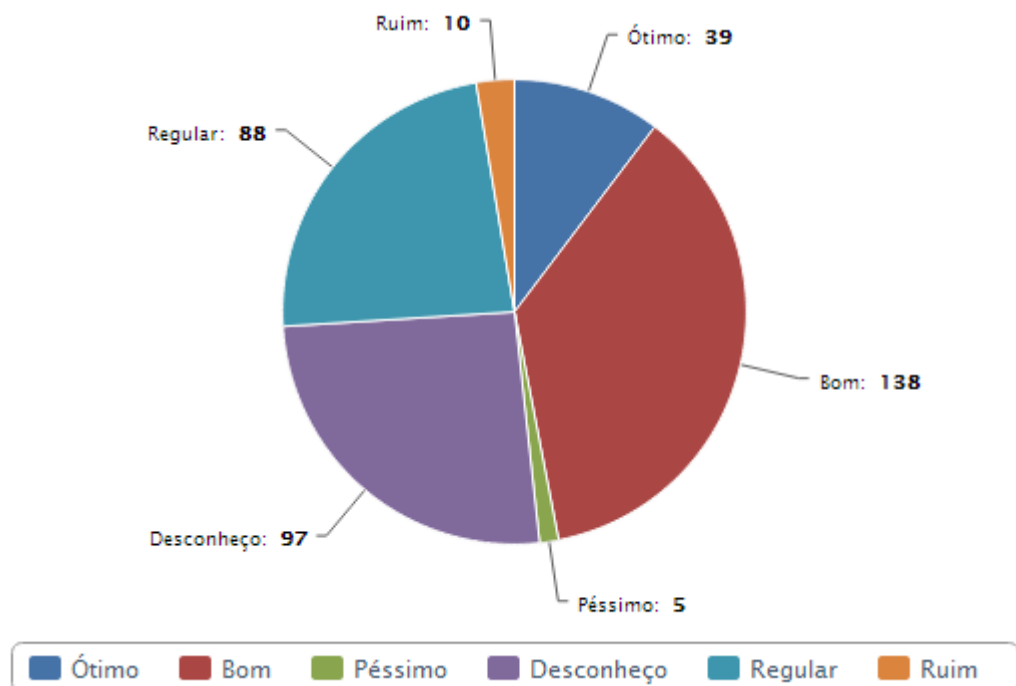
2. Qual sua avaliação sobre o programa ProITEC (Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania) como mecanismo de acesso para os alunos da rede pública?



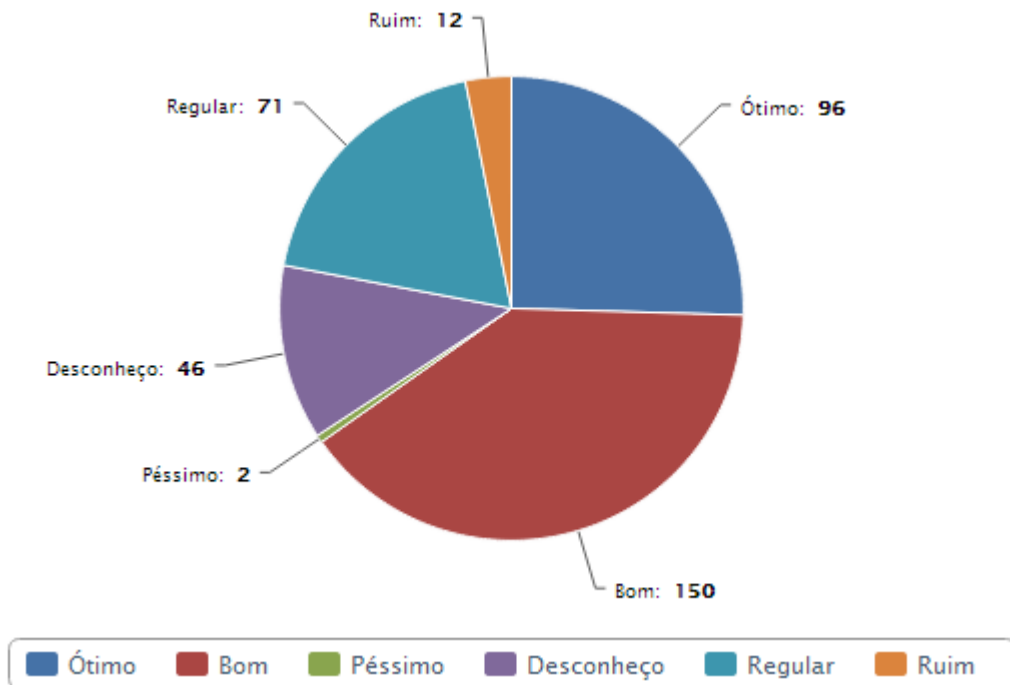
3. Como você avalia a política de pesquisa da instituição em relação à concessão de bolsas de pesquisa e iniciação científica?



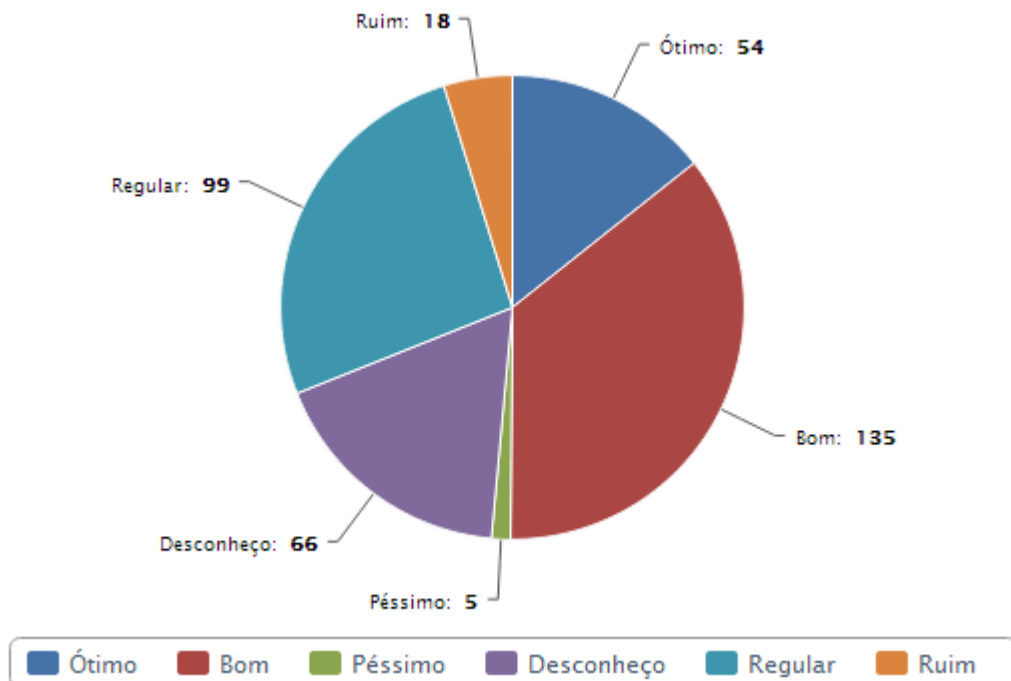
4. Como você avalia a política de pesquisa da instituição em relação aos incentivos para divulgação científica e produção acadêmica?



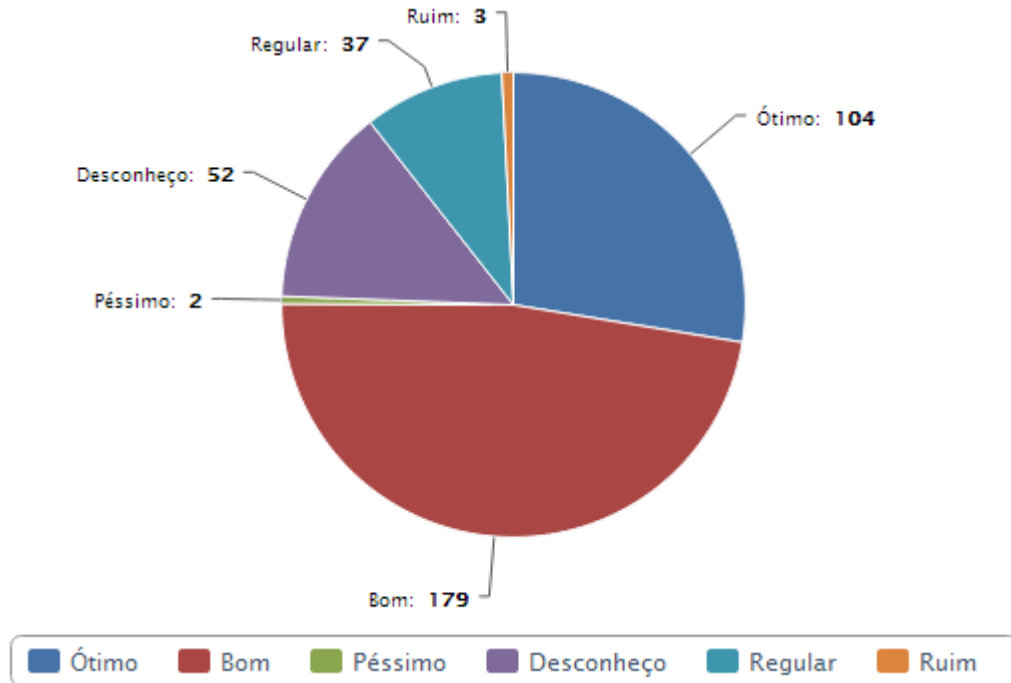
5. Como você julga a preocupação do IFRN em desenvolver atividades de Extensão que atendam à comunidade, em termos sociais, culturais, prestação de serviços, cooperação técnica, dentre outras?



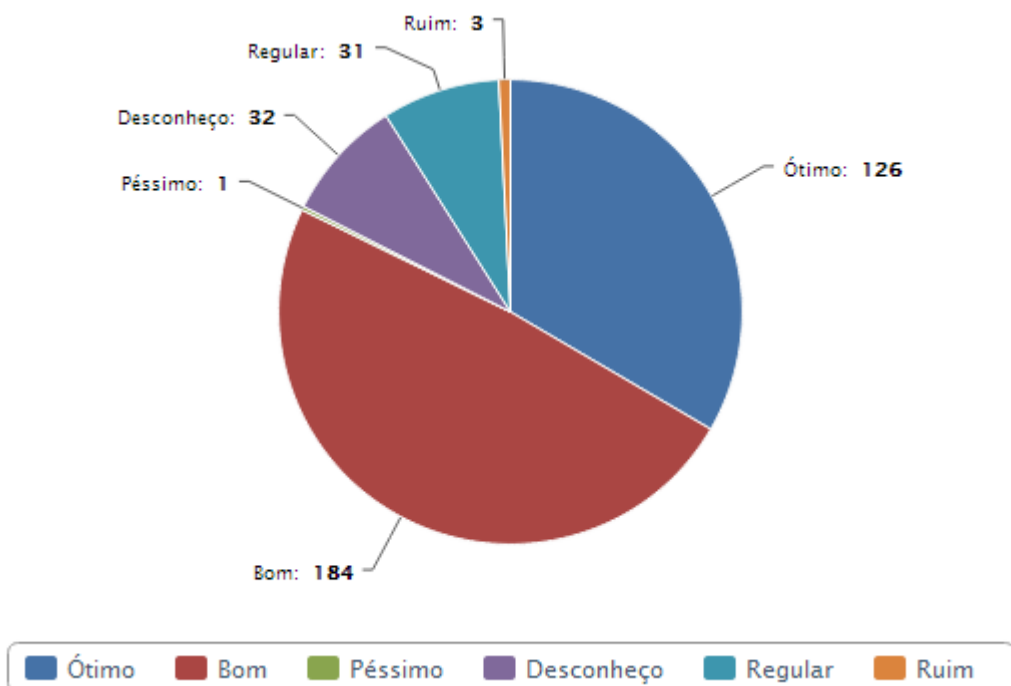
6. Considerando a política de estágios da instituição, qual a sua avaliação sobre a inserção dos alunos no mundo do trabalho?



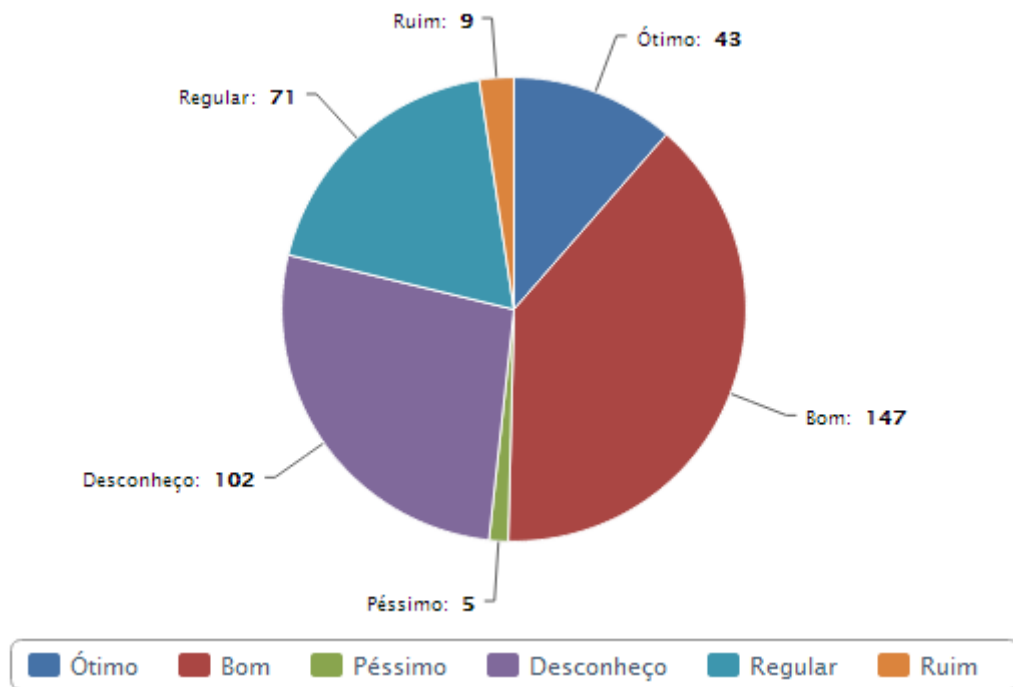
7. Qual a sua avaliação sobre a educação integrada (formação profissional e cidadã) oferecida pela instituição?



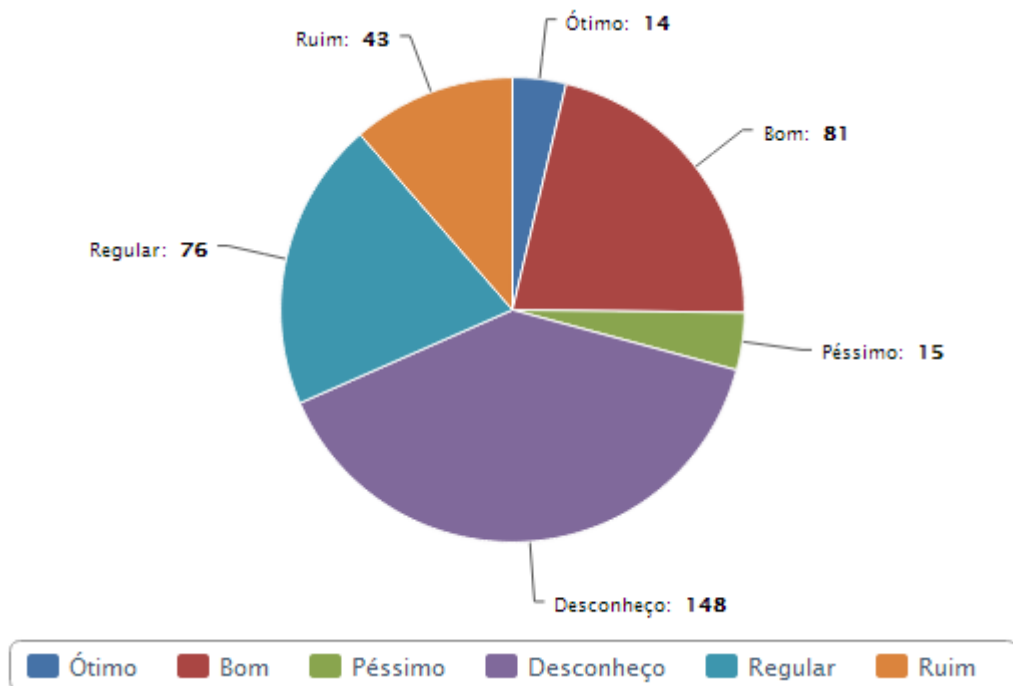
8. Qual o seu julgamento em relação aos Programas de Assistência Estudantil (bolsas de trabalho, alimentação, assistência à saúde, etc.)?



9. Como você avalia o acompanhamento pedagógico (Conselhos de classe, orientação educacional, apoio pedagógico) desenvolvido na Instituição?



10. Como você avalia o acompanhamento aos alunos egressos (recém-formados) pela instituição?



11. Aponte algumas sugestões para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da assistência estudantil, oferecidas pela instituição. (questão subjetiva)

Quanto à dimensão que trata do Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência aos estudantes e egressos, foram considerados positivos os aspectos relacionados às práticas pedagógicas institucionais (56%), ao programa PROITEC (72%), às atividades de extensão que atendam à comunidade (65%), à formação profissional e cidadã oferecida pelo IFRN (75%), aos programas de assistência estudantil (82%).

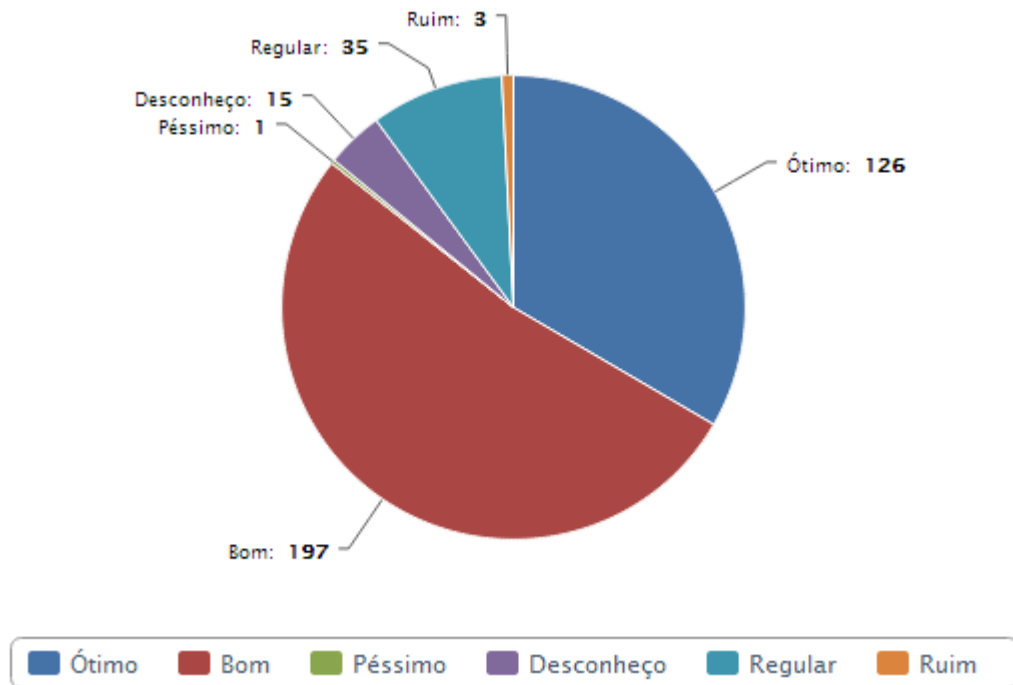
Alguns itens se encontram em condição de paridade entre os aspectos positivos e a somatória dos aspectos negativos e de desconhecimento. São eles: a política de pesquisa em relação à concessão de bolsas, a política de pesquisa em relação aos incentivos para divulgação, a política de inserção dos alunos no mundo do trabalho, acompanhamento pedagógico aos estudantes.

O acompanhamento dos alunos egressos é um dos itens mais vulneráveis desta dimensão, tendo em vista que 39% dos técnicos-administrativos afirmam desconhecer esse acompanhamento. Outros 36% consideram como negativo o acompanhamento aos alunos egressos.

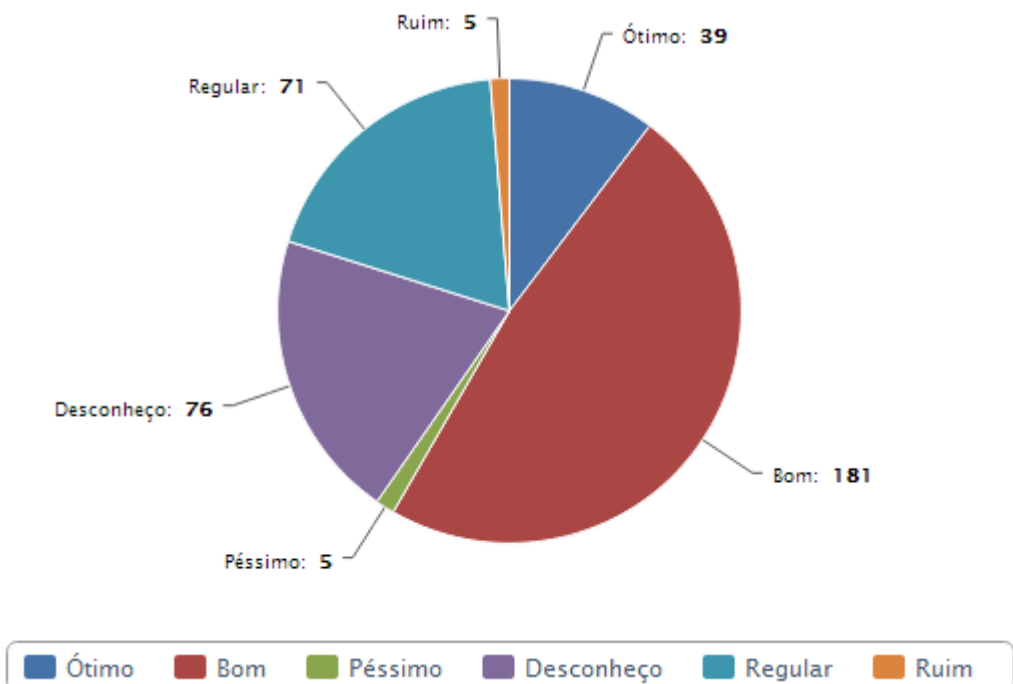
Por fim, as sugestões que se destacaram nas respostas subjetivas foram a necessidade de ampliação no número de bolsas de pesquisa e de extensão, bem como elevar o valor destas bolsas.

DIMENSÃO E: A Função Social e o PDI - Administrativos

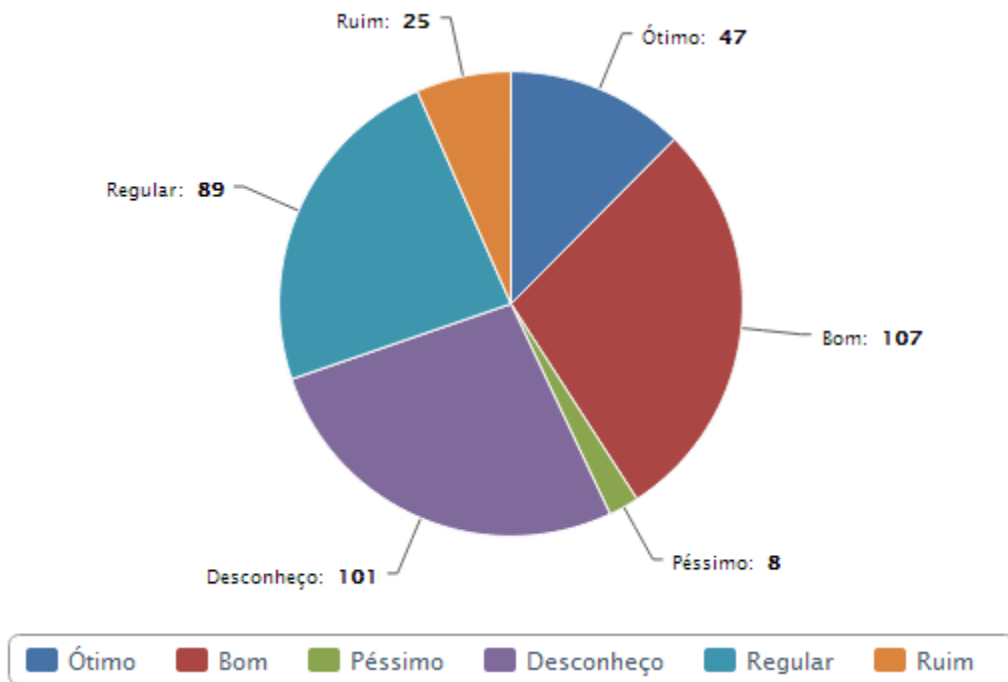
1. Como você avalia o IFRN em relação a sua função social, os objetivos e as finalidades, no tocante às suas ofertas educacionais?



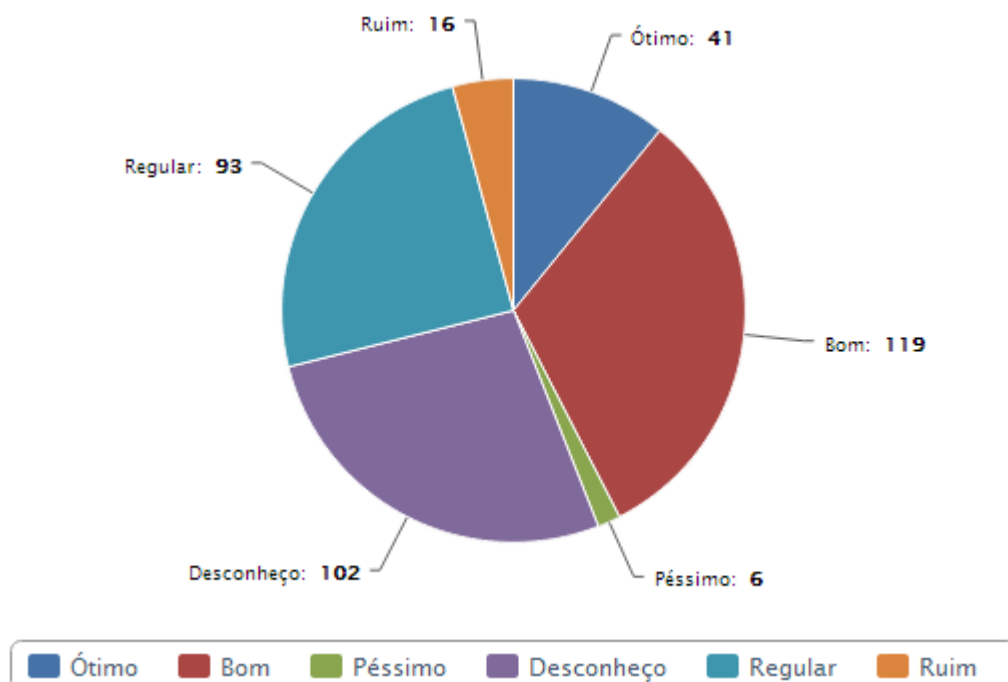
2. As relações estabelecidas através de convênios, acordos e contratos pela Instituição com a sociedade (setor produtivo público e privado e organizações sociais) podem ser avaliadas como:



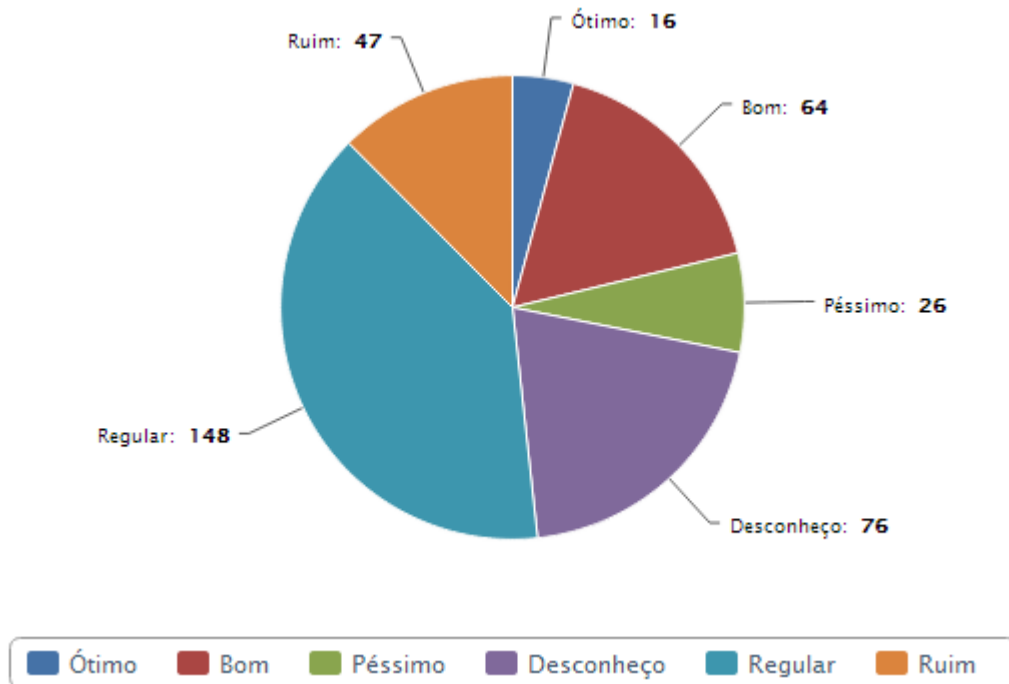
3. Como você julga as ações para promover iniciativas de empreendedorismo, tais como: incubação de empresas, empresas juniores e inovação tecnológica?



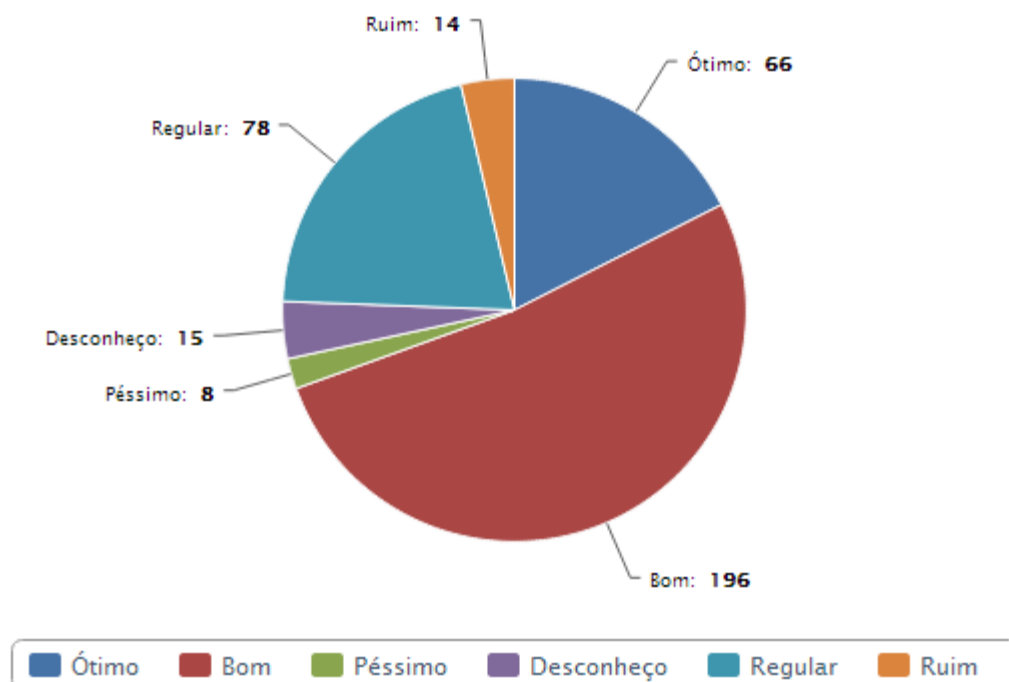
4. Como você avalia a política da Instituição com relação à inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas?



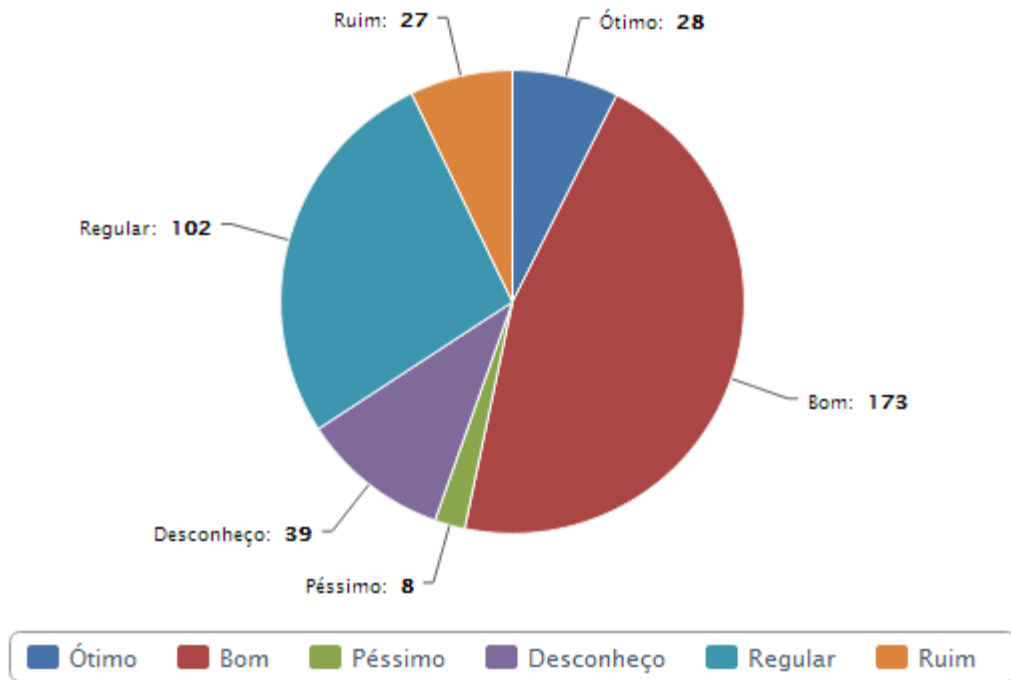
5. Qual o seu grau de conhecimento do Projeto Político-Pedagógico?



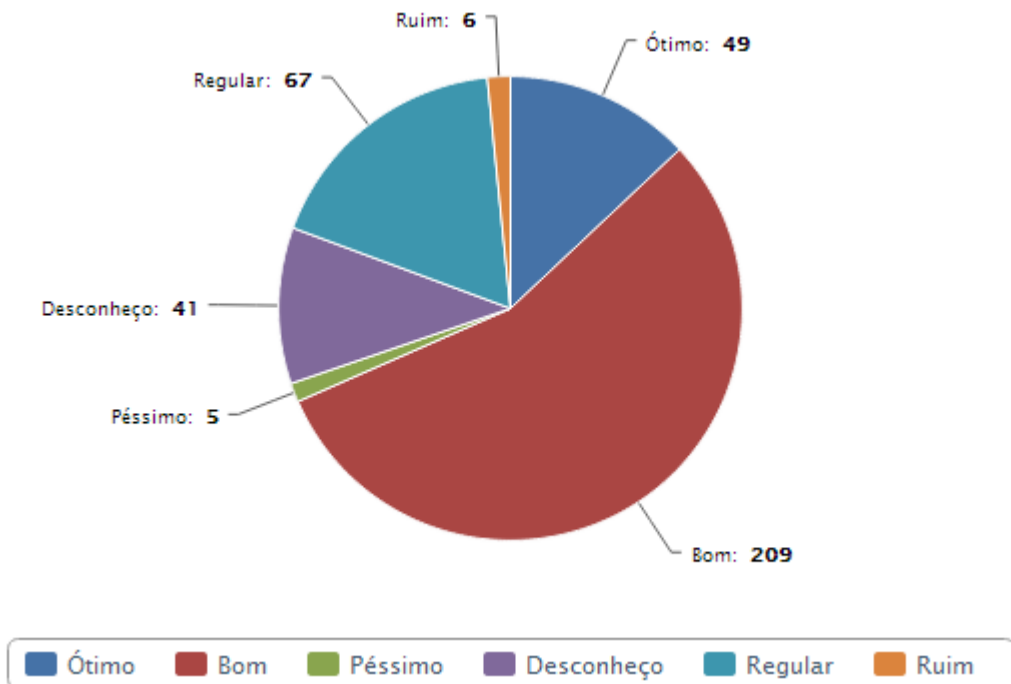
6. Como você considera os meios de comunicação utilizados pela Instituição com a sociedade? (televisão, jornais, folhetos, banners, portal na internet, correspondências, etc.)



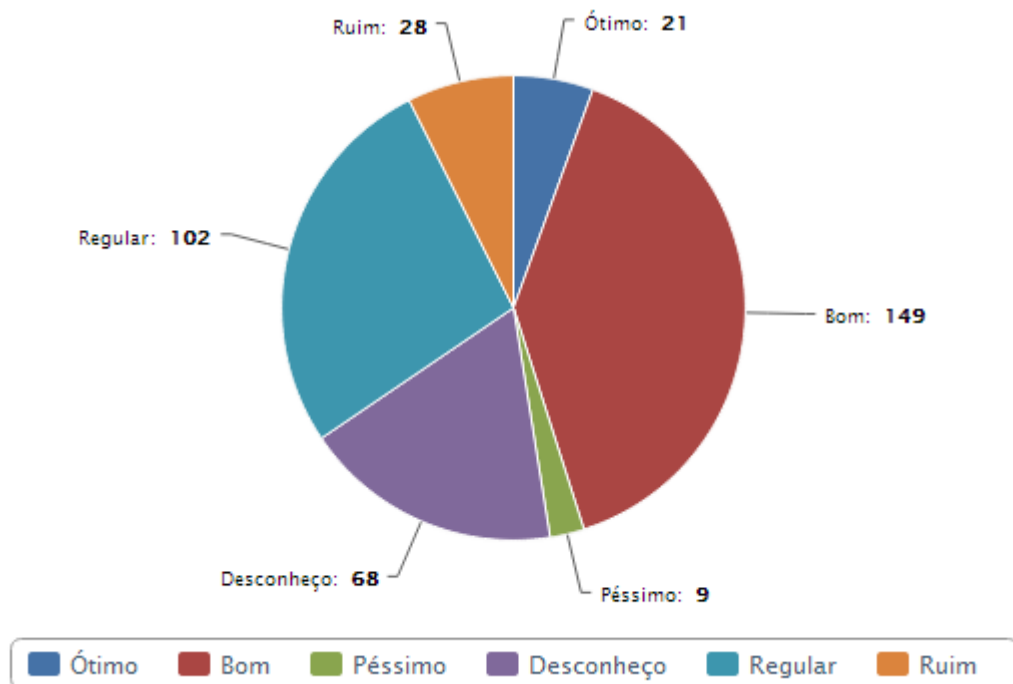
7. Como pode ser avaliada a interação da Instituição com a sociedade nas áreas de lazer, cultura e cidadania?



8. Como pode ser avaliada a interação da Instituição com a sociedade nas áreas educação, desenvolvimento científico e tecnológico?



9. E em relação às áreas saúde, meio ambiente e planejamento urbano?



10. Críticas, sugestões e comentários sobre a Função Social e o PDI. (questão subjetiva)

Nesta dimensão, os itens considerados positivos na avaliação dos administrativos, foram: a função social, os objetivos e finalidades do IFRN quanto às suas ofertas educacionais (86%), os meios de comunicação do IFRN com a sociedade (69%), a interação da Instituição com a sociedade nas áreas de educação, desenvolvimento científico e tecnológico (68%).

O grau de conhecimento do Projeto Político-Pedagógico foi avaliado como negativo (59%), esse aspecto foi reforçado nas respostas subjetivas, o que sugere a necessidade de promover uma discussão entre os técnicos-administrativos acerca deste documento.

Os julgamentos dos técnicos-administrativos se dividiram igualmente quando considerados os aspectos positivos e a soma de aspectos negativos e de desconhecimento com relação aos convênios, acordos e contratos com a sociedade, ações para promover iniciativas de empreendedorismo, inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas, interação com a sociedade nas áreas de

lazer, cultura e cidadania e em relação às áreas saúde, meio ambiente e planejamento urbano.

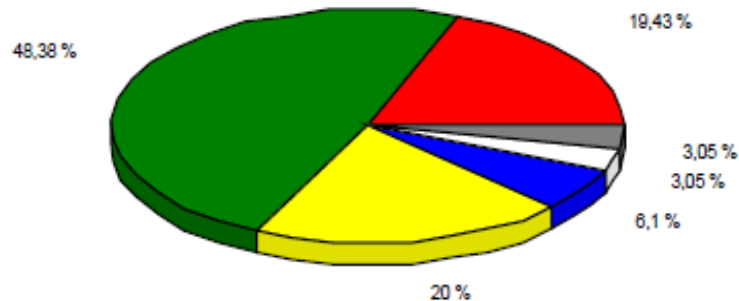
O que mais se evidenciou nas respostas subjetivas foram questionamentos cobrando sobre a interação do IFRN com a sociedade, seja com relação às atividades de pesquisa, extensão ou encaminhamentos para estágios, bem como sobre a necessidade de oferta de cursos mais próximos à realidade demandada.

4 ANÁLISE DOS DADOS DOS DOCENTES

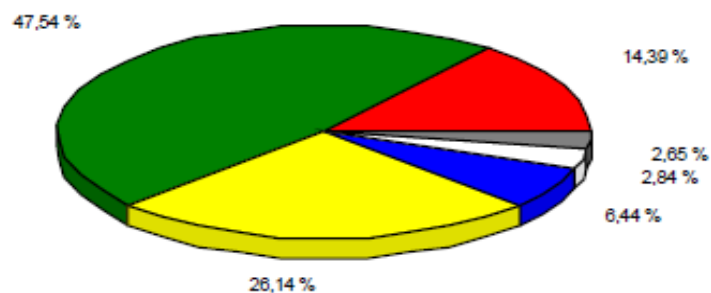
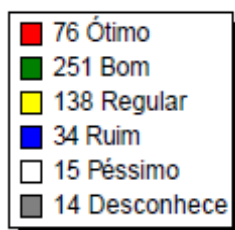
Docentes respondentes – 525 (40,54% do total de 1.295)

DIMENSÃO A: Organização, Gestão, Planejamento e Avaliação Institucional - Docentes

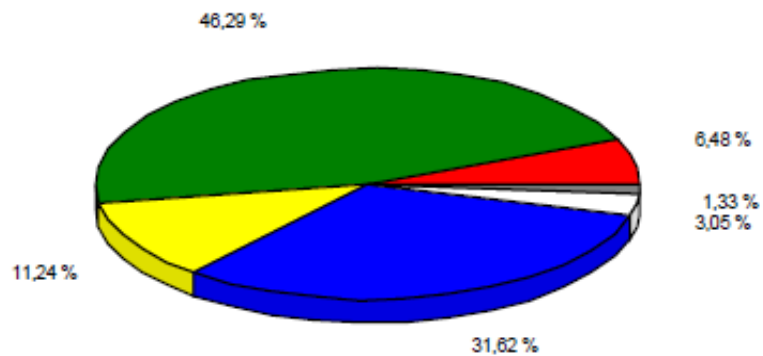
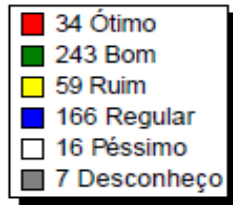
1. Como você considera a coerência das ações da gestão administrativa no seu Câmpus, em relação ao cumprimento dos objetivos, a execução dos projetos institucionais e a estrutura organizacional?



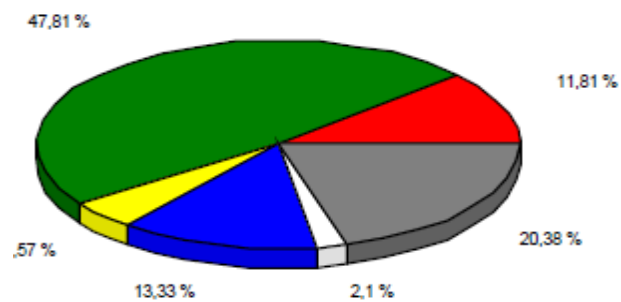
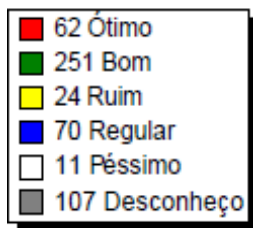
2. Como pode ser avaliado o funcionamento das instâncias de apoio e participação da gestão administrativa (conselhos, comissões de assessoramento, reuniões administrativas e pedagógicas)?



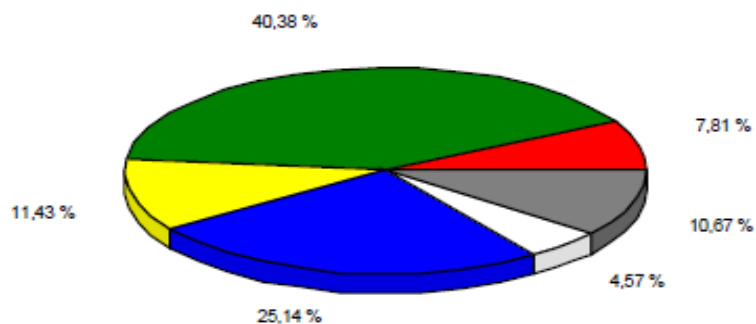
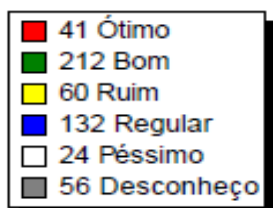
3. Como você julga o seu conhecimento em relação aos instrumentos normativos e organizacionais da Instituição (Estatutos, regimentos, organogramas, organização didática, entre outros)?



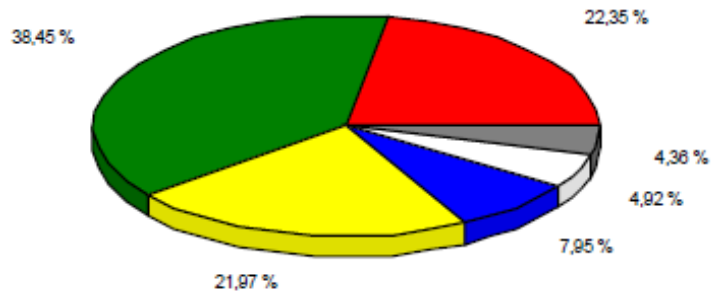
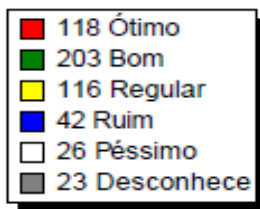
4. Como você considera os sistemas de arquivo e registro da Instituição?



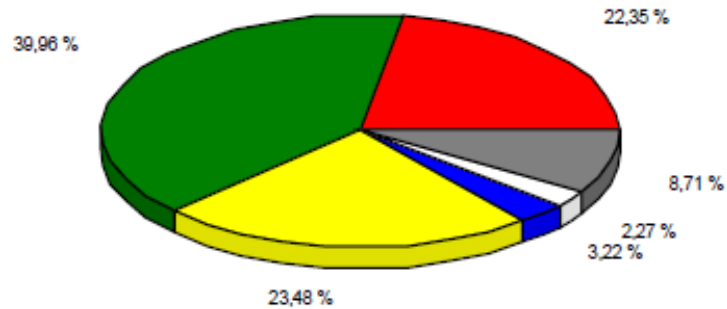
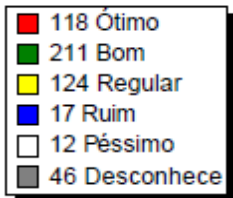
5. Qual sua avaliação sobre a efetivação do planejamento estratégico no IFRN como forma de antecipar problemas e propor soluções?



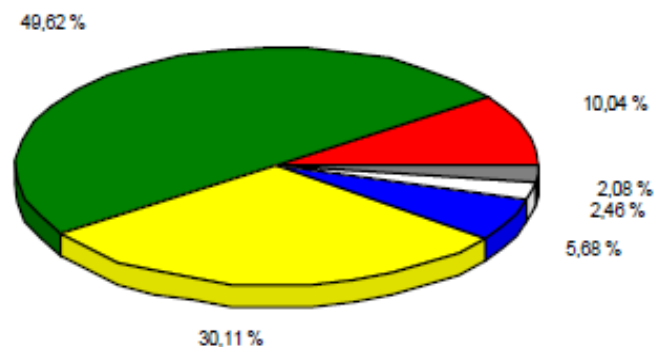
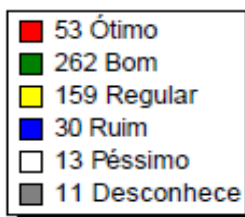
6. Qual o seu julgamento quanto à descentralização administrativa nas tomadas de decisões na Instituição?



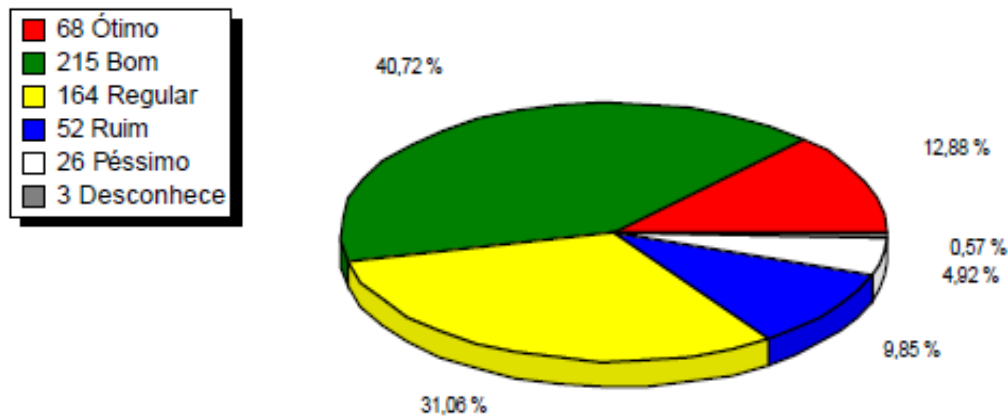
7. Qual sua avaliação sobre a incorporação de ações de melhoria contínua no planejamento geral da Instituição?



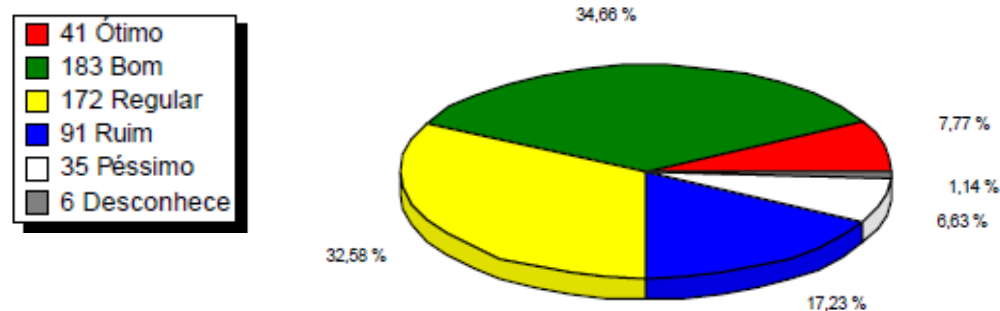
8. No seu entendimento, os procedimentos de avaliação e acompanhamento das atividades acadêmicas, podem ser avaliadas como:



9. Qual sua avaliação sobre a comunicação e a circulação da informação na Instituição, como forma de integração e eficiência administrativa?



10. Como você avalia o serviço de segurança na Instituição?



11. Sugestões quanto à Organização, à Gestão, ao Planejamento e à Avaliação Institucional. (questão subjetiva)

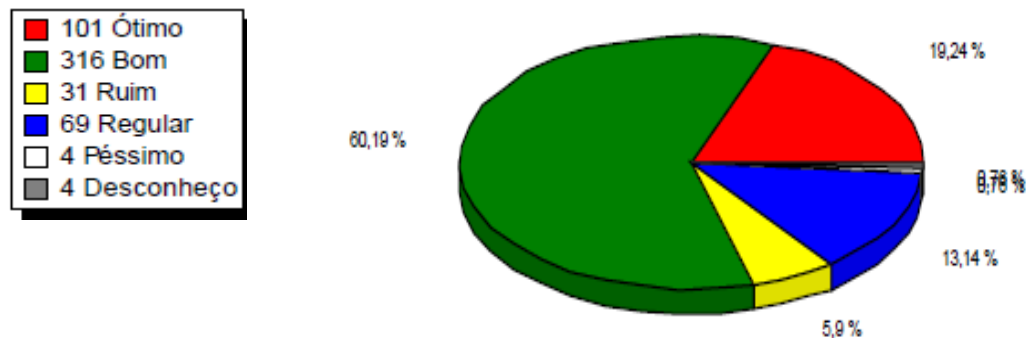
A análise dos dados pertinentes a dimensão sobre à organização, à gestão, ao planejamento e à avaliação institucional por parte dos docentes apresentou-se ligeiramente positiva atingindo o percentual de 56,6% dos respondentes dentro de ótimo ou bom. O percentual de respostas negativas (ruim, péssimo e regular) compreende 37,6% e o total que desconhece a dimensão avaliada representa 4,8%. Embora quase 60% das respostas estejam dentro de ótimo ou bom, as sugestões dos docentes remetem a certa insatisfação com relação a alguns problemas e necessidades dos Câmpus como gestão democrática e segurança.

Um grande número de reivindicações aponta para ações mais transparentes e descentralizadas da gestão. Segundo as respostas, as tomadas de decisões importantes não são realizadas coletivamente e os servidores não são consultados sugerindo que o planejamento seja feito em conjunto com os servidores, a fim de atender as necessidades de cada grupo. Os servidores e terceirizados devem se apropriar das devidas funções, a serem exercidas em seu setor, seja por meio de cursos de capacitação ou treinamento específico, com a finalidade de exercer devidamente suas funções. Em relação às reuniões pedagógicas, segundo este segmento, devem ser melhor organizadas, sendo estas com fins pedagógicos e que seja estabelecido um horário à parte para as reuniões administrativas se necessário.

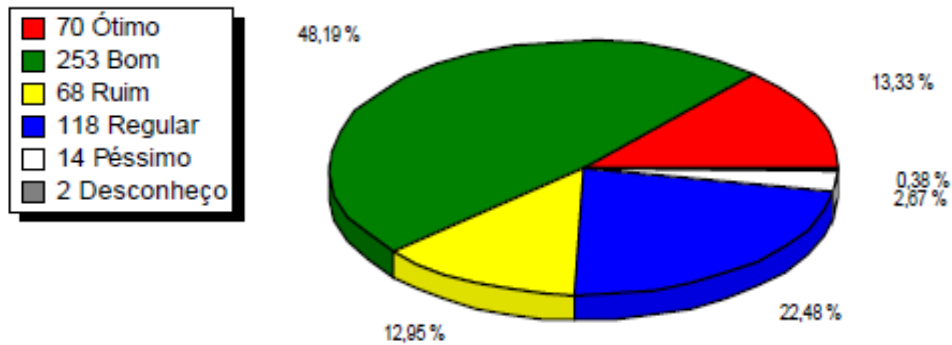
O grupo mostrou-se bastante preocupado em relação à insuficiência de salas nos Câmpus, pois com a ampliação de vagas ocorre o déficit na infraestrutura da instituição, apontando para a falta de um planejamento coletivo.

DIMENSÃO B: Política de Pessoal e Carreira - Docentes

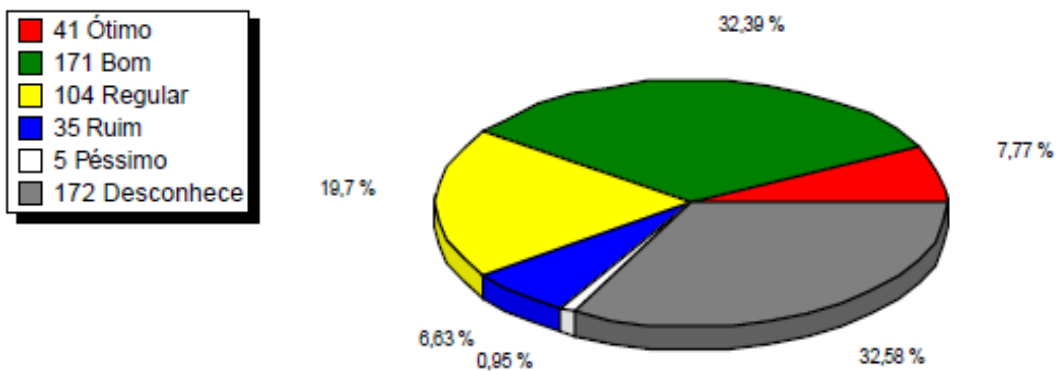
1. Qual sua avaliação sobre a estrutura organizacional do IFRN para o desenvolvimento de suas atividades profissionais?



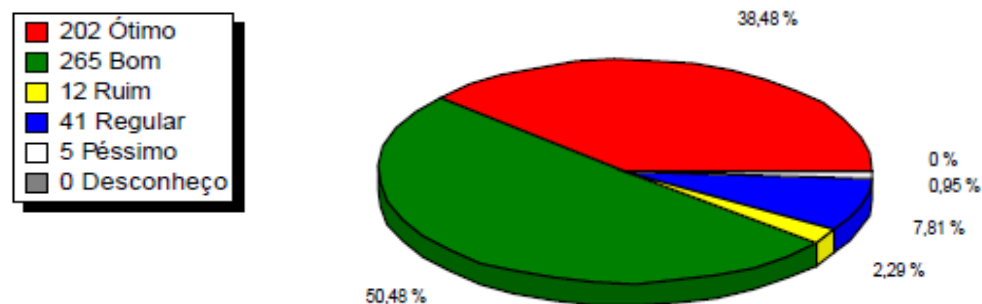
2. Qual o seu julgamento em relação às formas de comunicação interna da Instituição?



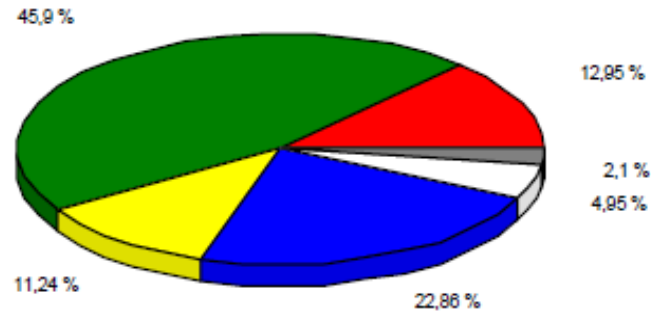
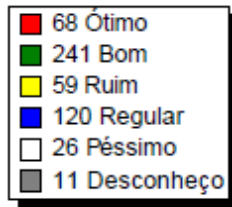
3. Como você avalia a política de capacitação/qualificação da Instituição para os servidores técnico-administrativos?



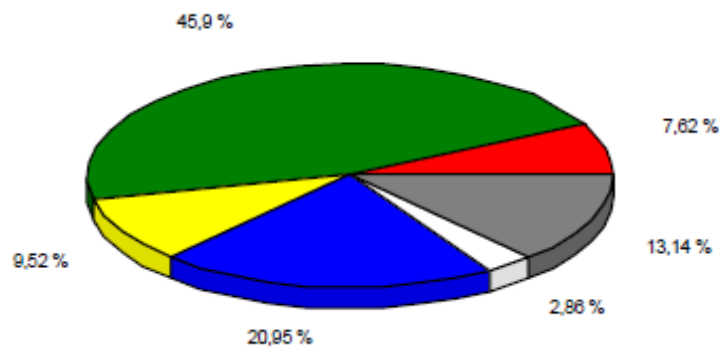
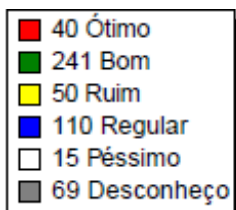
4. Qual o seu nível de satisfação profissional na Instituição?



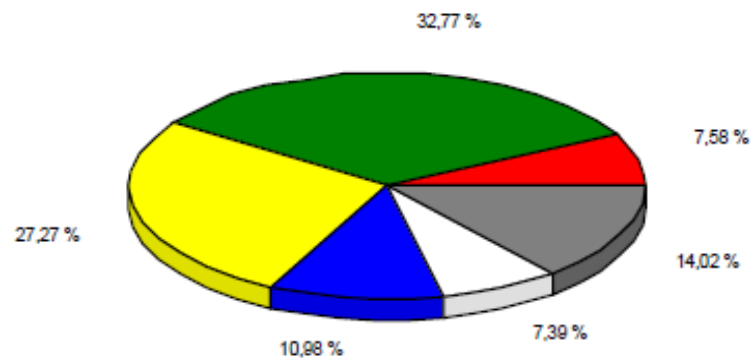
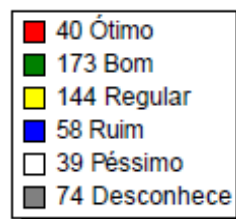
5. Como você avalia os incentivos (participação em eventos, capacitação, política de valorização) e demais formas de apoio da Instituição para o desenvolvimento de suas funções?



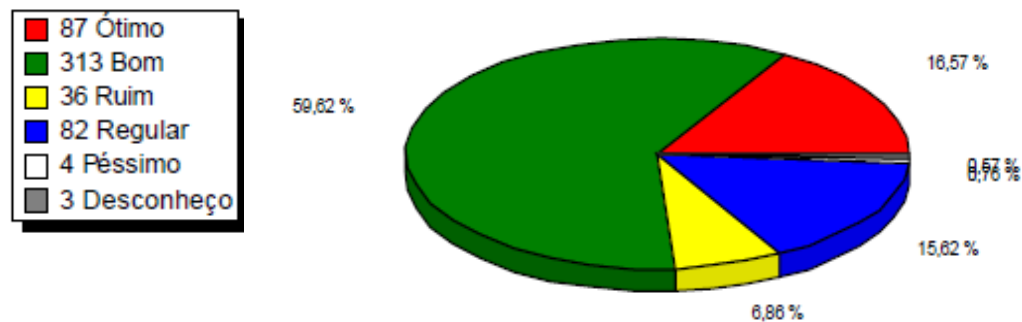
6. Como você julga o instrumento de avaliação do seu desempenho funcional?



7. Como você julga a política de assistência e melhoria da qualidade de vida dos servidores docentes e técnico-administrativos na Instituição?



8. Qual sua avaliação sobre sua carreira profissional?



9. Sugestões para a melhoria da política de pessoal e da carreira. (questão subjetiva)

10. Para você, qual a importância da realização de reuniões (pedagógica, administrativa e de grupo) como espaço formativo para os servidores? (questão subjetiva)

Os dados pertinentes à dimensão política de pessoal e carreira se mostram positivos, com um percentual de 62,2% dos respondentes dentro de ótimo ou bom. O percentual de respostas negativas (ruim, péssimo e regular) compreende 30% e o total que desconhece a dimensão avaliada representa 7,8%. Esse percentual de desconhecimento indica que deveria haver maiores esclarecimentos sobre a política de carreira e capacitação. Os docentes sugeriram aperfeiçoar o sistema de capacitação quanto à liberação de servidores para mestrados e doutorados, visando um sistema igualitário. Deve existir um investimento em capacitação para os docentes com aumento do número de parcerias e cooperações com universidades do Brasil e do exterior, bem como o aumento de recursos para aperfeiçoamento em congressos. Sugere-se também a adequação da carga horária com a finalidade de desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, a fim de atender as demandas locais. Além disso, devem ser incluídos em cada Câmpus, programas de qualidade de vida visando atender às necessidades dos servidores quanto à assistência médica e atividades físicas. A grande insatisfação dos respondentes é ressaltada em relação à instabilidade normativa e desestruturação deliberada da carreira, desestimulando assim, o exercício da profissão.

Também é demonstrado descontentamento sobre como é conduzida a dinâmica das reuniões pedagógicas, visto que o que deveria ser um espaço de

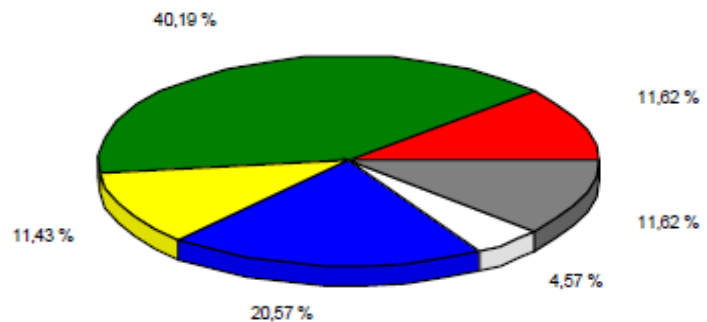
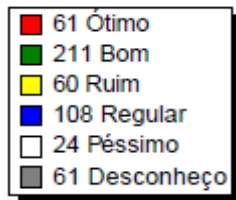
formação pedagógica transformou-se em sua maioria em reuniões meramente administrativas.

Os docentes reclamam ainda da falta de feedback no que se diz respeito ao que foi discutido nas reuniões pedagógicas, pois é importante para mudanças de postura no fazer acadêmico, solucionando assim, os problemas educacionais. As sugestões remetem que este espaço deve ser direcionado à formação e debates, contribuindo para o aperfeiçoamento do docente, visto que muitos não são licenciados necessitando de uma assistência pedagógica no exercer de sua profissão.

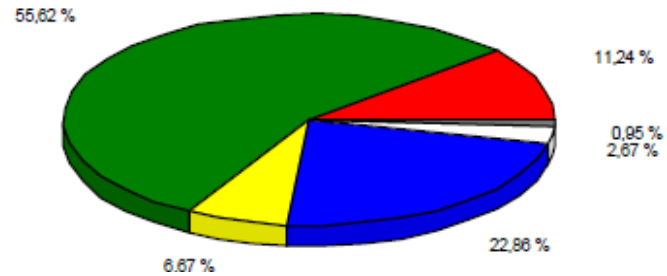
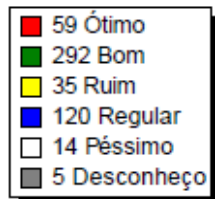
E por fim, verifica-se o desagrado em relação às reuniões de grupo, pois deveriam ser melhor direcionadas e que contemplassem também a integração com grupos específicos, permitindo a interdisciplinaridade.

DIMENSÃO C: Infraestrutura para Ensino e Pesquisa - Docentes

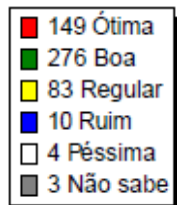
1. Como você avalia a infraestrutura dos laboratórios, os quais você tem acesso?



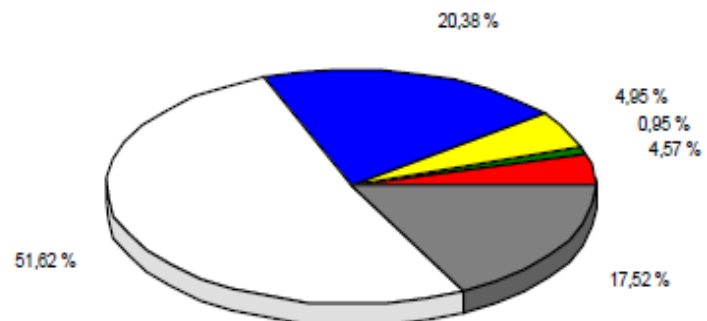
2. Como você avalia a infraestrutura da biblioteca?



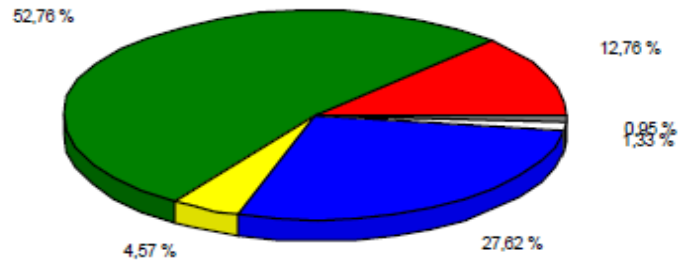
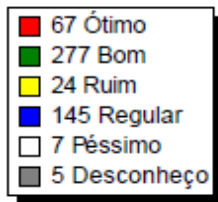
3. Qual sua avaliação sobre a infraestrutura das salas de aula?



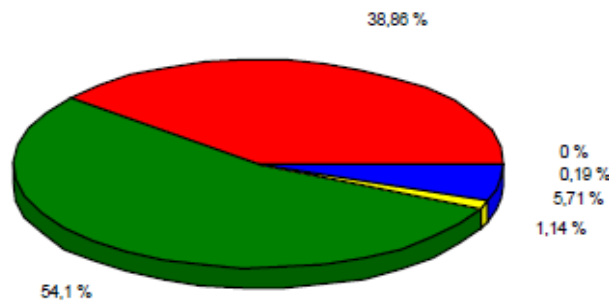
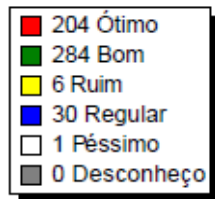
4. Qual sua avaliação sobre a infraestrutura da Instituição com relação a equipamentos de informática?



5. Os recursos didáticos (livros, apostilas, laboratórios, etc.) disponíveis podem ser avaliados como:



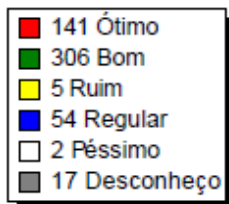
6. Como você considera o quadro de pessoal docente?



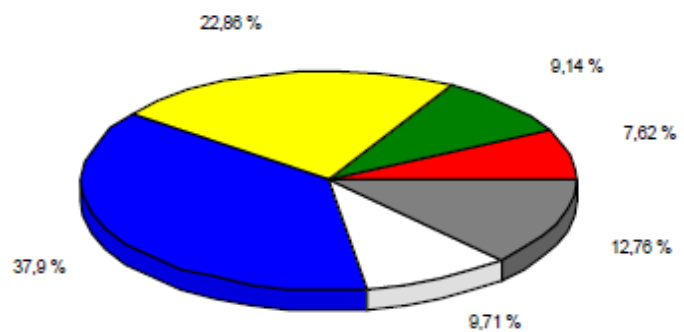
7. Como você considera o quadro de pessoal técnico-administrativo?



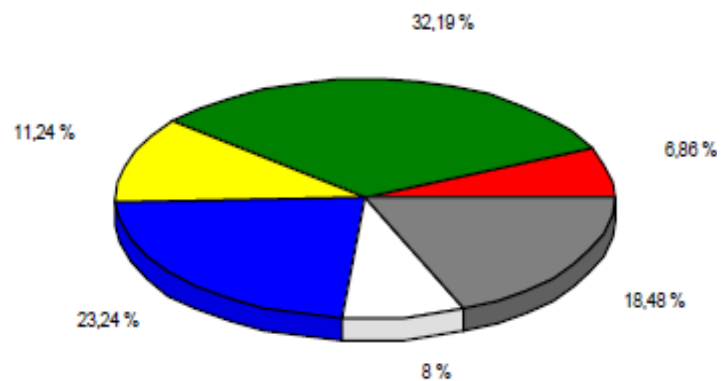
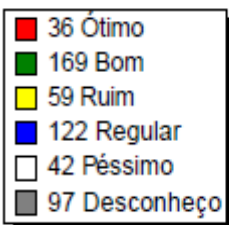
8. Como você considera o quadro de pessoal terceirizado?



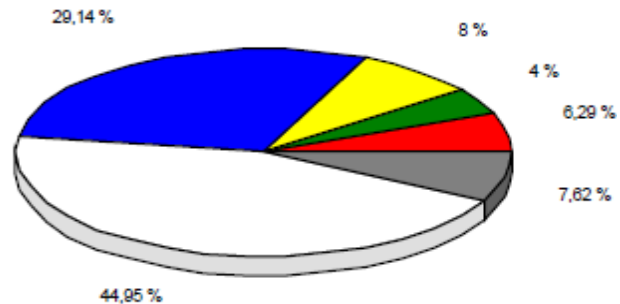
9. Qual a sua avaliação com relação à infraestrutura de transportes?



10. A infraestrutura/equipamento de laboratório está adequada às pesquisas desenvolvidas no Câmpus?



11. Qual sua avaliação sobre a manutenção da infraestrutura?



12. Sugestões para a melhoria da Infraestrutura. (questão subjetiva)

Os dados referentes à dimensão infraestrutura para ensino e pesquisa se mostram positivos, com um percentual de 66,9% dos respondentes dentro de ótimo ou bom. O percentual de respostas negativas (ruim, péssimo e regular) compreende 23,1% e o total que desconhece a dimensão avaliada representa 10%.

As respostas das questões subjetivo-discursivas revelam algumas sugestões e carências pelos Câmpus do instituto em relação à infraestrutura.

Um grande número de respostas pede um melhoramento imediato e significativo nas variadas estruturas de funcionamento de ensino: salas de aula, laboratórios, banheiros. As demandas citam equipamentos como condicionadores de ar, iluminação, scanners, projetores, impressoras e equipamento para aulas práticas.

Existe a necessidade de adequação dos diferentes ambientes para os diferentes tipos de serviços, sejam administrativos ou docentes. É necessário um maior número de servidores para atender todos os setores dos Câmpus. Há, ainda, uma forte insatisfação com o serviço de internet nos Câmpus que por vezes está lento ou fora do ar.

Com relação à biblioteca, os pedidos são direcionados para um maior e mais variado acervo para matérias técnicas e da base geral, bem como edições mais atualizadas.

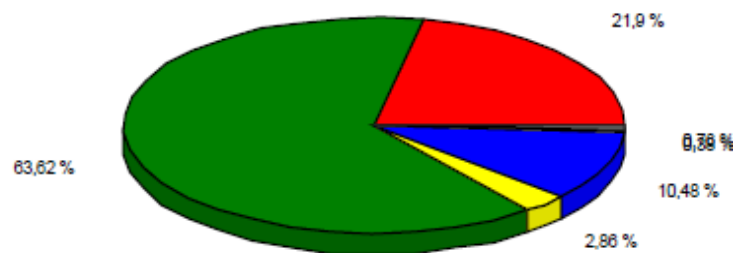
Há uma insatisfação e pedidos relacionados às obras de ampliação dos Câmpus. Os docentes apontam que as empresas responsáveis não cumprem com os prazos, projetos ou datas específicas. Pede-se também que os Câmpus se

adequem e atendam as exigências urbanísticas e necessidades especiais dos alunos e servidores.

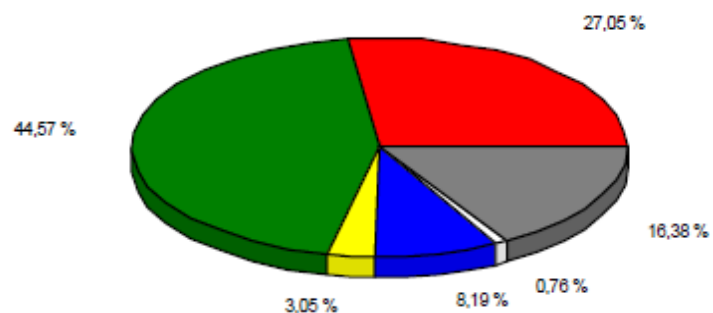
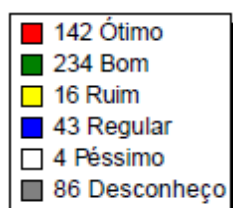
Em relação aos transportes dos Câmpus, solicita-se uma melhor utilização das conduções escolares no que diz respeito à realização de aulas de campo.

DIMENSÃO D: Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência aos Estudantes e Egressos - Docentes

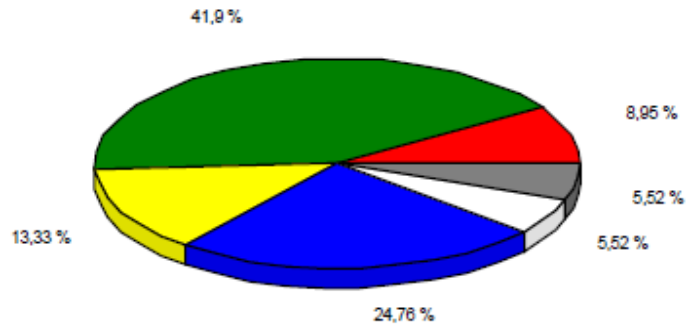
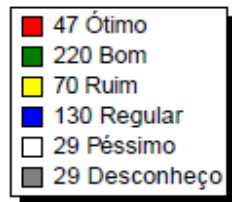
1. Como você avalia as práticas pedagógicas institucionais em relação ao ensino, tais como: aulas teóricas e práticas, visitas técnicas, uso de tecnologias de informação e comunicação, etc.?



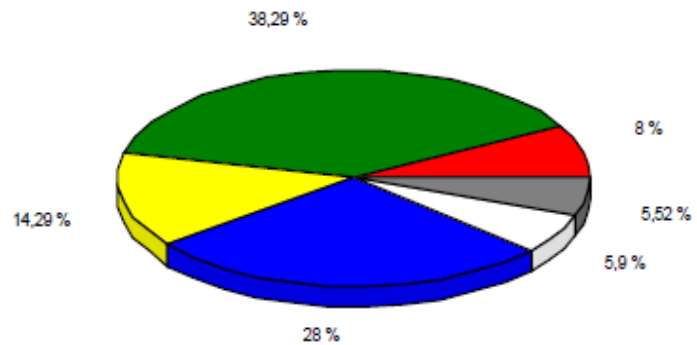
2. Qual sua avaliação sobre o programa ProITEC (Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania) como mecanismo de acesso para os alunos da rede pública?



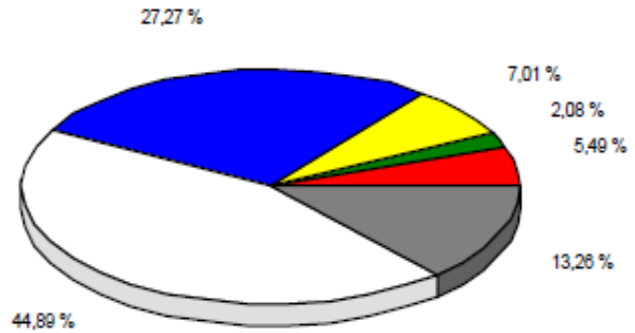
3. Como você avalia a política de pesquisa da instituição em relação à concessão de bolsas de pesquisa e iniciação científica?



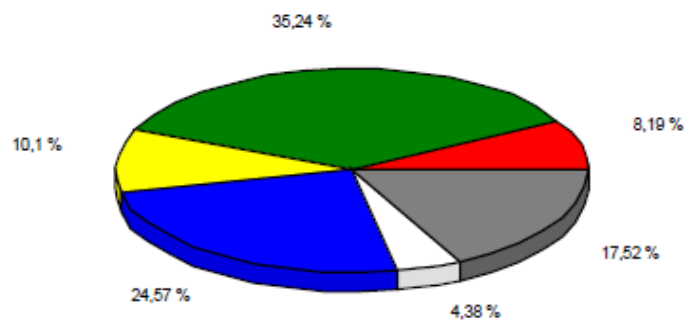
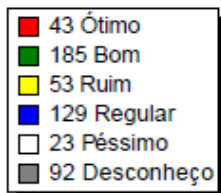
4. Como você avalia a política de pesquisa da instituição em relação aos incentivos para divulgação científica e produção acadêmica?



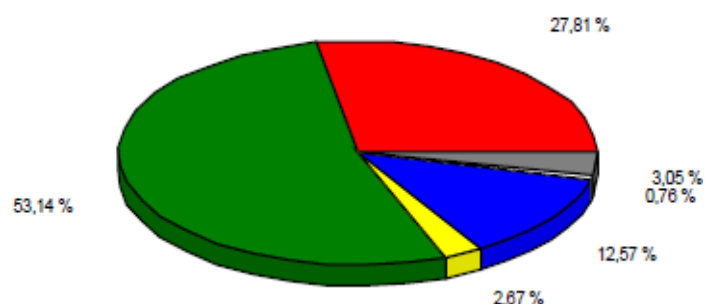
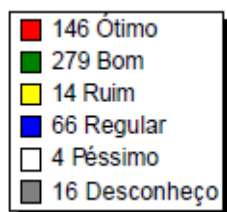
5. Como você julga a preocupação do IFRN em desenvolver atividades de Extensão que atendam à comunidade, em termos sociais, culturais, prestação de serviços, cooperação técnica, dentre outras?



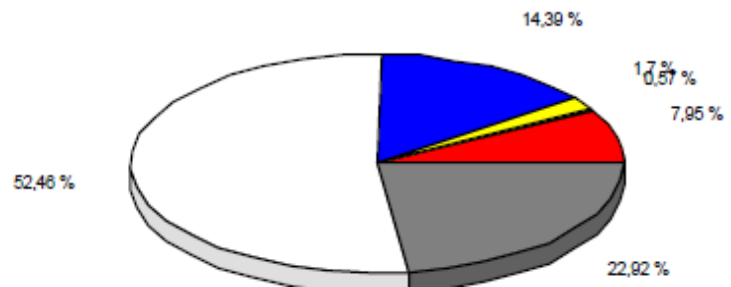
6. Considerando a política de estágios da instituição, qual a sua avaliação sobre a inserção dos alunos no mundo do trabalho?



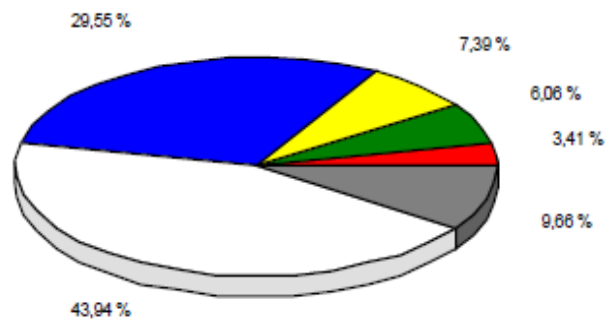
7. Qual a sua avaliação sobre a educação integrada (formação profissional e cidadã) oferecida pela instituição?



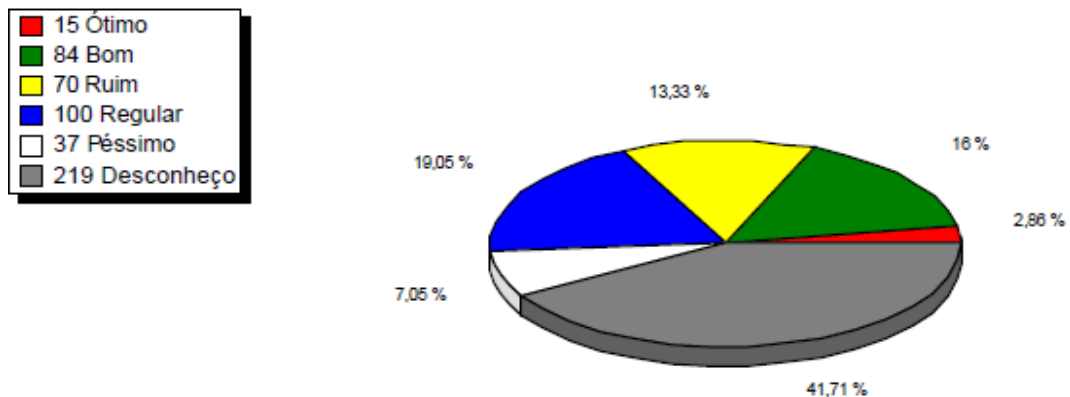
8. Qual o seu julgamento em relação aos Programas de Assistência Estudantil (bolsas de trabalho, alimentação, assistência à saúde, etc.)?



9. Como você avalia o acompanhamento pedagógico (Conselhos de classe, orientação educacional, apoio pedagógico) desenvolvido na Instituição?



10. Como você avalia o acompanhamento aos alunos egressos (recém-formados) pela instituição?



11. Aponte algumas sugestões para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da assistência estudantil, oferecidas pela instituição. (questão subjetiva)

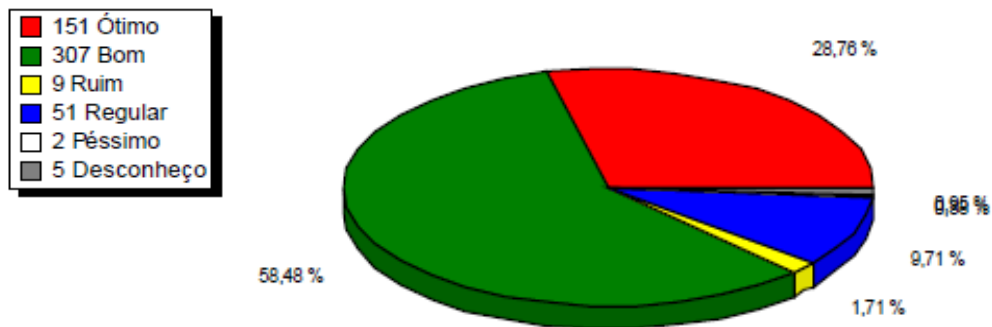
Os dados pertinentes a esta dimensão apontam para uma satisfação de 58,6% dos servidores dentro das respostas ótimo e bom. O percentual negativo é de 29,4% e 12% desconhecem o assunto. Dentre as respostas das questões abertas e subjetivas, encontramos algumas insatisfações e sugestões:

- Reavaliar os critérios utilizados para concessão de bolsas e estágios, bem como a política de pesquisas e extensão no que diz respeito ao foco de cada pesquisa. Muitas respostas mostram que as pesquisas não podem ser direcionadas apenas para a parte técnica e que o Instituto deve diversificar e incentivar os variados campos da pesquisa: educação, ensino, tecnologias etc.
- Redução de carga horária para viabilizar a pesquisa;
- Maior número de bolsas de pesquisa e extensão;
- Reestruturar e adequar os laboratórios para favorecer os projetos de pesquisa dentro do Câmpus, bem como a realização de aulas práticas;
- Reavaliar e modificar os critérios de entrada de alunos nos diferentes cursos que o Câmpus oferece, sejam integrados, subsequente, PRONATEC etc.
- Reavaliar as ofertas de alguns cursos oferecidos e sua importância e necessidade real dentro da comunidade e realidade na qual o Câmpus está inserido;
- Investir, com mais ofertas e possibilidades de qualificação de todos os

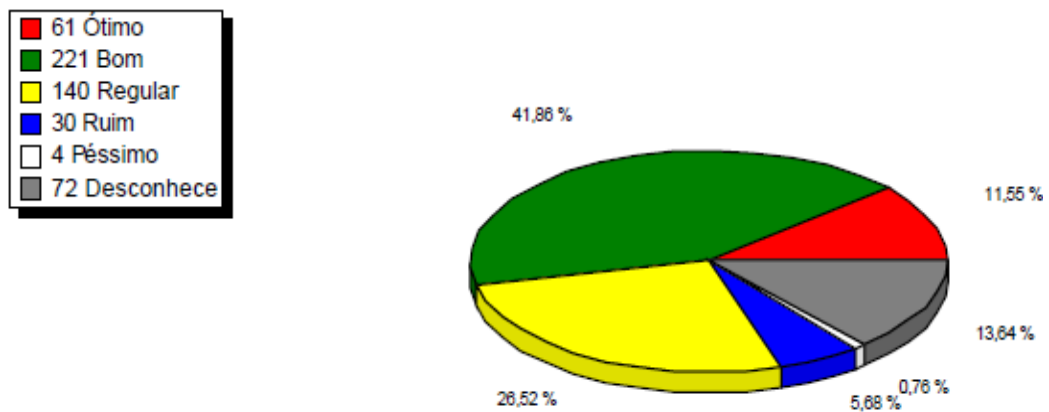
- servidores do Câmpus, docentes, técnico-administrativos e terceirizados;
- h) Necessidade de produção de material didático;
- i) Criar ações de acompanhamento efetivo dos egressos.

DIMENSÃO E: A Função Social e o PDI - Docentes

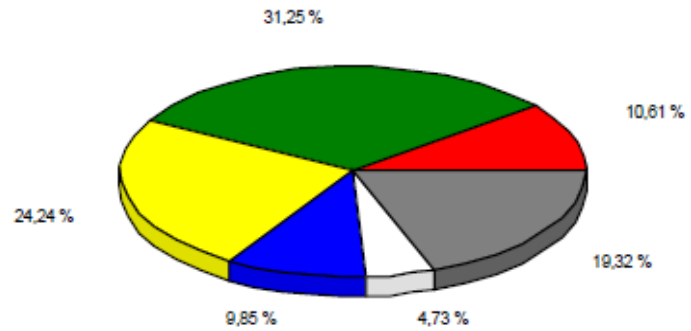
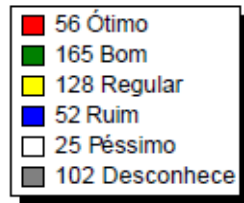
1. Como você avalia o IFRN em relação a sua função social, os objetivos e as finalidades, no tocante às suas ofertas educacionais?



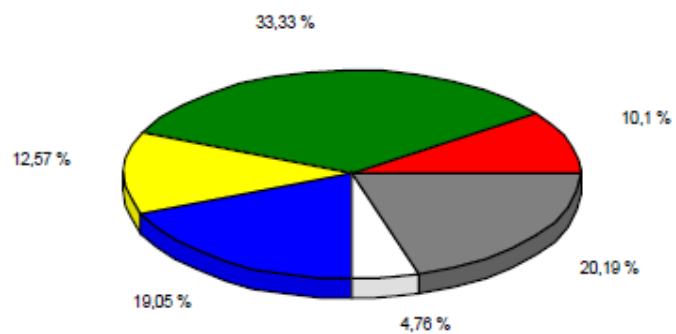
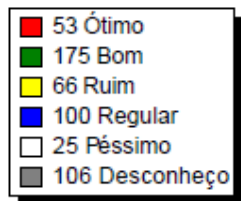
2. As relações estabelecidas através de convênios, acordos e contratos pela Instituição com a sociedade (setor produtivo público e privado e organizações sociais) podem ser avaliadas como:



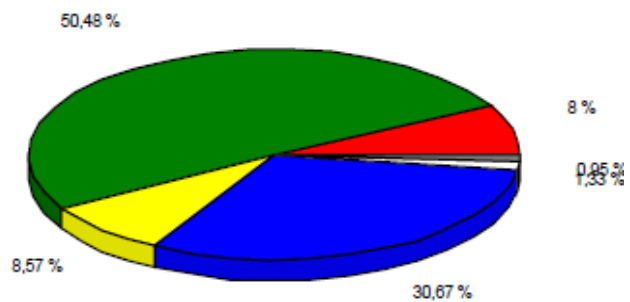
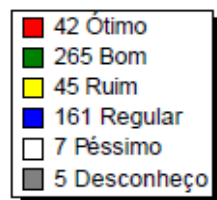
3. Como você julga as ações para promover iniciativas de empreendedorismo, tais como: incubação de empresas, empresas juniores e inovação tecnológica?



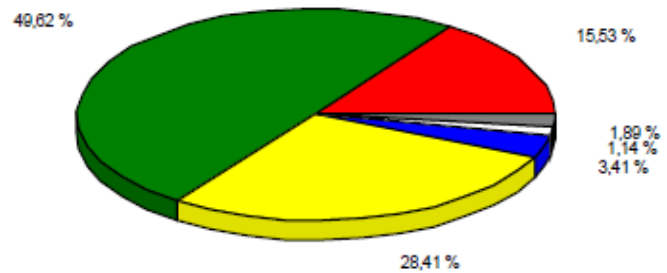
4. Como você avalia a política da Instituição com relação à inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas?



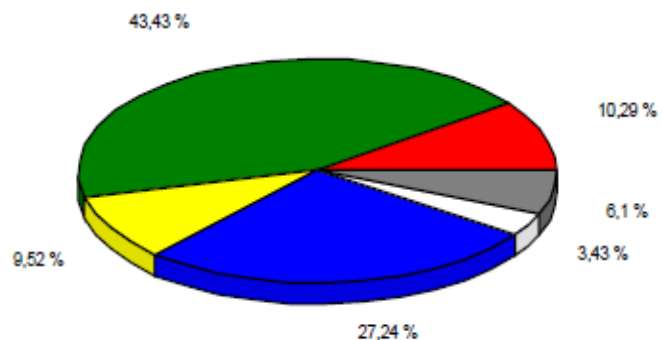
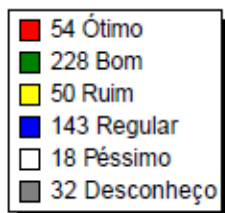
5. Qual o seu grau de conhecimento do Projeto Político-Pedagógico?



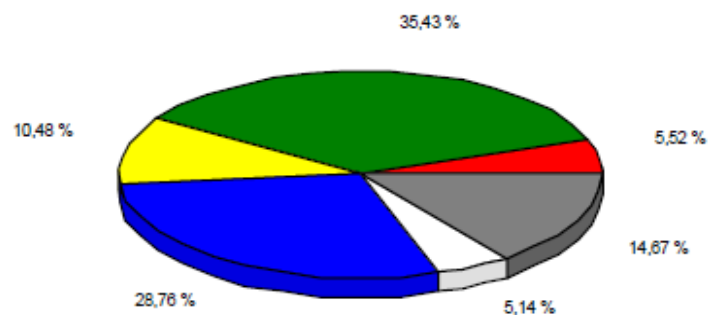
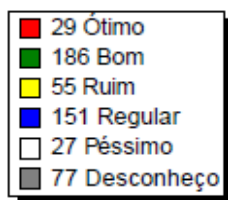
6. Como você considera os meios de comunicação utilizados pela Instituição com a sociedade? (televisão, jornais, folhetos, banners, portal na internet, correspondências, etc.)



7. Como pode ser avaliada a interação da Instituição com a sociedade nas áreas de lazer, cultura e cidadania?



8. E em relação às áreas saúde, meio ambiente e planejamento urbano?



9. Críticas, sugestões e comentários sobre a Função Social e o PDI. (questão subjetiva)

A análise dos dados pertinentes à dimensão sobre Função Social por parte dos docentes apresentou-se ligeiramente positiva atingindo o percentual de 55,53% dos respondentes dentro de ótimo ou bom. O percentual de respostas negativas (ruim, péssimo e regular) compreende 34,82% e o total que desconhece a dimensão avaliada representa 9,63%.

As respostas das questões subjetivo-discursivas revelaram algumas sugestões e insatisfações por parte dos docentes.

Avaliando as respostas percebe-se que o Instituto deve direcionar suas ações para as necessidades e realidades locais de cada comunidade a qual pertence. Faz-se necessário uma maior integração e diálogo com a sociedade no intuito de atender as reais demandas.

Algumas sugestões pedem um maior número de projetos de extensão, mais parcerias com empresas locais e nacionais para financiar projetos, bem como parcerias com órgãos ligados aos governos municipal e estadual.

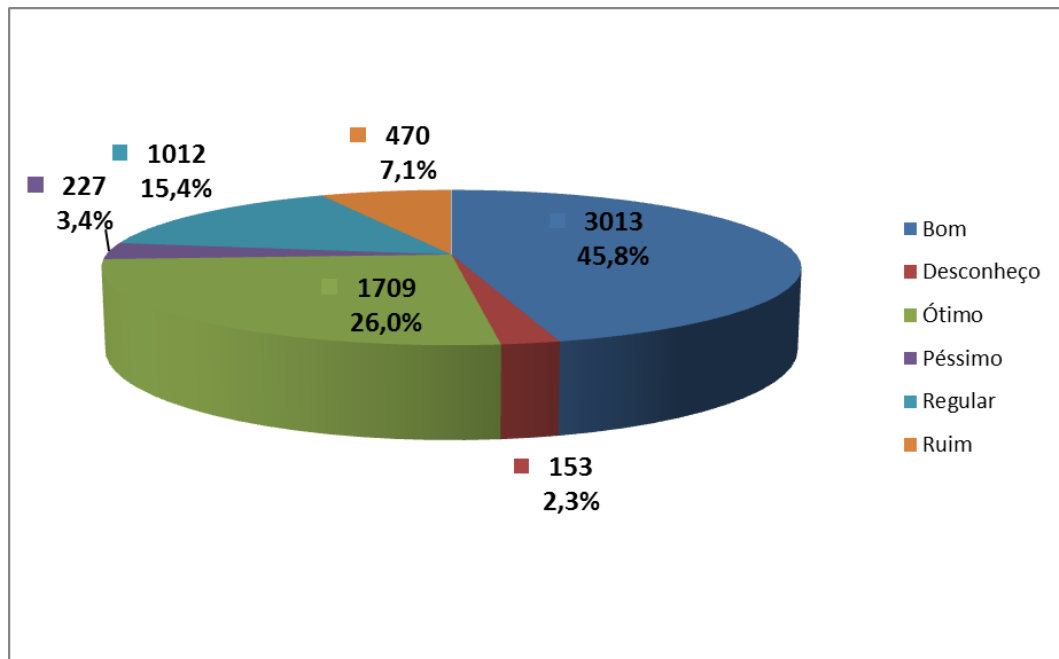
Algumas reivindicações foram mais específicas e sugeriram que o Instituto se preocupe e direcione projetos ligados à qualidade de vida e saúde da comunidade.

5 ANÁLISE DOS DADOS DOS DISCENTES

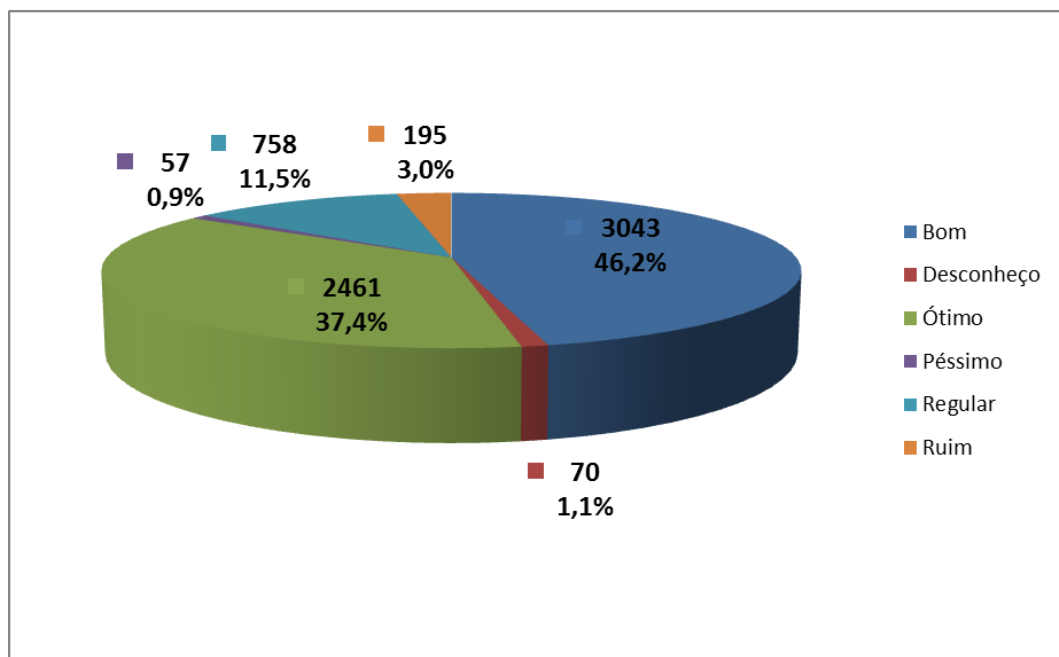
Discentes respondentes – 6.602 (37,57% do total de 17.572)

DIMENSÃO C: Infraestrutura para Ensino e Pesquisa - Docentes

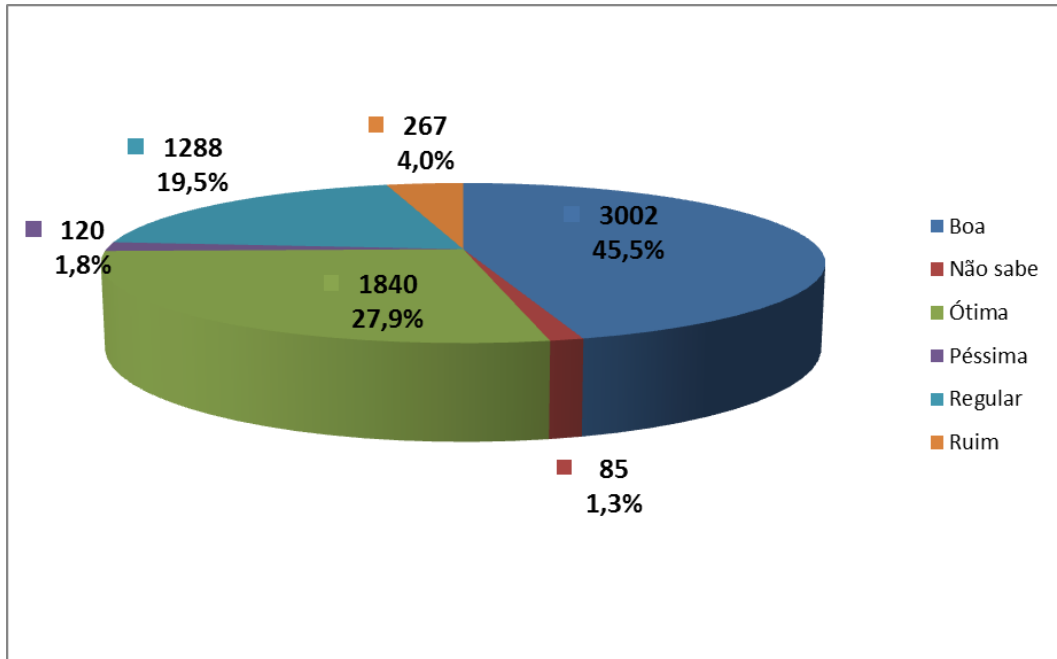
1. Como você avalia a infraestrutura dos laboratórios, os quais você tem acesso?



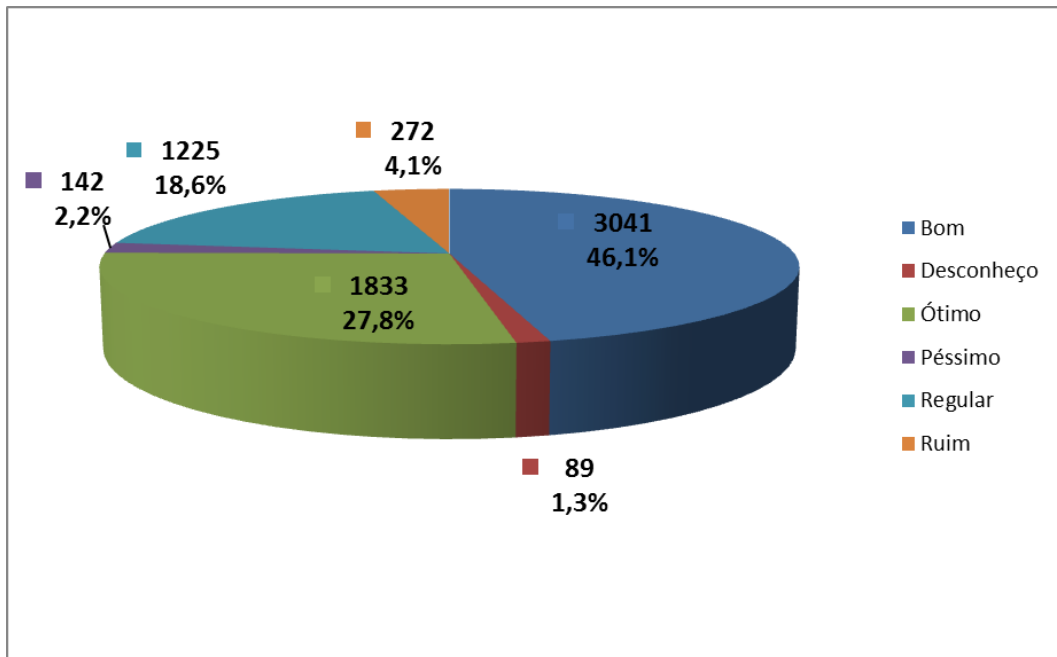
2. Como você avalia a infraestrutura da biblioteca?



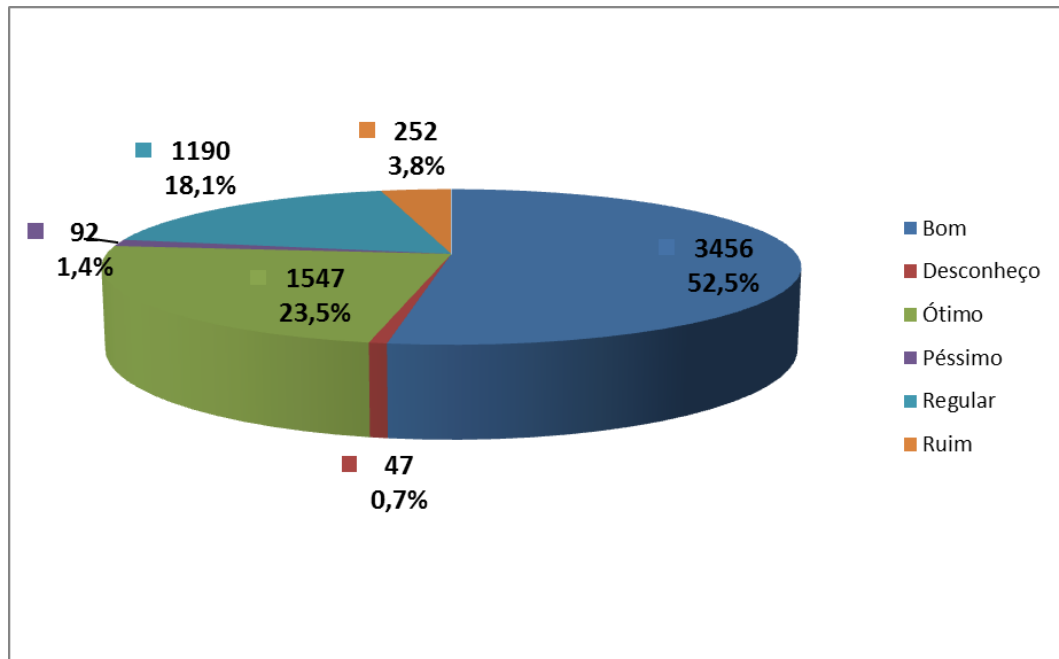
3. Qual sua avaliação sobre a infraestrutura das salas de aula?



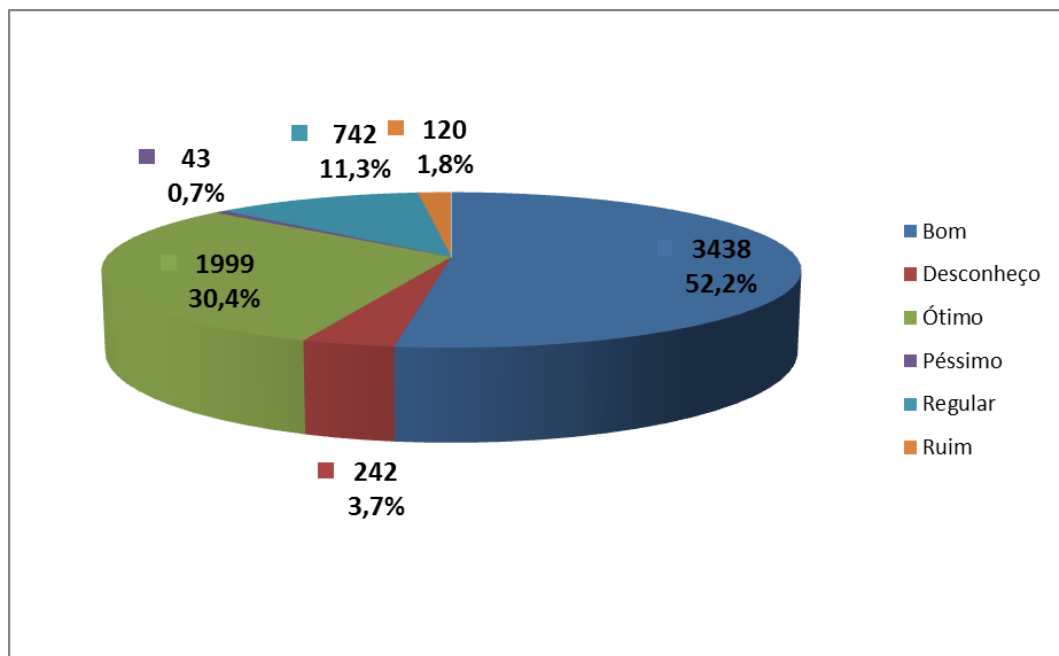
4. Qual sua avaliação sobre a infraestrutura da Instituição com relação a equipamentos de informática?



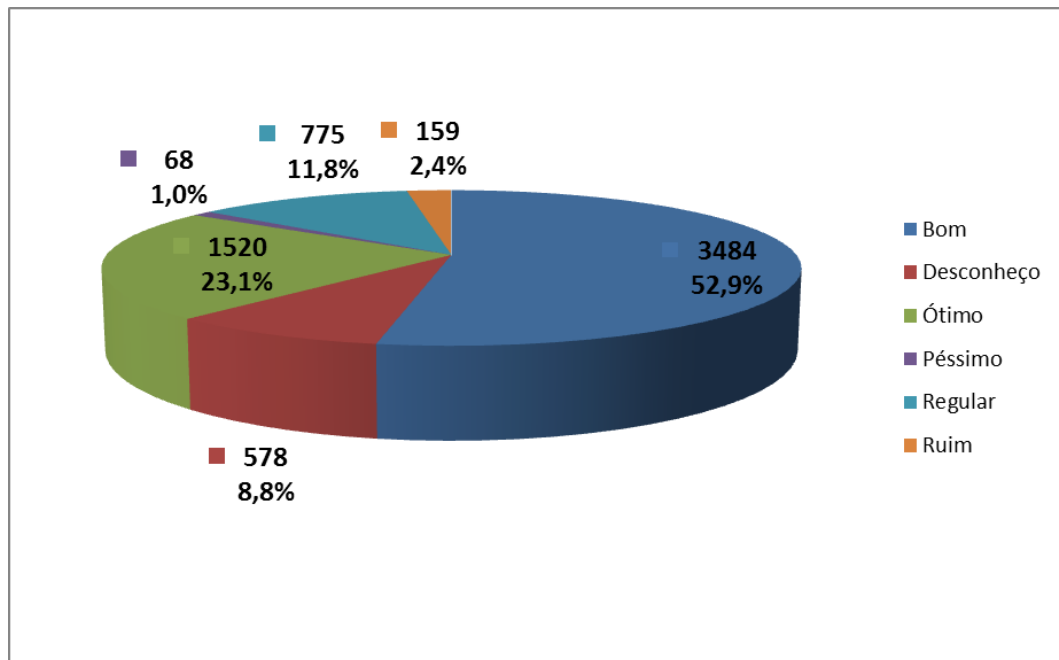
5. Os recursos didáticos (livros, apostilas, laboratórios, etc.) disponíveis podem ser avaliados como:



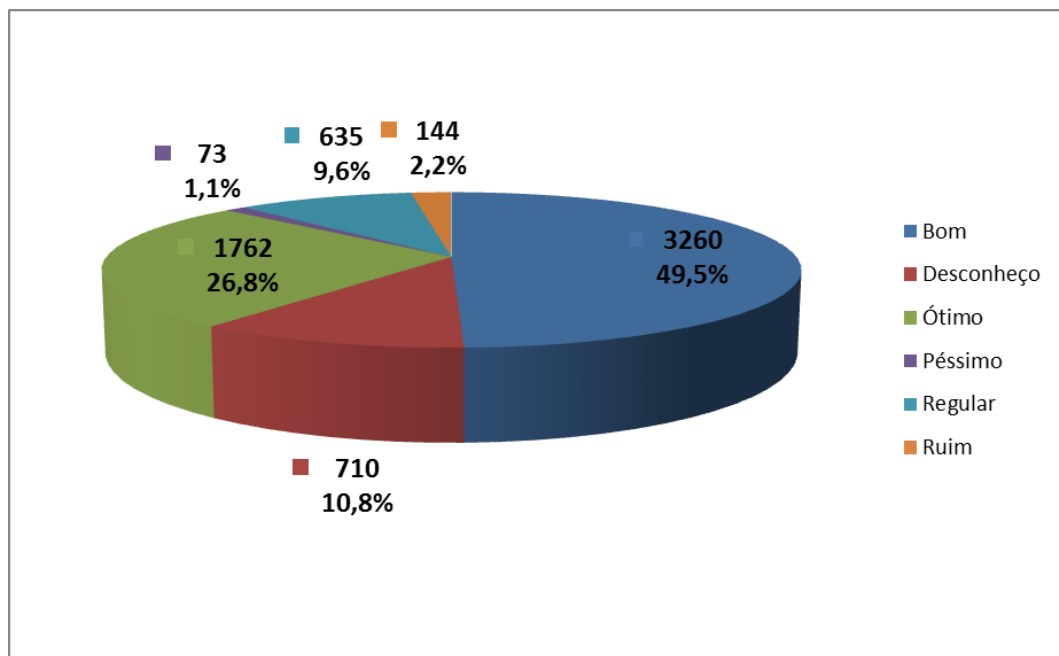
6. Como você considera o quadro de pessoal docente?



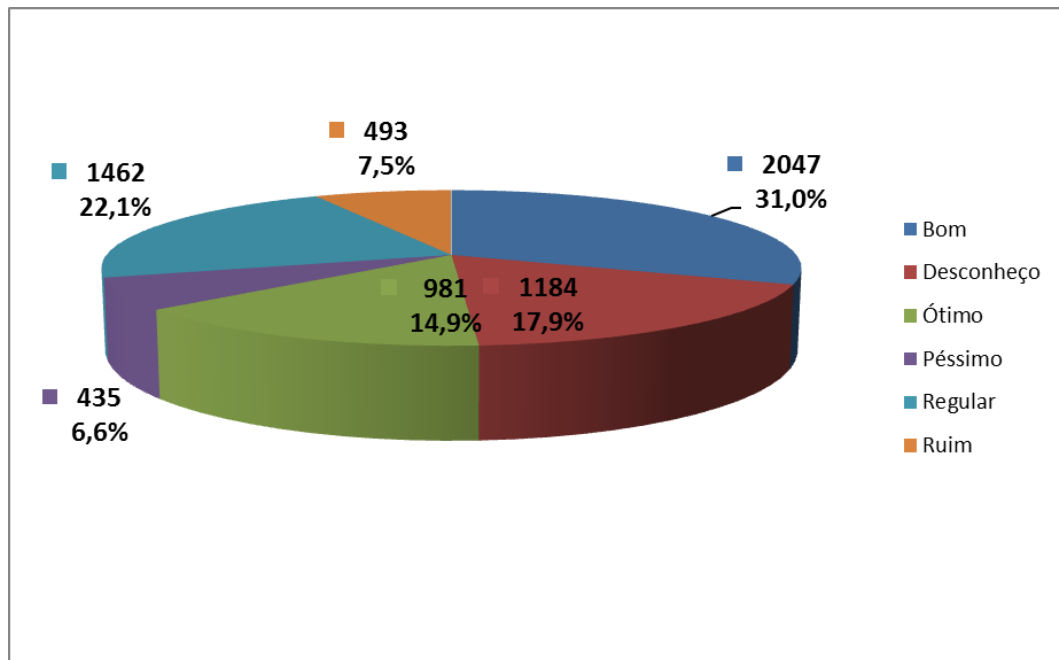
7. Como você considera o quadro de pessoal técnico-administrativo?



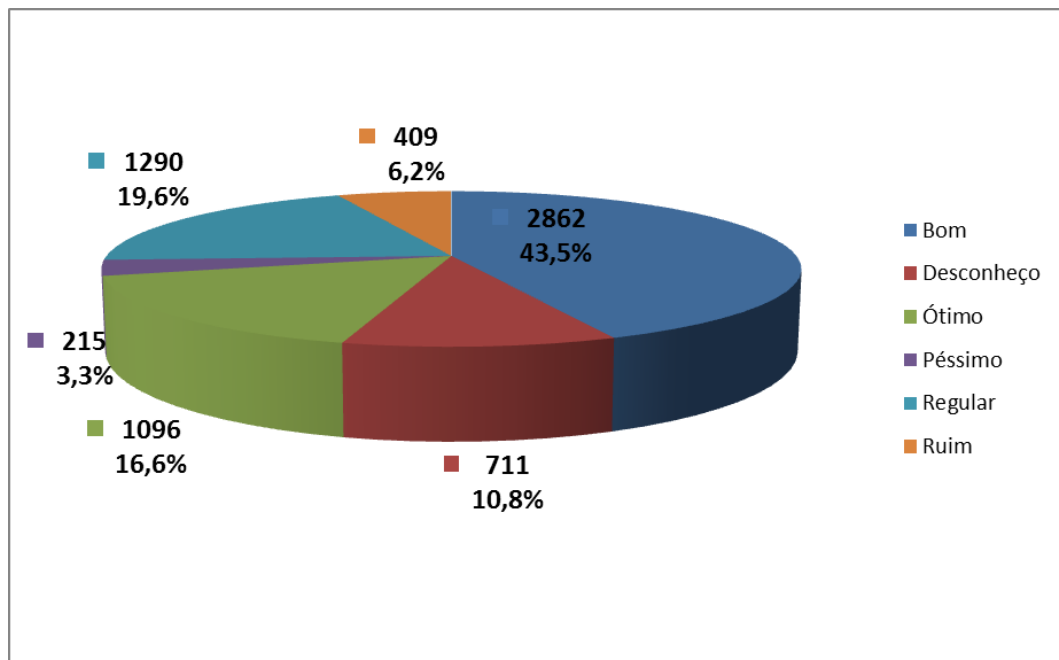
8. Como você considera o quadro de pessoal terceirizado?



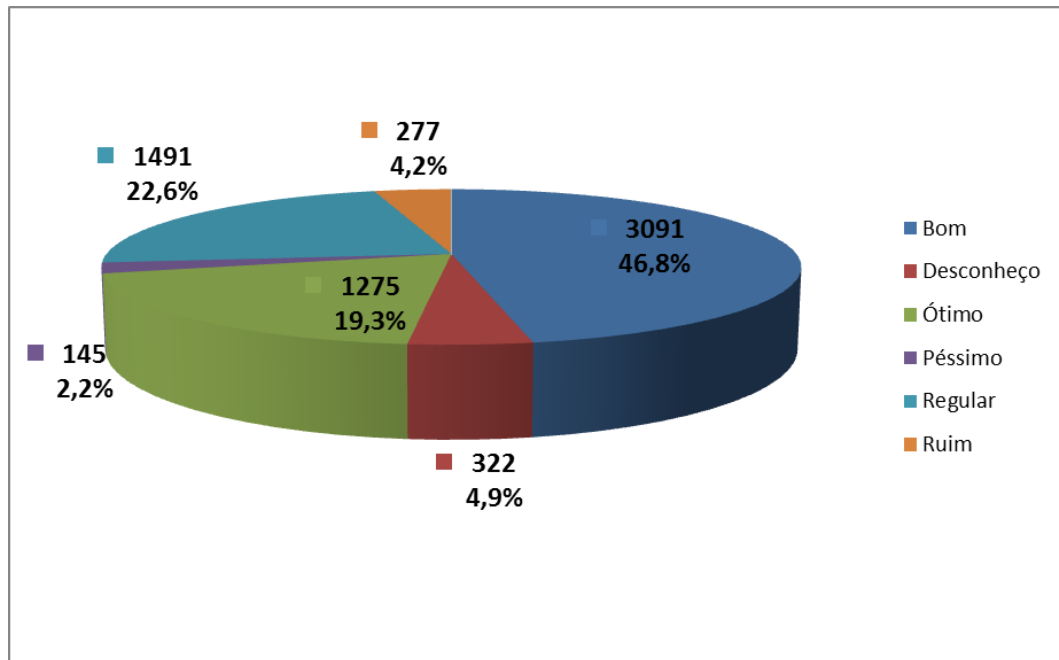
9. Qual a sua avaliação com relação à infraestrutura de transportes?



10. A infraestrutura/equipamento de laboratório está adequada às pesquisas desenvolvidas no Câmpus?



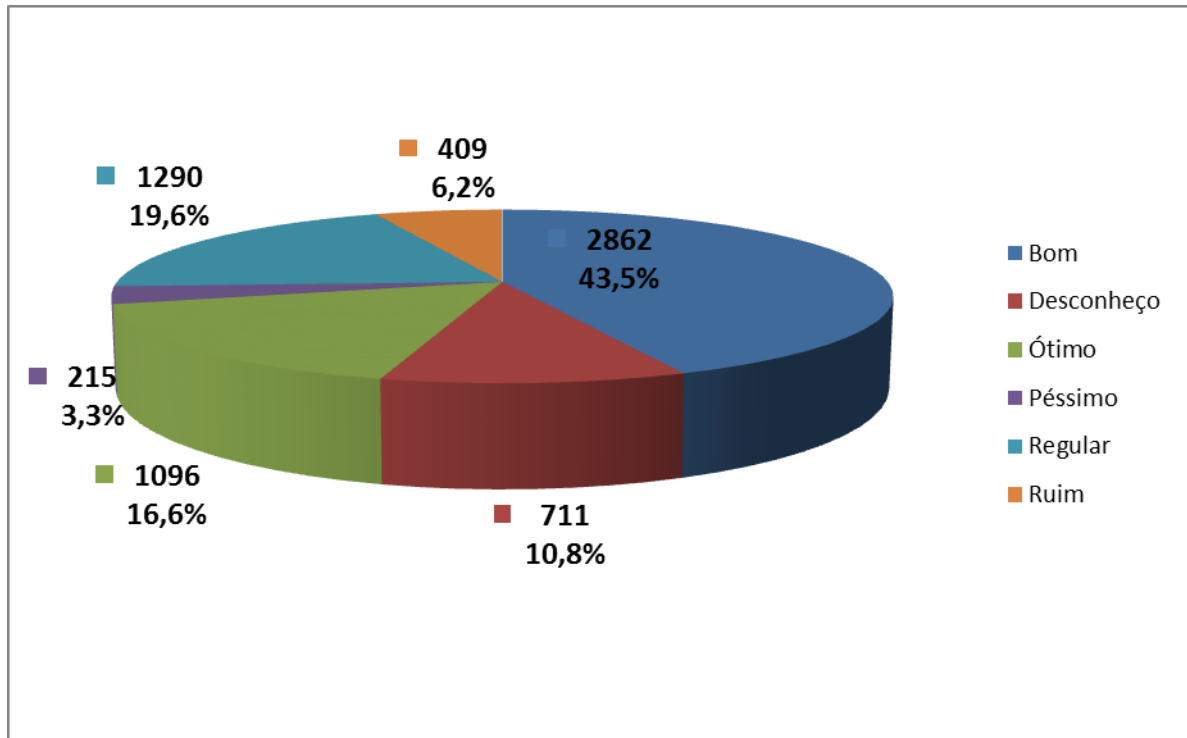
11. Qual sua avaliação sobre a manutenção da infraestrutura?



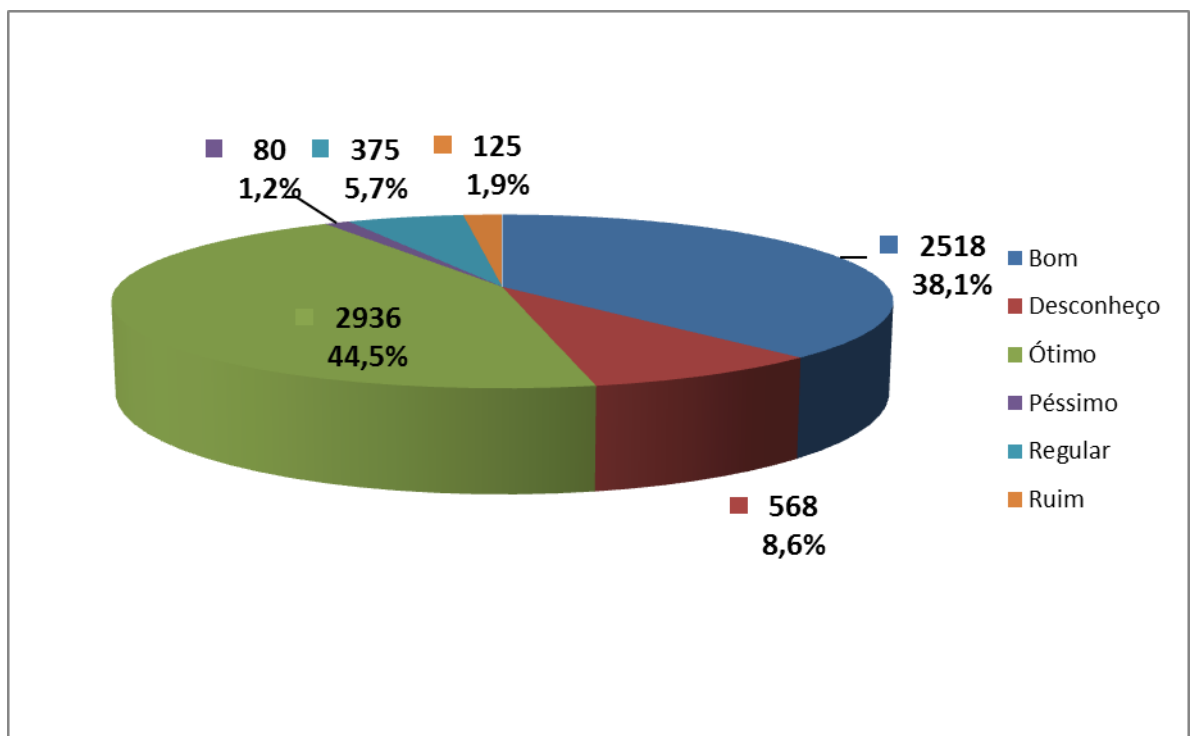
12. Sugestões para a melhoria da Infraestrutura. (questão subjetiva)

DIMENSÃO D: Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência aos Estudantes e Egressos – Discentes

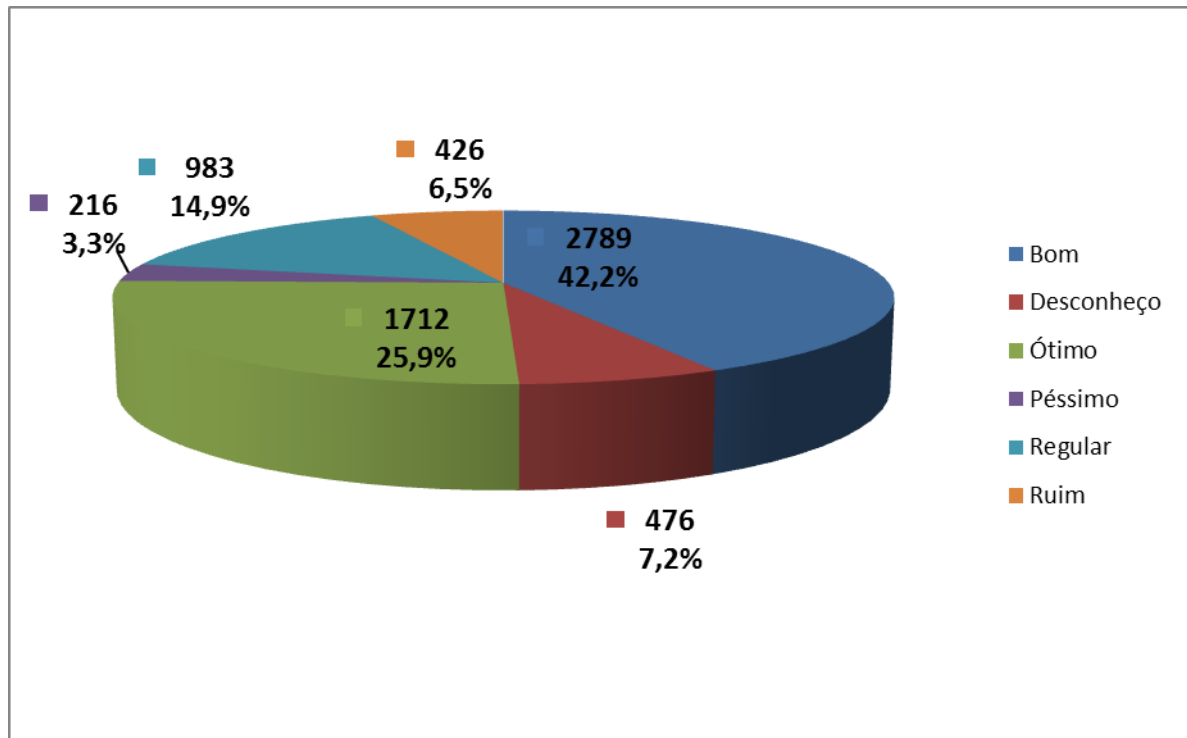
1. Como você avalia as práticas pedagógicas institucionais em relação ao ensino, tais como: aulas teóricas e práticas, visitas técnicas, uso de tecnologias de informação e comunicação, etc.?



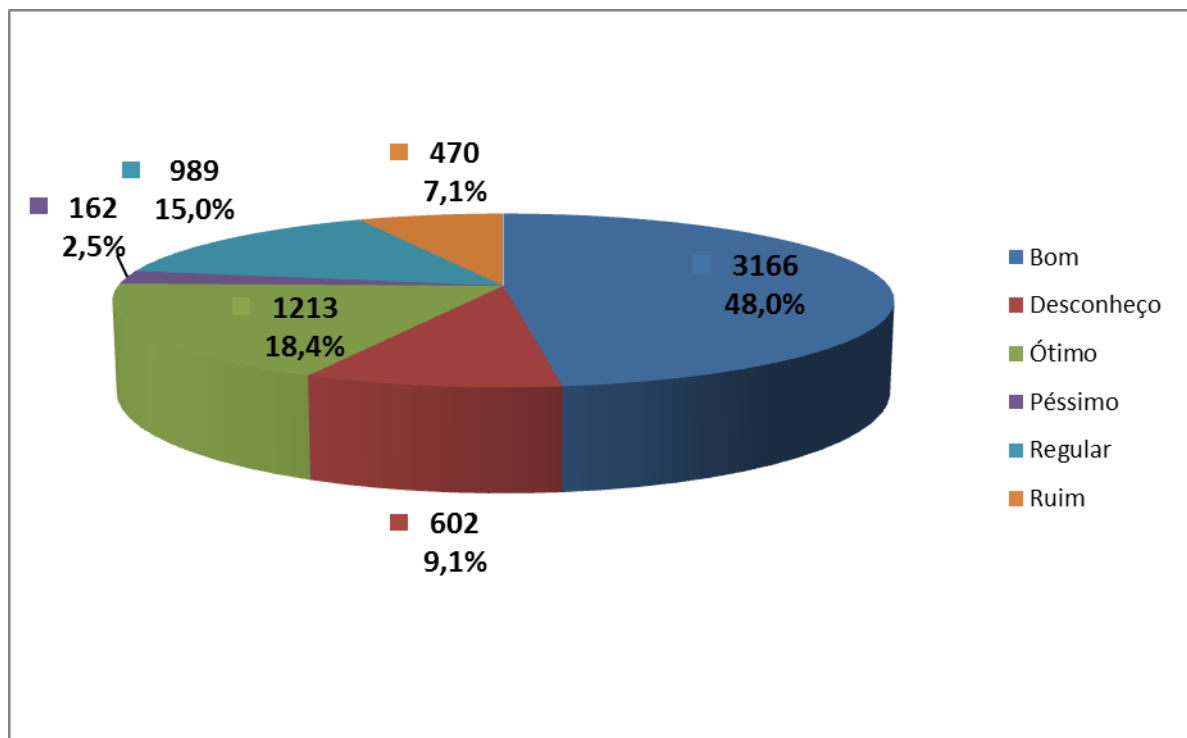
2. Qual sua avaliação sobre o programa ProITEC (Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania) como mecanismo de acesso para os alunos da rede pública?



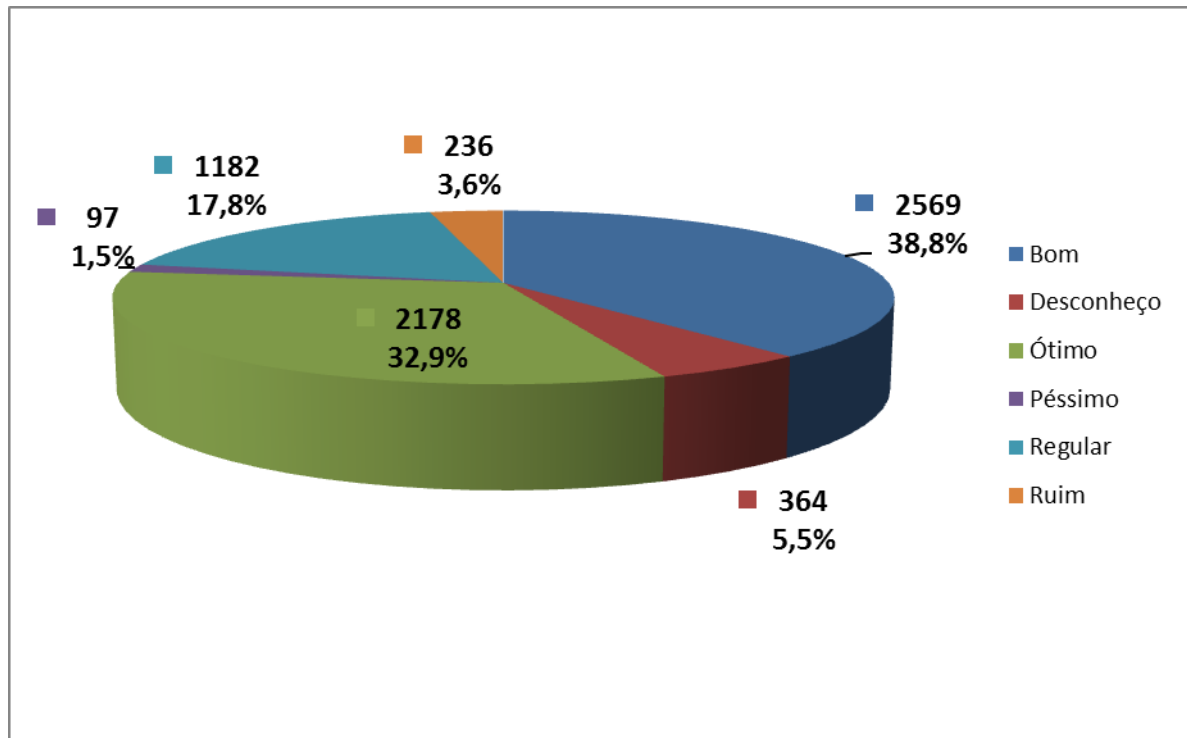
3. Como você avalia a política de pesquisa da instituição em relação à concessão de bolsas de pesquisa e iniciação científica?



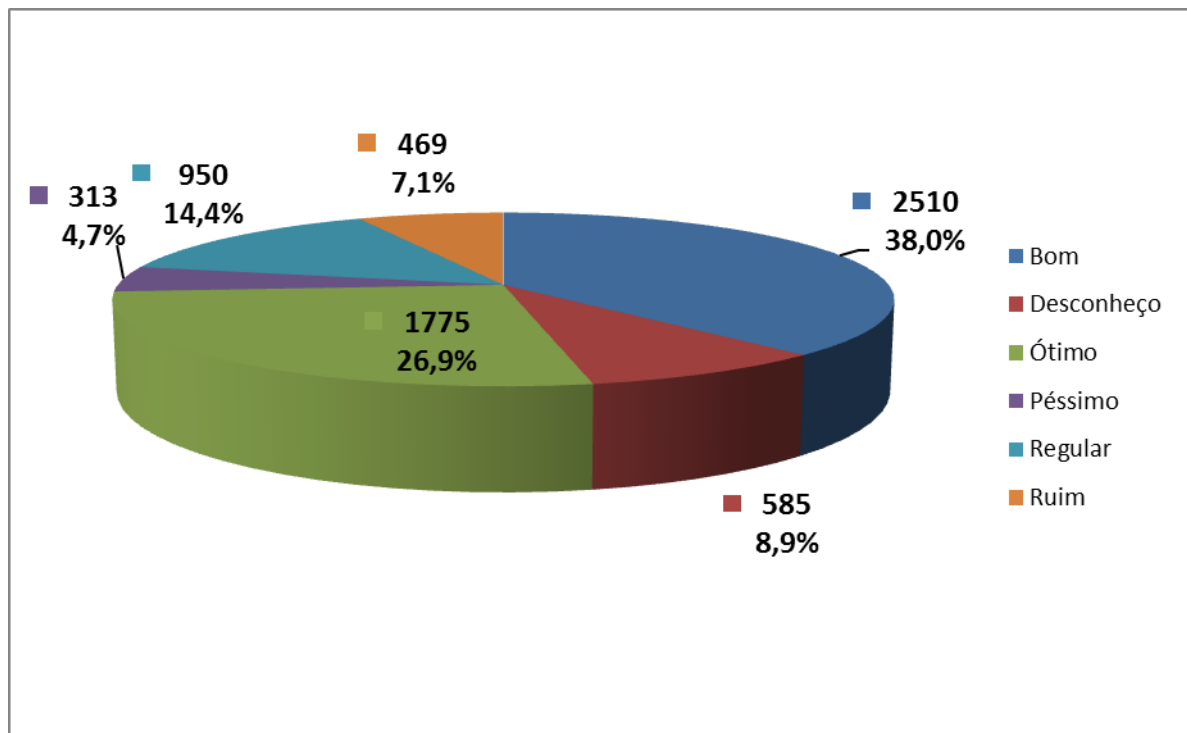
4. Como você avalia a política de pesquisa da instituição em relação aos incentivos para divulgação científica e produção acadêmica?



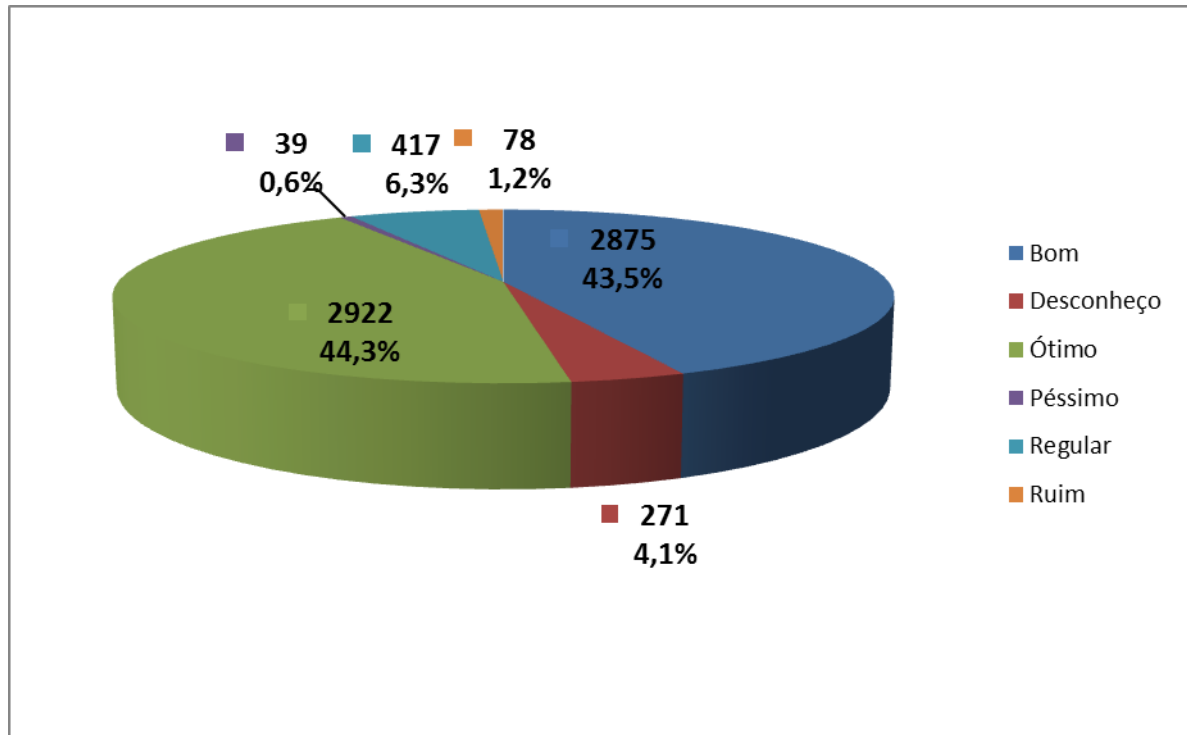
5. Como você julga a preocupação do IFRN em desenvolver atividades de Extensão que atendam à comunidade, em termos sociais, culturais, prestação de serviços, cooperação técnica, dentre outras?



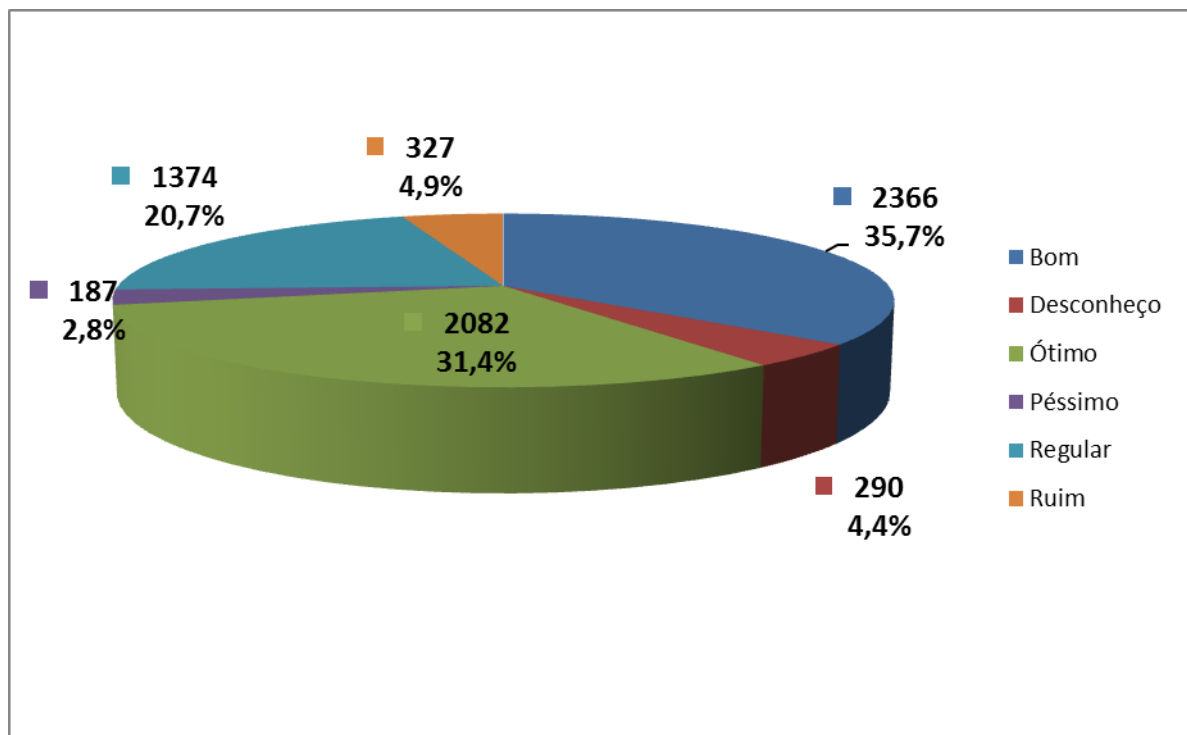
6. Considerando a política de estágios da instituição, qual a sua avaliação sobre a inserção dos alunos no mundo do trabalho?



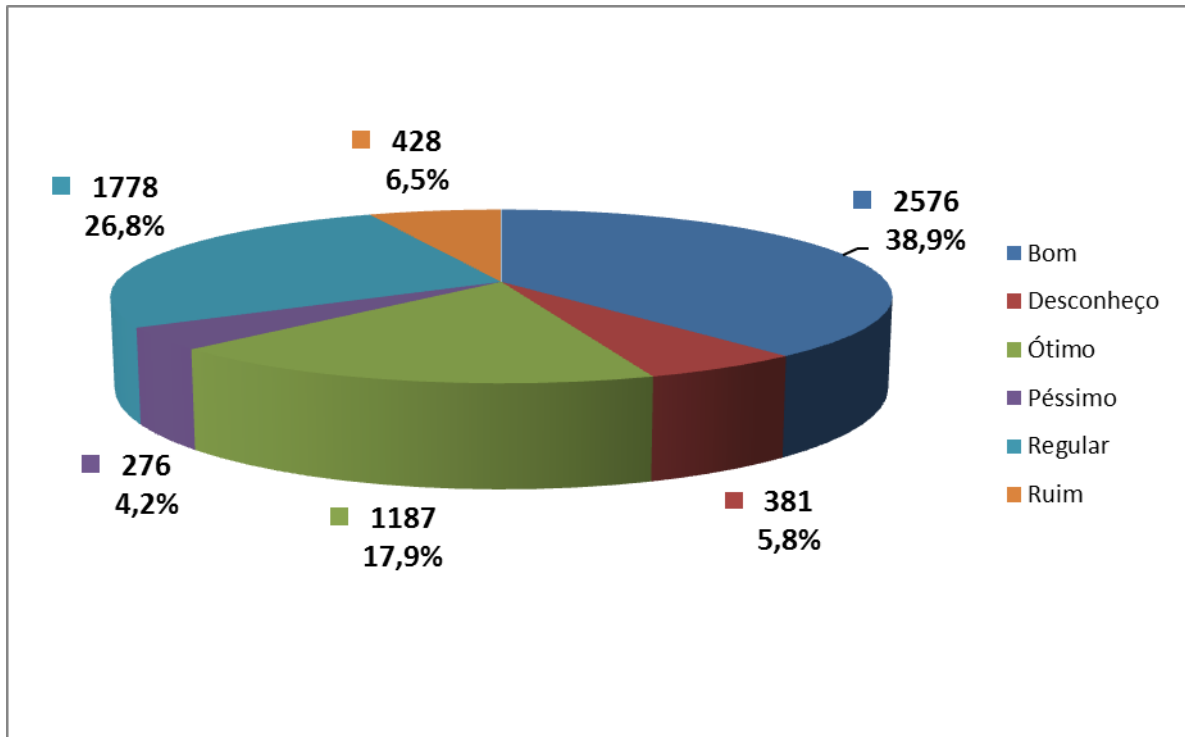
7. Qual a sua avaliação sobre a educação integrada (formação profissional e cidadã) oferecida pela instituição?



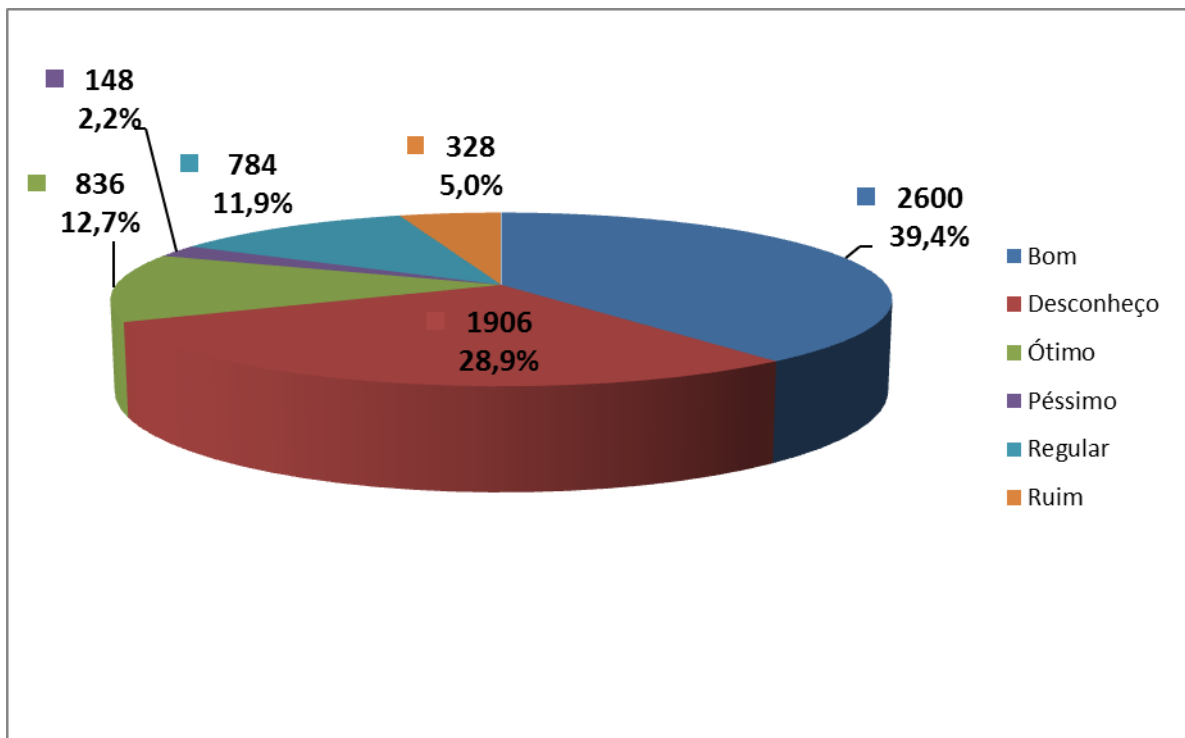
8. Qual o seu julgamento em relação aos Programas de Assistência Estudantil (bolsas de trabalho, alimentação, assistência à saúde, etc.)?



9. Como você avalia o acompanhamento pedagógico (Conselhos de classe, orientação educacional, apoio pedagógico) desenvolvido na Instituição?



10. Como você avalia o acompanhamento aos alunos egressos (recém-formados) pela instituição?



11. Aponte algumas sugestões para a melhoria do ensino, da pesquisa, da extensão e da assistência estudantil, oferecidas pela instituição. (questão subjetiva)

De maneira geral, as questões avaliadas pelos discentes apresentaram resultado positivo acima de 50%, exceto a que diz respeito à infraestrutura de transportes, cujo resultado positivo foi de 46%. Entretanto houve uma recorrência de desconhecimento em todas as questões apresentadas. Isso possivelmente é indicativo de que a comunicação do IFRN possui falhas e precisa de melhoramentos.

O aspecto que mais se evidenciou com relação ao desconhecimento dos discentes, se refere ao acompanhamento aos alunos egressos, que apresentou um percentual próximo aos 30%. Este fato sugere a necessidade de divulgação das atividades desenvolvidas pela Coordenação de estágios e egressos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados demonstram a importância da auto avaliação institucional para a formação da identidade do IFRN, no sentido de articular a participação da comunidade acadêmica e perceber as potencialidades e fragilidades concernentes à dinâmica educacional.

Os questionários da auto avaliação institucional foram respondidos por aproximadamente 39% dos técnicos-administrativos, 40% dos docentes e 38% dos discentes do IFRN. Estes percentuais sugerem que devem existir ações no sentido de mobilizar a comunidade interna para a participação mais efetiva nesse processo.

Os resultados obtidos evidenciam que mesmo com a sensibilização e divulgação promovida pelas CPAs locais e CPA Central, não houve tanto interesse da comunidade interna em contribuir para o processo de avaliação institucional, visto que menos de 50% de cada categoria respondeu aos questionários.

Em todas as dimensões predominaram as respostas "ótimo" e "bom", mais evidentemente na categoria discentes. Contudo, a maior parte das respostas subjetivas revelam fragilidades que auxiliam na presente análise. É importante destacar que em diversas questões a resposta "desconheço" apareceu em quantidade considerável, inferindo-se a necessidade de melhoria na comunicação interna, buscando a ampliação do envolvimento da comunidade acadêmica nas ações cotidianas da Instituição.

Comparando-se as respostas dos docentes e técnicos-administrativos em relação à dimensão A (Organização, Gestão, Planejamento e Avaliação Institucional), fica evidente a existência de uma convergência de opiniões sobre o serviço de segurança, avaliado como negativo pelas duas categorias e a divergência acerca das reuniões pedagógicas: enquanto os administrativos revelam esse aspecto como positivo, os docentes fizeram diversos comentários negativos nas respostas subjetivas, dentre os quais, a necessidade de se priorizar o aspecto pedagógico destas reuniões.

Na dimensão B (Política de Pessoal e Carreira), técnicos e docentes concordam que deve existir a oferta de programas de qualidade de vida nos Câmpus e melhorar a política de carreira e capacitação.

Verificou-se na dimensão C (Infraestrutura para Ensino e Pesquisa), que as três categorias mencionaram a melhoria na infraestrutura dos transportes. Os técnicos e os docentes aquiesceram quanto à necessidade de maior acompanhamento às obras em andamento nos Câmpus. Os docentes referiram ainda quanto à melhoria nas salas de aula, laboratórios e biblioteca, enquanto os técnicos-administrativos também fizeram referência à biblioteca, contudo, enquanto os docentes acenavam quanto ao acervo, os administrativos, ao espaço físico.

O aspecto que chamou a atenção na dimensão D (Ensino, Pesquisa, Extensão e Assistência aos Estudantes e Egressos - Professores) foi o desconhecimento por parte dos discentes e administrativos acerca do acompanhamento dos egressos. Já os docentes mencionaram a necessidade de melhoria desse acompanhamento. Além disso, os docentes e os administrativos concordam quanto à necessidade da ampliação da quantidade de bolsas de pesquisa e de extensão.

Sobre a dimensão E (A Função Social e o PDI) evidenciou-se o desconhecimento do PPP por parte dos técnicos-administrativos. Essa realidade insinua que esta categoria não se envolve nos aspectos pedagógicos da Instituição, talvez pela natureza do trabalho daqueles que lidam tão somente com as questões de cunho administrativo. Um aspecto relevante apontado tanto por administrativos quanto por docentes diz respeito à necessidade de conhecer as realidades locais, de modo que os cursos e serviços ofertados atendam às demandas da comunidade. Essas categorias apontam ainda ser imperativa uma maior integração (diálogo) com a sociedade.

Estes resultados deverão subsidiar ações de melhoria da qualidade dos cursos e serviços ofertados pelo IFRN. Contudo, para que este instrumento tenha maior alcance, indica-se a ampliação da pesquisa para as categorias pais de alunos e empresários, gerando um instrumento mais fidedigno. Por fim, é imprescindível que a auto avaliação seja considerada nas tomadas de decisões.